



UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO

**A PROIBIÇÃO DO CASAMENTO INFANTIL COMO DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS**

MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM DIREITO INTERNACIONAL E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Autor

Isaura Liberal Nuno

Professor Orientador

Professor Doutor Jaime Rui Drummond Leitão do Valle

2018

Agradecimentos

A elaboração desta dissertação não teria sido possível sem o apoio de todas as pessoas que, directa ou indirectamente, contribuíram ao longo do meu percurso académico para que o possa ter concluído com sucesso. Apesar de não ser viável nomear todas as pessoas de forma individual, existem pessoas que não posso deixar de manifestar o meu apreço e agradecimento sincero.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Jaime Valle, por toda a disponibilidade, paciência e conhecimentos prestados. Certamente que sem as suas críticas construtivas, apoio e confiança demonstrada, não seria possível a conclusão da presente dissertação.

Às minhas colegas de mestrado que, lado a lado, me acompanharam ao longo desta jornada sempre com palavras de conforto e amizade.

A todas as pessoas que, directa ou indirectamente me transmitiram conhecimentos para o meu desenvolvimento pessoal.

Aos meus pais, dos quais herdei a vontade de vencer e a eles dedico o presente trabalho.

Glossário

CDC – Convenção dos Direitos da Criança

CEDAW – Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women

CEPC – Comité Europeu para os Problemas Criminais

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

ICESCR - International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCMA - Prohibition of Child Marriage Act

PIDCP – Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos RCA – República Centro Africana

UNICEF – United Nations Children's Fund

UNFPA – United Nations Population Fund

Resumo

De acordo a CDC, considera-se criança todo o individuo menor de dezoito anos pelo que, por o casamento infantil, se entende o casamento ou união em que ambas ou uma das partes é menor de dezoito anos.

Ainda que possa ocorrer tanto no sexo masculino como no feminino, o casamento infantil afeta maioritariamente meninas, estimando-se que todos os anos cerca de 15 milhões de meninas casem antes dos dezoito anos de idade.

O casamento infantil representa uma violação dos direitos humanos, incorrendo em incumprimento com as disposições da CDC. Os Problemas de saúde, resultante, em grande parte, da gravidez precoce quando o corpo ainda se encontra em desenvolvimento; as doenças sexualmente transmissíveis; a violência doméstica e o abandono escolar, condicionam a vida e o futuro das crianças, impedindo-lhes de viver a infância como crianças que são. Verifica-se que, com o casamento precoce o desenvolvimento físico e psicológico da criança é condicionado, como consequência do rápido crescimento a que as crianças são obrigadas. Estando sobre um contexto de força e coerção e, tendo em conta o seu estado de desenvolvimento cognitivo, as crianças não têm capacidade para dar o seu consentimento livre e informado, estando sujeitas a pressões da família e a chantagens emocionais para aceitarem o casamento.

Ainda que existam instrumentos internacionais e leis internas que pretendam terminar com a prática, verifica-se que a existência destas não é por si só suficiente para que o fenómeno termine, dado que a prática ocorre em vários países independentemente da religião ou da cultura. A existência de problemas estruturais nas instituições e o predomínio dos costumes culturais sobre a lei, faz com que exista uma fraca aplicação desta, levando ao seu incumprimento. Por conseguinte, para além da necessidade de leis explícitas, de modo a que não possam ser retiradas conclusões subjetivas, é necessário que as comunidades tomem consciência das consequências do casamento infantil. Para além da mudança da lei, é necessário a mudança de mentalidades.

Palavras chave – criança; casamento infantil; Direitos Humanos; Convenção dos Direitos da Criança; consentimento para casamento

Abstract

According to the Convention on the Rights of the Child, a child is defined as any individual below the age of eighteen years, and as such, child marriage is considered a marriage or union between two individuals in which one of the parties is of less than eighteen years of age.

Even though it may occur in both sexes child marriage mainly affects girls, being estimated that every year around 15 million girls enter a marriage before they complete eighteen years of age.

The practice of child marriage is a violation of human rights, going against the provisions of the Convention on the Rights of the Child. As a result, health problems arise through precocious pregnancy in a still developing body; sexually transmitted diseases, domestic violence and the abandonment of education, all contributing, by denying the children of their childhood, to shape the lives and future of these children. Furthermore, a physical and mental containment occurs in the child, as a consequence of the rapid growth and maturity it is forced to attain. The child, through an environment of force and coercion, is subject to the families' pressures and emotional blackmail into accepting the marriage, while its state of cognitive development lacks the capacity to give consent in a free and informed manner.

Although international instruments and national laws exist to condemn and end the practice, their existence, by themselves, is not enough to end the phenomenon that is child marriage - a practice still occurring in many countries, regardless of religion or culture. The ineffective enforcement of the law is a result of both problems in the structure of the institutions and the prevalence of cultural practices over the law, all which result in the latter's violation. Therefore, besides a need for well-defined laws, to avoid any subjective interpretations, it is necessary for the communities in question to become conscientious over the bearing consequences of child marriage. Besides a change in law, a change in mentality is necessary.

Keywords - child; child marriage; Human rights; Convention on the Rights of the Child; consent to marriag

*“Não existe revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma
como esta trata as suas crianças.”*

NELSON MANDELA

Índice

1. Introdução.....	9
2. Evolução histórica	13
3. O Direito das Crianças	18
3.1 O conceito de criança, adolescente, jovem e adulto	21
4. O problema do casamento infantil.....	28
4.1 Regimes jurídicos nos países com taxa de casamento infantil elevada..	30
4.2 Consequências do casamento infantil.....	56
5. O superior interesse da criança	60
6. Ius cogens e Direitos Humanos	66
7. Os instrumentos internacionais relacionados com o casamento infantil	73
7.1 A Declaração Universal dos Direitos Humanos	74
7.2 A Convenção dos Direitos da Criança	75
7.2.1 Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis.....	77
7.3 Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres	78
7.4 Convenção sobre o consentimento para casamento, idade mínima para casamento e registo de casamentos.....	80
7.5 Tratados regionais – o sistema regional africano.....	82
7.5.1 Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da criança.....	83
7.5.2 Protocolo sobre os Direitos das Mulheres em África à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.....	84
7.6 – Tratados Regionais – o sistema regional europeu.....	84
7.6.1 - Carta Social Europeia Revista.....	85
7.7 - Tratados regionais – o sistema regional interamericano.....	86

7.7.1 - A Convenção Interamericana sobre Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulheres.....	87
8. Considerações finais	89
Bibliografia.....	93

1. Introdução

A problemática do casamento infantil tem merecido, gradualmente, atenção na arena internacional. Prática bastante recorrente em diversos países, esta é considerada como uma violação dos Direitos Humanos, colocando em causa o desenvolvimento e o bem-estar da criança. Ainda que ocorra, em grande parte, em países cuja cultura, a religião e a situação socioeconómica, se assumem como factores preponderantes para a sua perpetuação, torna-se importante a sua análise de forma a que sejam encontrados mecanismos internacionais capazes de colocar fim a esta violação dos direitos humanos.

Lado a lado com a religião e a cultura, a desigualdade de género é também um dos factores encontrados quando analisados os países onde a prática ocorre, estando presente a crença de que as mulheres são inferiores aos homens e, tal se verifica, na diferença da idade mínima legal para contrair matrimónio que, geralmente, é sempre inferior para as mulheres. Tal deriva dos valores patriarcais presente nas sociedades, em que a mulher deve obedecer ao homem, estando sob controlo deste. Sendo o casamento infantil uma questão complexa, derivado das diversas causas que o permitem, é necessário que a resposta para o fim da prática tenha em conta todos estes factores através da análise de mecanismos eficientes que permitam dar uma resposta coesa e eficiente resultando, consequentemente, no fim da prática. Possivelmente, uma das primeiras soluções, passa pela estipulação legal a nível global, dos dezoito anos de idade como idade mínima para casar, independentemente do género, indo de encontro à definição de criança estipulada pelo artigo 1 da CDC. Ora, ainda que possa ser o fio condutor, esta solução não tem em conta as especificidades de cada país e apenas esta disposição legal não irá garantir o fim da prática, sendo que, tal como poderá ser analisado, grande parte dos países identifica uma idade mínima para o casamento, mas tal não é impedimento para que o casamento infantil ocorra. Actualmente, excetuado os EUA, todos os países do mundo ratificaram a CDC, Convenção essa que, ainda que de forma indirecta, penaliza o casamento infantil, verificando-se, contudo, que a prática continua a ocorrer diariamente em diversos Estados-parte da CDD. Assim, existe uma fraca capacidade de aplicação da lei para proibir o casamento infantil nos países onde a mesma ocorre. Esta débil aplicação da lei é muitas

vezes causada pelo conhecimento limitado que os decisores detêm para a aplicação das mesmas, problemas estruturais da justiça, corrupção ou até as crenças pessoais do próprio legislador. Deste modo, é necessário que a solução passe, primeiramente, por verificar formas de resolução dos factores que permitem o casamento infantil e, conseqüentemente, poderá assistir-se ao fim deste.

São nos países com um fraco desenvolvimento económico que se verifica um elevado número de casamentos precoces, sendo esta vista como uma forma de reduzir os encargos económicos na família da criança ao mesmo tempo que o dote, a ser pago pelo noivo da criança, se torna numa fonte de rendimento para a família desta. Ainda que seja prevalente nas áreas rurais dos países, quando comparado com os centros urbanos, o casamento infantil não diz respeito apenas a uma religião específica ocorrendo em várias culturas, fazendo com que a pratica seja vista de forma diferente de comunidade para comunidade.

Com o casamento infantil as crianças, especialmente as meninas, são obrigadas a abandonar a escola passando a ter o papel de esposa obediente e de mãe; estão sujeitas a contrair doenças sexualmente transmissíveis; são vítimas de violência, quer física quer psicológica, diários por parte do marido e são isoladas da própria família e da sociedade. Ora, tais consequências assumem-se como violações aos direitos humanos e, conseqüentemente, a violações no disposto na CDC. Ainda que as crianças sejam, directamente, as mais afetadas com a prática, também o país sofre as consequências derivado ao ciclo de pobreza que a prática perpetua. Com o casamento infantil, a criança é obrigada a abandonar a escola, não sendo desenvolvidas as capacidades que lhe permitam uma vida financeiramente estável e independente. Sem estas capacidades, a criança acaba por não ter ferramentas para construir uma vida estável que, poderia retirar da pobreza tanto a sua família como a criança em si. Assim, não tendo esta oportunidade, a família considera que o casamento é a melhor solução tanto para diminuir as despesas, obter algum valor monetário e, em certos casos, como forma de segurança.

Nos últimos anos o casamento infantil ganhou um crescente destaque na agenda internacional, assistindo-se à mobilização de ONG's e também da UNICEF em campanhas nos países, como forma de alertar para as consequências desta prática. Essencialmente, estas campanhas pretendem

capacitar as mulheres dos seus direitos, tornando estas nos agentes de mudança, ao mesmo tempo que alertam as comunidades e as famílias das consequências do casamento infantil, encorajando o diálogo entre as mulheres, para que compartilhem experiências, reduzindo o isolamento e vulnerabilidade.¹ A consciencialização das consequências do casamento infantil é o primeiro passo possível para que a prática termine, sendo necessário mudar as mentalidades das comunidades.

Neste sentido, primeiramente será realizado um breve enquadramento através da evolução histórica do conceito de criança para que possa ser possível identificar as suas demais variações. De seguida, torna-se importante abordar a autonomização de um novo ramo do Direito, o Direito das Crianças, bem como analisar o conceito de criança, adolescente, jovem e adulto. Em seguida, torna-se crucial analisar o problema do casamento infantil, as suas consequências e, beneficiando do Direito Comparado, analisar os regimes jurídicos cuja taxa de casamento infantil ocorre com maior prevalência, de modo a que possamos retirar conclusões que nos permitam compreender se as disposições legais são suficientes para terminar a prática. Seguidamente, com a referência do conceito de superior interesse da criança pretende-se verificar o porque da sua importância e em que moldes este deve ser considerado na tomada de decisão por parte do legislador. De imediato, analisa-se a questão do *ius cogens*, as suas características e particularidades para que possamos compreender que a proibição do casamento infantil é norma *ius cogens*, uma vez que está em causa a defesa dos Direitos Humanos. Por fim, analisa-se os variados instrumentos jurídicos internacionais e regionais que, directa ou indirectamente, proíbem a prática.

Não esqueçamos, contudo, que para além das consequências que advém directamente do casamento infantil, este também dá origem a outra prática tradicionalmente aceite, mas prejudicial. No sul da Etiópia, por exemplo, o casamento infantil geralmente segue a prática da mutilação genital feminina, sendo esta considerada um ritual de passagem para a feminidade.²

¹ GIRLS NOT BRIDES – How can we end child marriage? [Em linha] Disponível em WWW:<URL: <https://www.girlsnotbrides.org/how-can-we-end-child-marriage/#our-theory-of-change>>

² GIRLS NOT BRIDES –Why does child marriage happen? [Em linha] Disponível em WWW:<URL: <https://www.girlsnotbrides.org/why-does-it-happen/>>

As práticas tradicionais muitas vezes são indiscutíveis porque fazem parte da vida e da identidade de uma comunidade durante séculos, mas tal como refere Graça Machel³, as tradições são feitas por pessoas, e as pessoas podem desfaze-las.⁴ Apenas com o esforço conjunto do Direito e da mudança de mentalidade, será possível terminar com este problema que afeta milhares de crianças pelo mundo.

³ Terceira esposa de Nelson Mandela

⁴ *idem*.

2. Evolução histórica

Ao remontarmos para a evolução das sociedades, verifica-se que as crianças nem sempre foram alvo da especial atenção e protecção, como nos dias de hoje.

Na sua origem epistemológica, o termo infância deriva do latim *infans* cujo significado é “sem linguagem”. Considerando que a linguagem está ligada ao pensamento, conclui-se que existe uma ausência de pensamento e racionalidade, demonstrando que a criança era considerada como um ser menor, fruto do pecado entre a união dos pais, tal como defende Santo Agostinho⁵, evidenciando que a racionalidade é um dom divino, dom esse que não pertence às crianças.

Tal como evidencia Philippe Ariès⁶, a concepção de infância tem evoluído desde o século XV. Na Idade Média, não era atribuída importância à infância, as famílias não desenvolviam qualquer acto de afetividade pelas crianças, nem qualquer tipo de sentimentos fraternos. Se até aos três, quatro anos de idade, a criança era acompanhada pelos pais e tinha os seus momentos de criança, a partir dos seis anos de idade a criança passava a trabalhar como um adulto, acabando mesmo por frequentar todos os espaços que este frequentava. Crianças e adultos participavam nas mesmas situações e locais, quer fossem estas situações de trabalho ou de festa, evidenciando que na sociedade medieval não existia uma divisão de actividades consoante a idade dos indivíduos.

O desinteresse pela criança que marca a época medieval pode ser explicado pelas elevadas taxas de mortalidade infantil que existiam na época, apesar dos elevados níveis de natalidade. A verdade é que as elevadas taxas de mortalidade infantil acabaram por se tornar numa forma de regulação demográfica e solução de outros problemas na sociedade. Sobre esta última situação tome-se como exemplo a morte de crianças que surgiam fora do

⁵ GALZERANI, Maria Carolina Bovério apud CASTRO, Michele Bredel – Noção de Criança e Infância: diálogos, reflexões, interlocuções. [Em linha] p. 4 Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem13pdf/sm13ss04_02.pdf>

⁶ ARIÈS, Philippe apud CORTEZ, Clarice Zamonaro – As representações da infância na Idade Média. Jornada de Estudos Antigos e Medievais [Em linha] p. 1 Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2011/pdf/comun/03018.pdf>>

casamento (a ilegitimidade era repudiada) ou através da morte de crianças que nasciam com algum tipo de deficiência.⁷ É nesta altura que se dividiam o desenvolvimento humano em seis etapas da vida: as três primeiras etapas, etapas estas que não eram valorizadas pela sociedade, dizem respeito à primeira idade (desde o nascimento até aos sete anos de idade), à segunda idade (desde os sete anos até aos quatorze anos) e à terceira idade (dos quatorze aos vinte e um anos). Somente a partir da quarta etapa de vida (quarta idade, desde os vinte e um anos até aos quarenta e cinco anos) é que os indivíduos começavam a ser reconhecidos socialmente. Existia ainda a quinta etapa em que se considerava que o indivíduo já tinha ultrapassado a juventude, mas não tinha atingido a velhice e por último a sexta etapa, considerada como velhice, estando estipulada desde os sessenta anos até à morte.⁸

É entre os séculos XVI e XVII que se verifica uma transição gradual da na perspectiva do conceito de criança e na separação entre crianças e adultos. É no século XVII que surge pela primeira vez o conceito de infância na Europa, conceito que até então não existia. Para Ariès, o surgimento da infância com categoria autónoma começou primeiramente com a evolução dos sentimentos entre os séculos XVI e XVIII, que poderiam ser verificados através da arte, nomeadamente da pintura, sendo que é nesta altura que as crianças começam a ser retratadas nos quadros de família, situação que até então não ocorria derivado de serem consideradas seres efémeros.⁹ Assim, compreenda-se que antes do século XVI a sociedade não considerava a infância como uma época autónoma e diferenciada no desenvolvimento humano.

No final do século XIX dá-se início ao surgimento das primeiras instituições nos Estados Unidos da América que visam a resolução de conflitos das crianças com comportamentos delinquentes. A este surgimento juntaram-se os países anglo-saxónicos e latinos originando os primeiros Tribunais de Menores.

Porém, na sociedade contemporânea o grande marco pelo qual se pauta a alteração do conceito de criança tal como o conhecemos hoje, foi a Revolução

⁷ NUNES, Sara Isabel. O superior interesse da criança. p. 17

⁸ ARIÈS, Philippe. apud BRANCHER, Vantoir Roberto, NASCIMENTO, Claudia Terra e OLIVEIRA, Valeska Fortes - A construção Social do conceito de infância: uma tentativa de reconstrução historiográfica. [Em linha], p. 7. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1394/1191>>

⁹ BRANCHER, Vantoir Roberto, NASCIMENTO, Claudia Terra e OLIVEIRA, Valeska Fortes. op. cit., p. 6

Industrial. Com a Revolução Industrial no seu auge, assiste-se à exploração infantil derivada das condições de vida precárias a que os trabalhadores estavam sujeitos. Como forma de ajudar a família financeiramente, as crianças eram obrigadas a trabalhar estando à mercê das degradantes condições fabris, recebendo uma remuneração muito inferior à de um adulto do sexo masculino. É nesta conjuntura que existe a necessidade de Instituições que pudessem proteger essas crianças, levando a que vários países legislassem e definissem uma idade mínima para se ingressar no mundo do trabalho. A verdade é que o surgimento da idade mínima para ingressar no mundo do trabalho acabou por causar uma forte oposição por parte dos responsáveis pela indústria. Estes, utilizavam como justificação a necessidade do trabalho infantil como factor atenuante da pobreza dos progenitores, apenas com o intuito do aumento da mão de obra.¹⁰ Refira-se ainda que, independentemente de as crianças entrarem para o mundo do trabalho para contribuírem na diminuição das despesas da família, estas eram obrigadas pelos pais a ingressarem na actividade laboral sendo esta vista como uma forma de preparação para a vida adulta.

É após a Primeira Guerra Mundial que surge em 1920 em Genebra a União Internacional de Protecção à Infância, organização não governamental, assistindo-se posteriormente à declaração sobre os direitos da criança adotada pela Assembleia das SDN em 1924.¹¹ É com o surgimento desta declaração que se assiste à primeira referência de direitos da criança num instrumento jurídico. Na Declaração, estão presentes os princípios de protecção da criança independentemente da raça, religião e nacionalidade; a necessidade de condições favoráveis para o seu desenvolvimento e crescimento saudável; a protecção desta contra qualquer exploração; e o direito a ser alimentada, tratada, auxiliada e reeducada.¹²

¹⁰ OLIVEIRA, Oris de. Apud FEITAL, Cibele Vieira – Transformações na concepção de infância/adolescência e proibição do trabalho de crianças e adolescentes. III simpósio mineiro de assistentes sociais [Em linha] p. 8. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/TRANSFORMA%C3%87%C3%95ES%20NA%20CONCEP%C3%87%C3%83O%20DE%20INF%C3%82NCIA_%20ADOLESC%C3%84NCIA%20E%20PROIBI%C3%87%C3%83O%20DO%20TRABALHO%20DE%20CRIAN%C3%87AS%20E%20ADOLESCENTES.pdf>

¹¹ RODRIGUES, Almiro Simões apud NUNES, Sara Isabel, op. cit., p.17

¹² ALBUQUERQUE, Catarina – As Nações Unidas, a convenção e o comité. Direitos da Criança [Em linha] p. 27. Disponível em: <http://www.gddc.pt/actividade-editorial/pdfs-publicacoes/BDDC8384/8384Dir_Crianca.pdf>

É com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1946, que se verifica o surgimento do Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF). Este Fundo tinha inicialmente um cariz provisório de forma a alertar o mundo para os problemas das crianças no mundo do pós-guerra. Todavia, verificou-se a necessidade de este ter um carácter temporal indefinido, deixando assim a sua acção ilimitada no tempo, alterando-se o nome para Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Posteriormente, em 1948 assiste-se à Declaração Universal dos Direitos do Homem adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, sendo este o primeiro instrumento internacional que enuncia os direitos que todo o ser humano beneficia. É neste seguimento que, onze anos mais tarde, em 1959, surge a Declaração dos Direitos da Criança, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Composta por uma série de direitos ao qual a criança deveria ter acessos para o seu desenvolvimento, apesar de não ser uma declaração vinculativa, todos os direitos dispostos resumiam-se pela necessidade de protecção e cuidados especiais.

Com o desenvolvimento das sociedades e a crescente preocupação com os Direitos do Homem, em 1978 o governo da Polónia propõe que as Nações Unidas adotem uma Convenção sobre os direitos da criança, de forma a que as disposições desta passem a ter um carácter vinculativo. É assim que, após ter sido criado um Grupo de Trabalho de Composição Ilimitada sobre a Questão de uma Convenção sobre os Direitos da Criança^{13 14}, grupo este que foi criado pela Comissão dos Direitos do Homem, de forma que este pudesse avaliar minuciosamente as disposições no texto proposto. Após várias reuniões do Grupo de Trabalho, em 1989 foi finalmente adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, estando aberta a assinatura e ratificação em Nova Iorque a 26 de janeiro de 1990.

¹³ Entenda-se que a composição ilimitada do Grupo de Trabalho significava que todos os Estados membros da Comissão dos Direitos do Homem podiam fazer parte do mesmo e que todos os outros Estados membros das Nações Unidas poderiam enviar “observadores”, os quais teriam o direito de fazer intervenções. Podiam também participar no Grupo de Trabalho as organizações não-governamentais com um estatuto consultivo junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

¹⁴ ALBUQUERQUE, Catarina, op. cit., p. 30

Tal como outros países, Portugal assinou a Convenção a 26 de janeiro de 1990, tendo ratificado a 21 de setembro de 1990 através da Resolução da Assembleia da República n.º 20/90 de 12 de setembro. Entende-se desta forma a importância dada à protecção das crianças, visto que com este instrumento internacional os países tinham que harmonizar o seu direito interno de forma a que este respeitasse as directivas e normas dispostos naquele.

É nesta conjuntura de gradual preocupação ao longo das décadas na protecção das crianças, que se torna necessário analisar as situações em que as mesmas não são protegidas, embora existam variados instrumentos internacionais cujo principal objectivo seja a sua protecção. Tal como refere Maria Clara Sotto Mayor¹⁵, as crianças continuam a ser um grupo social discriminado, alvo de violência e de abandono por parte dos adultos, verificando-se ainda uma deficiente técnica legislativa na resposta aos problemas existentes.

¹⁵ SOTTOMAYOR, Maria Clara – Regulação do exercício das responsabilidades parentais nos casos de divórcio. p. 40

3. O Direito das Crianças

Tendo em vista a protecção do bem-estar e do desenvolvimento da criança, surge o Direito das Crianças. Tal como já foi exposto no tópico anterior, se nos primórdios da história as crianças eram vistas como objetos, é com o evoluir da sociedade e juntamente com o direito que se afirma a necessidade da criação de um direito que regule e proteja as crianças.

Considere-se então o Direito das Crianças como uma disciplina jurídica da qual fazem parte os estudos provenientes de todas as relações sociais da qual a criança ocupa a posição de sujeito, detentora de todos os direitos inerentes à sua condição de pessoa em desenvolvimento.¹⁶ Desta forma, justifica-se a autonomia deste ramo do Direito pelas seguintes razões¹⁷: primeiramente, é necessário ter em consideração que nos ramos clássicos do direito não se inserem os problemas sociais e jurídicos que afetam as crianças, no estudo e na investigação dos mesmos. Os ramos clássicos do direito consideram que a noção de sujeito autónomo parte presumivelmente de uma pessoa adulta, sem ter em consideração as especificidades da natureza biológica, psicológica, jurídica e social das crianças. Em segundo lugar, a autonomia do Direito das Crianças deve ser vista como uma forma de melhorar as decisões administrativas e judiciais que a estas dizem respeito, devido ao facto de esta permitir uma formação especializada aos órgãos aplicadores do direito. De seguida, evidencia-se que o Direito das Crianças se caracteriza por uma abordagem multidisciplinar em que existe o cruzamento dos diferentes ramos do Direito entre si e entre as ciências sociais, levando a que o Direito progrida de forma a encontrar soluções que mais se adequem na protecção das crianças. Por último, é com a autonomização do Direito das Crianças que se verifica uma consciencialização por parte da sociedade da dignidade humana da criança enquanto pessoa, reconhecendo as suas aptidões físicas, psíquicas e intelectuais.¹⁸

Assim, a existência de direitos especiais direccionados à criança resulta da

¹⁶ SOTTOMAYOR, Maria Clara – Temas de Direitos das Crianças. 1ª ed. Coimbra: Almedina, 2014. ISBN 978-972-40-5588-6 p. 15

¹⁷ idem, p. 16

¹⁸ ibidem.

preocupação em garantir o desenvolvimento eficaz do ser humano. Os direitos fundamentais da criança têm a particularidade de não serem dirigidos somente ao Estado, mas também será como sujeito passivo, a sociedade, em especial a família e, em segundo plano, as outras entidades da qual a criança faz parte.¹⁹ É neste sentido que a investigação em Direito da Criança deve iniciar-se com a compreensão individual e social da noção de infância e consciencialização das várias experiências de se ser criança.²⁰

Tal como refere Clara Sottomayor, assumindo-se defensora da teoria feminista do Direito²¹, o patriarcado é um sistema de organização social, pelo que o Direito das Crianças não pode ignorar e desligar o tratamento jurídico das questões que lhe dizem respeito da história do patriarcado, em que as crianças eram vistas como objetos, propriedade do pai e submetidas à sua autoridade, conceção presente ainda hoje, de forma implícita e inconsciente, na mentalidade dominante.²²

Analizando a Declaração dos Direitos Humanos, verifica-se que esta não contempla a especificidade de ser criança que, por sua vez, necessita de direitos específicos. Foi este o primeiro impulso para que se verificasse a necessidade de autonomização do Direito das crianças. Em Portugal, sobretudo após a instauração da República, houve uma proliferação de diplomas legais sobre a organização e competência de tribunais de infância.²³ Este processo de autonomização verificou-se no direito judiciário, através do afastamento das crianças com menos de dezasseis anos do sistema penal dos adultos, com a introdução dos Tribunais de Menores, inicialmente denominados de “Tutorias de Infância”, pelo Decreto Lei de 27 de maio de 1911 ainda que, numa primeira fase, estivesse em vigor em apenas para uma parte do país.²⁴ É em 1925, com o

¹⁹ PAULA, Bruna, CAÚLA, Bleine - Autonomia da vontade da criança sob a ótica dos direitos fundamentais – o direito ao livre desenvolvimento da personalidade [Em linha] p. 8. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=29d74915e1b32367>>

²⁰ SOTTOMAYOR, op. cit., p. 18

²¹ A juíza assume-se como defensora da teoria feminista do Direito, uma vez que esta analisa as questões sociais e jurídicas à luz do conceito da sociedade patriarcal, de domínio masculino sobre as mulheres e crianças, sendo estes últimos a maioria da população.

²² *ibidem*.

²³ FURTADO, Leonor, GUERRA, Paulo – O novo Direito das crianças e jovens: um recomeço. 1ª ed. Lisboa: Centro de estudos judiciais, [s.d.] p. 28

²⁴ RODRIGUES, Anabela apud SOTTOMAYOR, Maria Clara – A autonomia do Direito das crianças. In LEANDRO, Armando, LÚCIO, Álvaro Laborinho, GUERRA, Paulo (eds) Estudos em Homenagem a Rui Epifânio. p. 79

Decreto nº 10767 de 15 de maio que se estendeu o sistema iniciado em 1911 a todo os país, colecionando alguma legislação dispersa sobre os menores.²⁵ Destacam-se assim estes dois diplomas fundamentais no domínio do direito criminal dos menores, tendo instituído os trâmites das Tutorias de Infância.²⁶ Deste modo, o Direito das Crianças português como o conhecemos hoje, define a infância como a fase da vida do ser humano que dura até aos dezoito anos e, até esta idade, o ser humano encontra-se numa situação de fragilidade e de dependência física e emocional, exigindo do Estado e da sociedade deveres especiais de protecção.²⁷ Ainda que não seja uma fase uniforme, a lei prevê limites de idade inferiores aos dezoito anos, correspondente a um grau específico de desenvolvimento e, conseqüentemente, portador de responsabilidades. A título de exemplo, para efeitos de trabalho, o Código do Trabalho português no artigo 68º número 1 e 2, define a idade mínima de admissão nos dezasseis anos de idade. Ora, a doutrina designa estas situações em que menores são tratados como adultos, ainda que não tenham atingido a maioridade legal, como maioridades especiais ou antecipadas.²⁸

Se é verdade que o Direito das Crianças faz parte do Direito da Família, é também verdade que não é restrito a este, atravessando fronteiras dos ramos de direito estabelecidos, derivado das necessidades especiais e direitos específicos que o ser humano detém durante a infância.²⁹

Foi a existência de diversas questões e derivado da sua complexidade, que se verificou a necessidade desta autonomização, pois os ramos clássicos do Direito não conseguiam dar resposta a essas mesmas questões. Considere-se assim que o Direito das crianças como disciplina jurídica range o estudo de todas as relações sociais em que a criança ocupa a posição de sujeito, titular de direitos fundamentais e de direitos específicos, decorrentes da sua situação de ser em desenvolvimento. Esta autonomia não só científica, mas também didática, tem uma importância prática e simbólica na medida em que chama a atenção para o valor das crianças como pessoas e para a sua especificidade.³⁰

²⁵ FURTADO, Leonor, GUERRA, Paulo, op. cit., p. 28

²⁶ *ibidem*.

²⁷ SOTTOMAYOR, op. cit., p. 34

²⁸ *ibidem*, p. 36

²⁹ *ibidem*, p. 43

³⁰ *ibidem*, p. 63

3.1 O conceito de criança, adolescente, jovem e adulto

Analisemos de seguida a questão do conceito de criança, adolescente, jovem e adulto. Enquanto que no conceito de adulto conseguimos de uma forma imediata fazer a distinção de adulto e criança, o mesmo não se verifica quando somos confrontados na delimitação do conceito de criança, adolescente e jovem. Em grande parte dos países do mundo, considera-se a idade de 18 anos como a idade que marca a passagem da juventude para a idade adulta, uma vez que é a idade em que existe o reconhecimento perante a lei de que se é adulto. Não se confunda, porém, a maioridade atingida aos dezoito anos com o conceito de licença, uma vez que neste último existe apenas a permissão legal para um determinado acto.³¹ Tomando como exemplo o Direito português, o processo de aquisição da maioridade permite a existência da chamada maioridade antecipada através da atribuição de capacidades aos menores para actos jurídicos específicos.³²

Tendo em conta que existe uma mudança no *status* de criança para jovem, e de jovem para adulto, cada etapa acarreta direitos, deveres e obrigações, sendo necessária a delimitação de cada uma delas.³³ A verdade é que esta delimitação em termos jurídicos e sociais, não é linear de forma a que possamos identificar que até determinada idade se considera criança e a partir de uma determinada idade se considera jovem. É necessário ter em consideração que estes conceitos sofrem alterações, tendo em conta o meio social, cultural que estão sujeitos os indivíduos. Desta forma, não podemos definir o conceito de criança sem que se tenham em conta as demais condições geográficas, as variáveis económicas, a classe, o género e a raça do qual fazem parte do meio envolvente dos indivíduos.

A noção de criança marca-se primeiramente pelo pensamento de filósofos como Platão e Aristóteles. Platão concebe a criança como um ser irracional e

³¹ Tenha-se como por exemplo a situação estabelecida nos Estados Unidos da América. Enquanto que a idade de reconhecimento legal de um adulto é de 18 anos (excetuando os Estados Alabama, Nebraska Porto Rico e Missipi), a idade de licença para adquirir bebidas alcoólicas é de 21. Entenda-se que a idade de licença pode ser superior ao reconhecimento legal de adulto.

³² SOTTOMAYOR, Maria Clara – A noção da criança na lei e nas ciências sociais. Boletim da Ordem dos Advogados. p.9

³³ WYNESS, Michael; HARRISON, Lisa; Buchanan Ian – Childhood, politics and ambiguity: towards na agenda for children's political inclusion. Sociology – A journal of the British Sociological Association. p. 82

impulsivo³⁴, ignorante e desprovidos de sabedoria e de racionalidade para controlar as situações adversas.³⁵ Segundo o filósofo, a relação entre pai e filho era construída como uma relação hierarquizada e baseada na obediência das crianças aos adultos, caracterizando como um abuso de liberdade do regime democrático “que o pai se acostume a tratar o filho como igual e a temer os filhos, e o filho a ser tanto como o pai, e a não ter nem respeito nem receio dos pais.”³⁶ Para Aristóteles a criança era um ser irracional, inacabado e imperfeito.³⁷ Partindo de uma conceção de pessoa baseada exclusivamente na idade adulta, Aristóteles considerava que a capacidade deliberativa das crianças eram imperfeitas, necessitando estas do pai como guia.³⁸ Se é verdade que a filosofia política da Idade Moderna, através de Locke, continuou a defender a irracionalidade e a incapacidade das crianças,³⁹ Rousseau é o filósofo que lança as bases para a conceção de criança que hoje conhecemos. Rejeitando a conceção tradicional da criança como um “adulto em miniatura”⁴⁰, Rousseau reconhece a criança como um sujeito semelhante ao adulto, defendendo que a infância tem maneiras de pensar, de ver e de sentir que lhe são próprias, sendo esta fase de desenvolvimento humano enquanto momento de aprendizagem e humanização.⁴¹ Lado a lado desta perspectiva positivista da criança, surge Kant, filósofo cuja influencia na ciência jurídica é bastante evidente. Segundo o filósofo, as crianças têm direitos morais, que decorrem do seu direito inato à liberdade, como o direito a serem cuidadas pelos seus pais.⁴²

Analisando a perspectiva da psicologia, entende-se que a infância⁴³ é um processo em que se assiste ao desenvolvimento das capacidades cognitivas para a maturidade emocional e mental, da qual resultam aprendizagens que irão ser

³⁴ PLATÃO – A República. 9ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. p.132, livro IV, 441 b: “É algo que se pode ver até nas crianças que, desde que nascem, são logo plenas de irascibilidade ao passo que a razão, no meu pensar, algumas jamais dela participam e a maioria bastante tarde”

³⁵ ibidem, Livro X, 598 c, p. 258

³⁶ ibidem, Livro VIII, 566 e, p. 228

³⁷ ARISTÓTELES – La politica [Em linha] p. 45. Disponível em: <<http://fama2.us.es/fde/ocr/2006/politicaAristoteles.pdf>>

³⁸ ARISTÓTELES – Política. Madrid: Editorial Gredos, 1988. pp.81 e 82

³⁹ SOTTOMAYOR, Maria Clara, op. cit., p.28

⁴⁰ ibidem, p. 29

⁴¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques - ÉMILE ou de l'Éducation: Livres I, II et III [Em linha] p. 33 Livre Premier. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/Rousseau_jj/emile/emile_de_education_1_3.pdf>

⁴² KANT, Immanuel – A metafísica dos costumes. 1ª ed. São Paulo: Edipro, 2003. p. 62

⁴³ Conceito utilizado como espaço temporal em que se enquadra o conceito de criança.

o resultado do futuro adulto. Tal como defende Henri Wallon, na psicologia podemos considerar que existem etapas a que cada uma das quais corresponderá um determinado conjunto de aptidões ou características que a criança deve adquirir para se tornar adulta.⁴⁴

Já na perspectiva sociológica, a infância é o espaço temporal em que ocorrem os processos de socialização, da qual a família se revela o agente de socialização principal, admitindo que é através desta que são criadas as primeiras relações afetivas e dá-se início à formação da personalidade.⁴⁵ A socialização na infância origina que a criança tenha um papel ativo na criação e modificação de culturas, admitindo que a criança é um sujeito social que participa na própria socialização, mas também de reprodução e transformação da sociedade ainda que esteja inseridas no mundo adulto, ou seja “elas são agentes ativos, que constroem as suas próprias culturas e contribuem para a produção do mundo adulto”.⁴⁶

A CDC define criança como todo o ser humano até aos 18 anos. Tal como refere Maria Clara Sottomayor⁴⁷ o direito civil português define menoridade como o período de tempo da vida humana que começa no dia do nascimento de uma pessoa e termina no dia em que esta completa o décimo oitavo ano de vida, pelo que em termos jurídicos, esta fase da vida humana é caracterizada por uma incapacidade de exercício de direitos. Porém, ao analisarmos o código civil inglês, por exemplo, verifica-se que se nega às crianças o estatuto de criança, quando estas cometem actos ilícitos criminais. Por exemplo, caso uma criança cometa um acto ilícito criminal, segundo a lei penal inglesa, a criança passa a ser penalizada no sistema penal dos adultos, visto que a lei inglesa prevê a idade da imputabilidade aos 10 anos⁴⁸, ou seja, uma criança que cometa um acto criminal, à luz da lei inglesa, aos 10 anos de idade já poderá responder pelos seus actos de forma consciente e condenada pelos mesmos.⁴⁹ Posto isto, tal

⁴⁴ WALLON, Henri – Henri Wallon.p.44

⁴⁵ SOTTOMAYOR, Maria Clara, op cit., loc. cit.

⁴⁶ WILLIAM, Corsaro apud DELGADO, Ana Cristina e MÜLLER, Fernanda – Sociologia da infância: pesquisa com crianças. p.354

⁴⁷ SOTTOMAYOR, Maria Clara, op cit., loc. cit.

⁴⁸ UNITED KINGDOM, Constitution (1933) Children and Young Persons Act 1933, Section 50

⁴⁹ Salienta-se o facto de que na Escócia a imputabilidade verifica-se aos 12 anos. Apesar do início da responsabilidade penal no Reino Unido estar fixada nos 10 anos, a privação de liberdade apenas é admitida a partir dos 15 anos.

como defende a autora, torna-se claro, que o conceito de criança associado ao sentimento de inocência presente na cultura ocidental, acaba por deixar desprotegidas aquelas que não têm um comportamento de acordo com esta etapa de desenvolvimento, acabando por lhes serem retiradas as qualidades de criança.⁵⁰

A noção de criança, aparentemente natural e universal, diz respeito ao período pelo qual passa o ser humano antes de se tornar adulto, caracterizado pela distinção biológica, emocional e psicológica entre o adulto e a criança, noção esta que, como evidenciado, varia de época, lugar e contexto.⁵¹ Deste modo, a noção de criança está sujeita à determinada construção social, dependendo da época, da história e da cultura. Contudo, em termos legais, através do casamento a criança torna-se emancipada, isto é, ainda que um ser humano seja considerado criança em termos de desenvolvimento físico e cognitivo, através do casamento a criança passa a ter plena capacidade de direitos, tal como acontece aquando da maioridade. Em Portugal, tal está regulado no artigo 133 do Código Civil em que, estando a idade núbil fixada nos dezasseis anos, verifica-se a plena capacidade de exercício de direitos decorrentes da emancipação.⁵²

No que diz respeito ao conceito de adolescente, este é muitas vezes utilizado como sinónimo de jovem, ainda que sejam etapas diferentes na vida do ser humano. Embora não existe um conceito de adolescência aceite internacionalmente, segundo a OMS os limites cronológicos da adolescência são definidos entre os dez e os dezanove anos⁵³, critério este usado principalmente para fins estatísticos e políticos.⁵⁴ Ainda que não seja utilizado para fins de delimitação do conceito de adolescência, o critério é utilizado como linha orientadora para a delimitação do mesmo. Porém, existe a dificuldade em definir a adolescência em termos precisos, visto que cada indivíduo vivencia esse período de modo diferente dependendo de sua maturidade física, emocional e

⁵⁰ SOTTOMAYOR, Maria Clara, op cit., loc. cit.

⁵¹ ibidem, p. 37

⁵² DECRETO-LEI nº 496/77 D.R. I Série Nº 273

⁵³ WORLD HEALTH ORGANIZATION - Health for the World's Adolescents: a second chance in the second decade [Em linha] p. 1. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112750/1/WHO_FWC_MCA_14.05_eng.pdf>

⁵⁴ EISENSTEIN, Evelyn - Adolescência: definições, conceitos e critérios [Em linha] Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167>

cognitiva, e de outros factores, ainda que o início da puberdade possa ser uma linha de demarcação clara do início da adolescência.⁵⁵ A puberdade ocorre em momentos diferentes no sexo masculino e no sexo feminino, sendo que esta varia também dentro do mesmo género. Desta forma, existem casos em que a puberdade se inicia antes de se atingir os dez anos de idade, ou seja, antes de serem considerados adolescentes, de acordo com o critério da OMS, assistindo-se, deste modo, a algumas mudanças fisiológicas e psicológicas básicas associadas à adolescência.⁵⁶ Outro dos factores que leva à difícil delimitação do conceito de adolescente é a ampla variação nas leis nacionais que estabelecem limites mínimos de idade para participação em atividades consideradas exclusivas de adultos⁵⁷, a maioridade especial, como verificamos no capítulo anterior.

De facto, é relativamente recente a ampla aceitação da importância da adolescência, ainda que esta possa variar de acordo com os critérios vigentes na sociedade assistindo-se, ainda nos dias de hoje, em diversas culturas, a transição da infância para a vida adulta através algum rito de passagem, que valida o momento em que se espera que o indivíduo assuma sua independência, suas responsabilidades, suas expectativas e os privilégios vinculados à vida adulta.⁵⁸ Posto isto, considere-se então que **a adolescência** é o período de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado pelo desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e pelos esforços do indivíduo em alcançar os objetivos relacionados às expectativas culturais da sociedade em que vive.⁵⁹

Relativamente á juventude, a OMS define esta como um processo sociológico. Se a adolescência é um processo biológico que ocorre entre os dez e os dezanove anos, a juventude é uma categoria sociológica que prepara o indivíduo para o exercício da vida adulta e das responsabilidades que tal acarreta, sendo esta a categoria mais flexível em termos de faixa etária.⁶⁰ Assim,

⁵⁵UNICEF - Situação mundial da infância [Em linha] p. 8. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/br_sowcr11web.pdf>

⁵⁶ idem.

⁵⁷ idem.

⁵⁸ ibidem, p. 12

⁵⁹ EISENSTEIN, Evelyn, op. cit.

⁶⁰ UNITED NATIONS - Definition of youth [Em linha] Disponível em WWW:<URL: <http://www.un.org/esa/socdev/documents/youth/fact-sheets/youth-definition.pdf>>

a OMS define juventude entre os quinze e os vinte e quatro anos de idade, sendo esta a etapa de transição da dependência para a independência da idade adulta ao mesmo tempo que toma consciência da sua interdependência como membro da comunidade.⁶¹

Por último, segundo Daniel Levinson, o conceito de idade adulta não se caracteriza como uma fase única, mas sim como uma sequência de fases⁶² ou períodos da qual denomina de *estações da vida do homem*. De acordo com o autor, é nesta fase que o mundo externo contribui para as aspirações do homem e é entre as possibilidades e constrangimentos do seu ambiente que este faz as suas escolhas e constrói o seu mundo.⁶³ Existem assim, marcos que se associam à passagem para a idade adulta entre os quais a independência financeira ou a saída da casa familiar, por exemplo. O adulto padrão trata-se de um adulto produto da possibilidade de se poder controlar e projetar todas as dimensões da vida, com etapas a percorrer e objectivos a cumprir, tendo atingindo a maturidade biológica, sexual e psicológica.⁶⁴ Ou seja, um adulto padrão caracteriza-se por uma identidade social construída, e de uma autonomia financeira e, ainda que não possa ser definido exclusivamente em termos etários, usualmente, é remetido para uma idade que se encontra entre o intervalo dos vinte e cinco aos sessenta e cinco anos.⁶⁵ Contudo, as mudanças socioeconómicas, e o constante desenvolvimento tecnológico, faz com que o conceito de adulto seja um contínuo processo de aprendizagem, construção e desenvolvimento de forma a dar resposta às novas exigências da sociedade.

Em termos legais, em Portugal, como estipulado no artigo 130º do Código Civil⁶⁶, a maioridade é definida nos dezoito anos e, todo aquele que perfizer dezoito anos de idade adquire plena capacidade de exercício de direitos, ficando habilitado a reger o próprio e todos os seus bens, isto é, passa a ter capacidade

⁶¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - What do we mean by “youth”? [Em linha] Disponível em WWW:<URL: <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/youth/youth-definition/>>

⁶² LEVINSON, Daniel J. - A Conception of Adult Development [Em linha] p. 4 Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.455.6972&rep=rep1&type=pdf>>

⁶³ AGUDO, Viviana – A transição para a idade adulta e os seus marcos: que efeito na sintomatologia depressiva? Lisboa: Faculdade Psicologia e Ciências da Educação, 2008. Tese e mestrado. p. 10

⁶⁴ SOUSA, Filomena – O que é “ser adulto”: as práticas e representações sociais sobre o que é “ser adulto” na sociedade portuguesa. [Em linha] p. 60. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/reaa/article/download/11459/13227>>

⁶⁵ idem.

⁶⁶ Código Civil. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2012. ISBN 978-972-40-4963-2

jurídica de exercício, exercendo por si próprio e livremente os seus direitos cumprindo as suas obrigações e deveres.

Em síntese, o ser humano passa por diversas fases distintas ao longo do seu desenvolvimento, fases essas com necessidades especiais e distintas que, por influencia do paradigma social e cultural onde os indivíduos se inserem, poderá levar a diferentes concepções de cada um dos conceitos. Simultaneamente as diferenças que existem quanto à idade cronológica, a idade biológica e a idade psicológica, permitem que os diferentes estágios da vida possam estar interligados entre si, dificultando a sua delimitação concreta. Por idade cronológica, compreende-se a contagem do tempo desde o nascimento, sendo esta considerada em termos legais e formais; a idade biológica abrange as características físicas e a idade psicológica diz respeito à idade representada pelo estado de espírito do indivíduo, de acordo com os seus pensamentos e as suas acções.⁶⁷

Verifica-se, portanto, que as diferentes etapas do ser humano merecem especial atenção e os seus deveres e direitos devem ser adaptados à etapa de vida em que inserem. Deste modo, as crianças devem ser protegidas como seres em desenvolvimento que são, independentemente da situação. Com tal afirmação, não se considere que qualquer acto deva ser “desculpado” pelo simples facto de ser criança, mas sim a necessidade de se encontrar mecanismos que permitam a protecção da criança, não a privando da sua infância, ao mesmo tempo que tais actos possam ser utilizados para que sirvam de aprendizagem à criança, mediante as circunstancias.

Em suma, o desenvolvimento do conceito de criança permitiu verificar as necessidades especiais que estas necessitam para o seu crescimento, de forma a que se tornem adultos capazes de responder a todos os desafios da sociedade. Logo, é evidente que existem cuidados específicos que permitam a evolução da criança e a protecção dos seus direitos.

⁶⁷ DATTOLI, Clovis - O ciclo de vida e as idades dos humanos [Em linha] (2017) [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em WWW:<URL: https://obemviver.blog.br/2017/06/21/__trashed-2/>

4. O problema do casamento infantil

Prática recorrente nas sociedades antigas e medievais, o casamento infantil era visto indiscutivelmente como uma conduta comum, em que as famílias retiravam benefícios através deste. Estes benefícios sobrepunham-se ao bem-estar da criança considerando que, tal como identificado em capítulos anteriores, a percepção de bem-estar da criança como hoje a conhecemos não existia na época. As crianças eram propriedade dos seus progenitores, não eram vistas como sujeitos detentores de vontade própria, mas sim como um objecto para alcançar um fim.

Tanto homens como mulheres estão sujeitos à prática do casamento infantil, porém, é no sexo feminino que a prática ocorre com maior frequência fazendo com que esta esteja lado a lado com o problema da desigualdade de género. A disparidade de idade no casamento entre homens e mulheres está enraizada em países cujo estereótipo cultural reduz o papel das mulheres para mães, esposas e donas de casa enquanto os homens são os responsáveis pela unidade familiar.⁶⁸ Segundo dados da UNICEF, mais de 700 milhões de mulheres em todo o mundo casaram enquanto crianças, das quais 250 milhões casaram com menos de 15 anos de idade.

Analisando as sociedades onde a prática ocorre com maior frequência, verifica-se que a questão cultural e a situação económica acabam por influenciar a ocorrência desta. Relativamente à questão cultural, podemos verificar que esta prática encontra-se enraizada nas sociedades por duas razões históricas⁶⁹: primeiramente, justifica-se pela preocupação da sociedade com a fertilização máxima, mesmo que tal signifique uma elevada taxa de mortalidade tanto da progenitora como do feto; e em segundo lugar o casamento infantil é visto como uma forma de alianças sociais e económicas tanto para a comunidade como para as famílias⁷⁰, acabando por proteger esta última das críticas sociais.⁷¹

⁶⁸ BUNTING, Annie - Stages of Development: Marriage of Girls and Teens as an International Human Rights Issue. Social & Legal Studies [Em linha] p. 27. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2231681>>

⁶⁹ KOHM, Lynne Marie - Suffer the Little Children: How the United Nations Convention on the Rights of the Child Has Not Supported Children [Em linha] Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1962681>>

⁷⁰ Entenda-se que ao utilizar-se o termo “comunidade” este pretende transmitir a ideia de uma comunidade geograficamente localizada da qual os seus membros têm objectivos comuns.

⁷¹ KOHM, Lynne Marie, op. cit., p. 5

Existe também o medo de uma menor aceitação da jovem na comunidade caso esta seja vítima de violação, tenha relações ilícitas ou fuja de casa. Em muitos contextos culturais, os membros mais velhos das comunidades referem que “seria uma vergonha para a família se uma menina ficasse grávida fora do casamento”⁷², afirmação esta que mostra a necessidade que existe nestas comunidades em que sejam abordadas questões relativas à sexualidade e ao incentivo de uma sexualidade segura e protegida. Embora o casamento infantil seja prática que ocorre em diversas partes do mundo, verifica-se que esta é mais recorrente em países em desenvolvimento nas suas comunidades rurais, pois estas tendem a ter atitudes e costumes tradicionais mais enraizados, sendo menos afetadas por influências externas.⁷³ Porém, é importante realçar o facto de que em muitas sociedades o casamento infantil ocorre simplesmente por ser tradição nas gerações da família, levando a que a sua recusa implique o afastamento da família na comunidade.

Quanto à questão económica, o fraco poder económico dos países em que a prática ocorre, leva a que as famílias das crianças “vendam” estas a troco de um *dote* que pode ser constituído por bens alimentares ou valor monetário. Para que o valor pago pelo futuro marido seja o mais alto possível⁷⁴, é necessário preservar a virgindade da criança e a honra da família. Verifica-se que nos países cujo os níveis de desenvolvimento sócio económicos são mais baixos, existe a predominância para qua a idade de casamento das crianças seja baixa, assim como os níveis de alfabetização, a expectativa de vida das mulheres e a remuneração.⁷⁵ Compreenda-se, porém, que nestas sociedades a sobrevivência das famílias depende da habilidade desta em produzir os seu próprios meios de subsistência⁷⁶, pelo que um maior número de filhos, preferencialmente meninas, acaba por permitir a ocorrência do casamento infantil, sendo esta uma forma da

⁷² BUNTING, Annie, op. cit., p. 28 et seq.

⁷³ International Planned Parenthood Federation and the Forum on Marriage and the Rights of Women and Girls. Ending child marriage: A guide for global policy action [Em linha] p. 10 Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/662_filename_endchildmarriage.pdf>

⁷⁴ REIS, Carlos. “Casamentos forçados”. Além-mar: visão missionária. [Em linha] Disponível em: <<http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EFkIEFEAIRUCyQiqY.>>

⁷⁵ BUNTING, Annie, op. cit., p. 25 et seq.

⁷⁶ International Planned Parenthood Federation and the Forum on Marriage and the Rights of Women and Girls, op.cit., p. 18 et seq.

família ter possibilidade de obter algum valor monetário através do pagamento do futuro esposo.

Posto isto, consideremos que por casamento infantil se compreende o matrimónio entre um homem e uma mulher com idade inferior a dezoito anos, indo assim de acordo com o conceito de criança definido no artigo 1 da CDC.

4.1 Regimes jurídicos nos países com taxa de casamento infantil elevada

Segundo dados da UNFPA, estima-se que mais de 140 milhões de meninas irão casar prematuramente entre 2011 e 2020.⁷⁷ Dados demonstram que é na parte rural da África subsariana e no Sul da Ásia que a prática ocorre em grande número, fundamentando assim o facto da situação socio económica ser uma das condições preponderantes na existência do casamento precoce, uma vez que estes países têm um baixo nível de desenvolvimento.

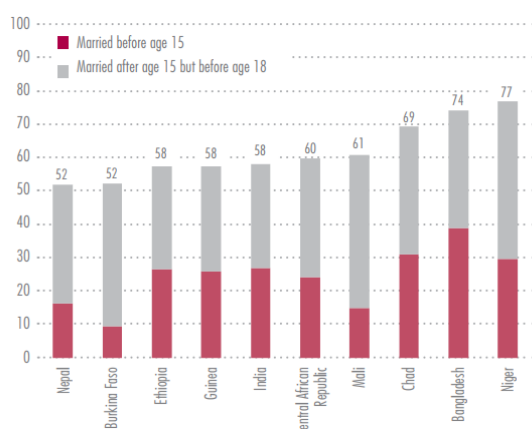


Gráfico 1 - Percentagem, de mulheres dos 20 aos 49 anos que se casaram antes dos 15 e 18 anos, nos 10 países com a taxa de casamento mais elevada

Tal como pode ser verificado no gráfico 1⁷⁸, os 10 países cujas taxas de casamento infantil são mais elevadas de acordo com a UNICEF em 2014, são o Nepal, Burkina Faso, Etiópia, Guiné, Índia, República Centro-Africana, Mali, Chade, Bangladesh e Níger. Porém, embora estes sejam os 10 países onde se verificam o maior número de

casamentos infantis, existem outros países em que a prática ocorre também com um número bastante significativo, sendo eles o Malawi, o Iémen e o Paquistão. No entanto, existe uma grande dificuldade em reunir dados estatísticos concretos, uma vez que os casamentos na maior parte não são registados. A título de exemplo, em vários países africanos existem vários sistemas legais sob

⁷⁷ UN WOMEN. Child Marriages: 39,000 every day – More than 140 million girls will marry between 2011 and 2020. [Em linha] Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/news/stories/2013/3/child-marriages-39000-every-day-more-than-140-million-girls-will-marry-between-2011-and-2020>>

⁷⁸ UNICEF. 2014. “The 10 countries with the highest rates of child marriage”. Ending Child Marriage: Progress and prospects. [Em linha] p. 2 Disponível em: <https://www.unicef.org/media/files/Child_Marriage_Report_7_17_LR..pdf>

os quais ocorrem os casamentos: as uniões consuetudinárias, as uniões religiosas e as uniões civis,⁷⁹ sendo que grande parte dos casamentos são conduzidos pelas leis consuetudinárias ou religiosas, acabando por não serem registados.

Segundo a parte 4, capítulo 17 artigo número 2 do Código Civil do Nepal, denominado de Muluki Ain, o casamento infantil é ilegal desde 1963 e punido por lei.⁸⁰ De acordo o artigo 7 do Children's Act, 2048 de 1992⁸¹, nenhuma criança deve ser submetida à tortura ou tratamento cruel. A verdade é que, tal como defendem diversos autores e ONG's, com o casamento infantil verifica-se que estas crianças são vítimas de violência doméstica e de abusos físicos e psicológicos por parte dos maridos, fazendo com que esta seja considerada tortura. Nos termos do Children's Act, todos os tipos de violência contra as crianças são puníveis por lei, mas verifica-se que este instrumento jurídico não é suficiente para regulamentar e punir todas as formas de violência contra as crianças,⁸² e não coloca em prática as disposições da CDC. Neste sentido, como forma de reforçar as disposições do Children's Act, as normas legais da CDC são aplicadas no país de acordo com o Nepal Treaty Act.^{83 84}

No Nepal, considera-se que a idade mínima para o início da actividade sexual é de 16 anos, sendo que toda a actividade sexual iniciada antes dessa idade é considerada violação. Encontra-se também disposta atualmente no código civil do Nepal, que a idade mínima para o casamento é de 20 anos tanto para rapazes como para raparigas.

Segundo um relatório da Human Rights Watch, o governo não está a tomar as medidas necessárias para terminar com o casamento infantil. Com as diversas crenças religiosas e as tradições budistas e hindus, verifica-se que a prevalência da prática do casamento infantil varia de forma significativa, entre os

⁷⁹ BUNTING, Annie, op. cit., p. 23 et seq.

⁸⁰ HUMAN RIGHTS WATCH. Our time to sing and play – Child Marriage in Nepal [Em linha] p. 25. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/nepal0816_web.pdf>

⁸¹ Nepal Democracy. An act to provide the safeguarding the interest of children [Em linha] Disponível em: <http://www.nepaldemocracy.org/documents/national_laws/children_act.htm>

⁸² United Nations Humans Rights. Legal framework [Em linha] p. 1. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CRC/StudyViolenceChildren/Responses/Nepal.pdf>>

⁸³ ibidem, p. 2

⁸⁴ Nepal Treaty Act, 1990 [Em linha] Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b51724.html>>

vários grupos étnicos, religiosos e de castas do Nepal.⁸⁵ O casamento infantil ocorre com maior frequência, quando comparado aos budistas e cristão, nas castas inferiores e nos muçulmanos hindus, devido ao menor nível de educação destes últimos.⁸⁶

A verdade é que, apesar da prática ser punível por lei através de multas e pena de prisão, estas punições acabam por não ser suficientes para acabar com a mesma. A pena mais grave, diz respeito ao casamento de uma criança com idade inferior a 10 anos, em que esta pode variar entre seis meses até 3 anos de prisão e uma multa até 10.000 rupias (cerca de 81.50€).⁸⁷ Contudo, não estão previstas na lei sanções a quem tenha influenciado ou permitido o casamento. Segundo o Muluki Ain a parte 4, capítulo 17º artigo número 7, prevê que qualquer casamento arranjado sem o consentimento de ambos os cônjuges, seja nulo.⁸⁸ Apesar de todas as disposições legais que proíbem o casamento infantil, a prática ocorre frequentemente. O problema, para além da fraca aplicação das disposições legais, passa pelas diversas lacunas existentes no quadro legal do Nepal na abordagem da prevenção do casamento infantil. Destas lacunas, destacam-se as punições legais insuficientes; o Mulukin Ain estabelece diferentes sanções de acordo com género da criança; existe um limite temporal para a acusação do casamento infantil, pois a acusação apenas pode ser realizada nos primeiros três meses do casamento; e um grande poder discricionário dos tribunais na determinação da punição do casamento infantil.⁸⁹

A nível internacional, o Nepal faz parte dos principais tratados a nível internacional de proteção dos Direitos Humanos, Direitos das Mulheres e das Direitos das Crianças, sendo eles: a CEDAW, a CDC, adotando⁹⁰ ⁹¹ o protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança sobre prostituição e pornografia infantil e do protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança no

⁸⁵ Human Rights Watch. Our time to sing and play, op. cit., p. 24 et seq.

⁸⁶ *idem*.

⁸⁷ *idem*.

⁸⁸ *idem*.

⁸⁹ *ibidem*, p. 27

⁹⁰ O Nepal aderiu ao PIDCP a 14 de maio de 1991; a 3 de janeiro de 1976 entrou em vigor o ICESCR; CEDAW, entrou em vigor a 3 de setembro de 1981, tendo sido retificado a 22 de abril de 1991; a CDC foi aprovada a 20 de novembro de 1989, entrou em vigor a 2 de setembro de 1990 tendo sido retificada pelo Nepal a 4 de setembro de 1990.

⁹¹ *ibidem*, p. 95

envolvimento das crianças em conflitos armados. Analisaremos estes instrumentos jurídicos mais adiante.

No que diz respeito ao Burkina Faso, de acordo com o capítulo III, secção 1 do Código Penal de 1996 ⁹², o artigo 376 pressupõe que qualquer pessoa que contraia matrimónio de forma coerciva está sujeita a uma pena de prisão entre seis meses a dois anos, pena essa que varia entre um a três anos de prisão se a vítima for menor. A pena máxima aplica-se apenas se a vítima for menor de treze anos de idade. Assim, verificando o Código de Pessoas e da Família do Burkina Faso ⁹³ a parte II, título I artigo 234, encontra-se disposto que o casamento resulta da vontade livre e consciente dos sujeitos, sendo proibido contrair matrimónio através de casamentos forçados, especialmente casamentos impostos pelas famílias e os casamentos resultantes dos costumes culturais do país, em que se exige que o cônjuge sobrevivente case com um dos pais do falecido. Quanto à idade legal para o casamento, esta é definida pela parte II, título II, capítulo I, secção 1, artigo 238 segundo o qual o casamento só pode ser contraído entre um homem com idade superior a vinte anos e uma mulher com mais de dezassete anos de idade, salvo se o tribunal civil conceda uma isenção de idade. Esta isenção de idade, segundo o artigo, não pode ser concedida em nenhuma circunstância a um homem de idade inferior a dezoito anos e a uma mulher com menos de quinze anos. Esta possível isenção de idade acaba por dar aos tribunais um poder discricionário mesmo com a imposição destacada, uma vez que fica ao critério dos mesmos autorizar o matrimónio. Apesar do artigo 240 evidenciar expressamente que não existe casamento sem o consentimento dos futuros cônjuges, tal implicação legal acaba por não ser suficiente para que não exista a prática no país, uma vez que as crianças são pressionadas a aceitar o casamento contra a sua vontade. Se é verdade que o artigo 284 pressupõe que um casamento possa ser anulado quando um dos conjugues é vítima de violência física ou mental, também verdade que as vítimas

⁹² Academie de Police – Le code penal du Burkina Faso [Em linha] Disponível em: <<https://www.academiedepolice.bf/index.php/telechargement/category/38-codes>>

⁹³ Código de Pessoas e da Família do Burkina Faso Zatu ano VII 13 de 16 Novembro de 1989 [Em linha] Disponível em: <<http://www.legiburkina.bf/Documents/CODE%20DES%20PERSONNES%20ET%20DE%20LA%20FAMILLE.pdf>>

acabam por não o fazer muitas vezes por não terem esse conhecimento; acabam por se conformar com a situação uma vez que são alvos de influências por parte da família, de modo a que as vítimas considerem a situação como habitual; e grande parte tem medo de não ser aceite pela comunidade.

Quanto aos tratados internacionais relativos a esta matéria, o Burquina Faso é Estado integrante da CEDAW, do protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança sobre prostituição e pornografia infantil, do protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança no envolvimento das crianças em conflitos armados e da CDC.

Como foi evidenciado, segundo os trâmites da lei a prática do casamento infantil é condenada pelo Burquina Faso ainda que o faça de forma discriminatória. Se para os homens a idade mínima para o casamento é de vinte anos, para as mulheres a idade mínima passa para os dezassete anos, evidenciando desta forma a desigualdade de género. Contudo, compreenda-se que a lei apenas é aplicada aos casamentos que são registados, sendo que apenas uma fracção dos mesmos ocorre, excluindo desta forma os casamentos tradicionais e religiosos.⁹⁴

De acordo com o relatório do Banco Mundial ⁹⁵, o casamento infantil no país é mais comum nas áreas rurais quando comparado com as áreas urbanas. Tal como foi evidenciado supra, é nas áreas rurais dos países que se evidencia uma maior taxa de casamentos com crianças, uma vez que estas comunidades são menos recetivas a influências externas, estando as práticas culturais bastante enraizadas.

Analisando de seguida a Etiópia, economicamente o país depende de 90% da agricultura, sendo o café o produto mais exportado. Observando as disposições jurídicas, de acordo o Código Civil⁹⁶ no livro I, título II, capítulo 2, o

⁹⁴ AMNESTY INTERNATIONAL - Burkina Faso: Forced and early marriage puts thousands of girls at risk. [Em linha] Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/04/burkina-faso-forced-and-early-marriage-puts-thousands-of-girls-at-risk/>>

⁹⁵ MALÉ, Chata; WODON, Quentin - Basic profile of child marriage in Burkina Faso [Em linha] p.3 Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/595371468194959538/pdf/105910-BRI-ADD-SERIES-PUBLIC-HNP-Brief-Burkina-Faso-Profile-CM.pdf>>

⁹⁶ Civil Code of Ethiopia (1960). The Federal Negarit Gazeta Year, No. 2, Proclamation No. 165/1960 [Em linha] Disponível em: <http://www.ethioconstruction.net/sites/default/files/Law/Files/Civil%20Code%20%28English%29_0.pdf>

artigo 198 define que menor é toda a pessoa, independentemente do género, que não tenha atingido os dezoito anos de idade. No livro II, título IV, capítulo III, secção 1, o artigo 581 número 1 indica que um homem que não tenha atingido dezoito anos de idade e uma mulher que não tenha atingido a idade de quinze anos, não poderá contrair matrimónio. Caso os menores pretendam casar antes de atingir a maioridade, é necessário o consentimento dos progenitores ou dos tutores da criança para que o casamento ocorra, tal como disposto no livro I, título II, secção 4, artigo 309, número 1. Note-se que, contraponto estas disposições, verifica-se primeiramente que a necessidade do consentimento tanto dos progenitores como dos próprios sujeitos, em caso de matrimónio, é necessária para as mulheres a partir dos quinze anos de idade e para os homens a partir dos dezoito anos de idade. Contudo, segundo a disposição evidenciada supra, a partir do momento em que o indivíduo atinge a idade de dezoito anos deixa de ser considerado menor, acabando assim por ser questionável a necessidade de consentimento por parte dos progenitores, ou tutores para que o casamento ocorra, no que diz respeito aos homens. De acordo o livro I, título I, capítulo III, secção 5, paragrafo 1, segundo o artigo 329 os sujeitos menores que contraíam matrimónio tornam-se emancipados após a realização do mesmo, deixando de estar ao abrigo das disposições legais do país relativamente aos menores. A realidade é que, independentemente de estar disposto que a idade mínima para casar seja de quinze anos para as mulheres, verifica-se que no país que cerca de uma em cinco mulheres casou antes dos quinze anos.⁹⁷

Para além de estar presente também a desigualdade de género, verifica-se que existem vários tipos de casamento que são aceites no âmbito das disposições do Código Civil do país, para além do casamento civil permitindo desta forma que a prática se perpetue, senão vejamos: o livro II, título IV, capítulo III no artigo 579 é permitido o casamento religioso quando um homem e uma mulher têm direitos considerados válidos por uma determinada religião de ambos os indivíduos, ou apenas pela religião de um deles; o artigo seguinte, artigo 580^o permite que ocorra um casamento de acordo com o costume, em que este se verifica quando um homem e uma mulher realizam um ritual de acordo com as regras da comunidade a que ambos ou apenas um deles pertença, derivando

⁹⁷ GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Ethiopia [Em linha] Disponível em: <<https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/ethiopia/>>

numa união permanente. Relembrando que a Etiópia tem como ponto de referência para a produção cultural a religião, observa-se que os casamentos religiosos e tradicionais são os mais comuns no país, devido à sua base religiosa.

O casamento infantil continua a ser uma prática profundamente enraizada nas comunidades etíopes uma vez que costumes como o casamento por rapto e as uniões forçadas entre primos perpetuam a prática.⁹⁸ Contudo, analisando o código penal do país⁹⁹, no livro V, título II, capítulo 1, o artigo 560 número 1 refere que quem sequestra ou detém um bebe ou um jovem privando os progenitores ou tutores da sua custódia é punível com uma pena de prisão não superior a cinco anos. Contudo, esta pena pode passar a ser de apenas para um ano de prisão, de acordo com número do 2 do mesmo artigo, caso o infrator devolva o bebe ou o jovem no prazo máximo de trinta dias, desde que não se verifiquem circunstâncias agravantes que estão previstas no artigo 561. Já de acordo com o título IV, capítulo II, secção II, ao artigo 622 indica que o acto sexual e outros actos indecentes praticados entre ascendentes e descendentes ou entre irmão e irmã, são puníveis, quando causem escândalo público, punidos com pena de prisão de pelo menos seis meses ou, em casos mais graves, com pena de prisão não superior a oito anos. Desta forma, é possível questionar em que trâmites se considera um escândalo público e, caso esses actos indecentes não sejam considerados escândalos públicos, tal torna-se aceitável? Esta disposição acaba assim por levantar questões que têm influência na perpetuação da prática.

A nível internacional, a Etiópia retificou a 14 de maio de 1991 a CDC, a CEDAW, o protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança sobre prostituição e pornografia infantil, e o protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança no envolvimento das crianças em conflitos armados.

Quanto à Guiné, cerca de 76% das mulheres casam antes de atingir os dezoito anos de idade.¹⁰⁰ De acordo com o Código da Criança Guineense¹⁰¹, o

⁹⁸ *idem*.

⁹⁹ The penal code of Ethiopia, 1957. No. 158 of 1957. [Em linha] Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/49216a0a2.pdf>>

¹⁰⁰ GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Guinea [Em linha] Disponível em: <<https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/guinea/>>

¹⁰¹ Code de l'Enfant Guinéen, LOI L/2008/011/AN de 19 Agosto 2008 [Em linha] Disponível em: <<https://sites.google.com/site/guineejuristes/CODEENFANTGUINEEN.pdf>>

artigo 1º na primeira parte define que todo o ser humano com menos de dezoito anos é uma criança.

Segundo o Código Civil do País¹⁰², o livro I, título XI, capítulo I, o artigo 280 indica que homens menores a dezoito anos e mulheres menores a dezassete anos não podem contrair matrimónio, salvo se o Presidente da República, mediante relatório do Ministério da Justiça poderá conceder, por decreto, isenção de idade. Contudo, de acordo o artigo 284, todos os indivíduos que ainda não tenham atingido os vinte e um anos de idade, a idade de maioridade legal, e pretendam casar, é necessário a autorização do pai e, na ausência deste, a autorização da pessoa que exerce a função de chefe de família, sendo que esta pode ser expressa oralmente durante a celebração do casamento ou através de um documento próprio. Assim, compreenda-se que o casamento, segundo disposições legais só é permitido a partir dos dezoito anos nos homens e dezassete anos de idade nas mulheres, mas caso os indivíduos tenham menos de vinte e um ano é necessário autorização do pai, estando assim presente o poder patriarcal. O artigo 281 formaliza que os cônjuges devem dar o seu consentimento na realização do casamento; o artigo 282 refere que este consentimento deve ser livre e válido. Porém, tome-se atenção aos artigos 290, 291 e 292, segundo os quais está regulamentado que o casamento está sujeito à fixação de um dote em dinheiro ou em bens, que o marido tem que pagar aos pais da mulher, sendo que este dote é fixado pelo pai ou chefe de família da futura esposa de acordo com leis e regulamentos. Assim, se economicamente o país tem bastantes carências, ainda que esteja disposto na lei a proibição do casamento infantil, esta acaba por ocorrer como forma da família da criança obter meios de subsistência através do dote que está regulamentado pela lei.

Analizando a questão da emancipação, o Código da Criança Guineense livro I, título II, capítulo III, no artigo 268 refere-se que a criança é emancipada automaticamente pelo casamento, tornando-se responsável por todos os seus actos da vida civil, deixando de estar sob a autoridade dos progenitores.¹⁰³ Contudo, não só pelo casamento a criança pode tornar-se emancipada. Segundo

¹⁰²Code Civil de la Republique de Guinee [Em linha] Disponível em: <http://www.africanchildforum.org/clr/Legislation%20Per%20Country/guinea/guinea_civilcode_1889_fr.pdf>

¹⁰³ ALPHA, Diallo Mamadou – UNICEF. Analyse de Situation des Enfants en Guinée [Em linha] p.37 Disponível em: <<https://www.unicef.nl/files/unicef-child-notice-Guinee.pdf>>

disposto no artigo 271 a criança mesmo não sendo casada pode ser emancipada a partir dos dezasseis anos, após audiência da mesma no tribunal, ficando ao critério do juiz conceder esta emancipação caso existam motivos a pedido dos progenitores ou apenas de um deles.

Quanto ao Código Penal¹⁰⁴ do país, o capítulo I, secção 2, no artigo 302 encontra-se disposto que quem quer que, quando se trata da realização de um casamento celebrado de acordo com o costume, tenha tentado realizar o acto sexual sobre uma criança com menos de treze anos de idade, será punida com dois a cinco anos de prisão. Se é verdade que a legislação existente não é suficiente para proteger as crianças e mulheres, pois muitas destas disposições acabam ser questionáveis, é também verdade que a Guiné encontrasse com problemas estruturais que afetam o sistema judicial como os atrasos nos procedimentos e o elevado nível de corrupção no país, levando ao tratamento inadequado dos processos.¹⁰⁵

A nível internacional, a Guiné, tal como os outros países já identificados, retificou a CDC a 13 de julho de 1990, a CEDAW, o protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança sobre prostituição e pornografia infantil, e o protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança no envolvimento das crianças em conflitos armados.

Verificando a Índia, o casamento infantil é uma prática recente. Este fenómeno prospera essencialmente em comunidades economicamente desfavorecidas, sendo estas em que prevalecem práticas culturais que encorajam o casamento precoce das meninas.¹⁰⁶ A questão do patriarcado, a classe e o sistema de castas presente no país, influenciam as normas e expectativas que são esperadas pelo papel da mulher, sendo que em grande

¹⁰⁴ Code Pénal, Lei N ° 98/036 de 31 Dezembro 1988 [Em linha] Disponível em: <http://www.africanchildforum.org/clr/Legislation%20Per%20Country/guinea/guinea_penal_1988_fr.pdf>

¹⁰⁵ LANDIFO (Country of origin information centre) - Guinée: Le mariage force [Em linha] p. 4. Disponível em: <https://landinfo.no/asset/1839/1/1839_1.pdf>

¹⁰⁶ ABBHI, Ashay [et.al] - Child Marriages in India: An insight into Law and Policy. The Red Elephant Foundation [Em linha] p. 5. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Women/WRGS/ForcedMarriage/NGO/TheRedElephantFoundation.pdf>>

parte das comunidades o papel da mulher é reduzido para o papel de filha, mãe e esposa.¹⁰⁷

Em termos legislativos a Índia dispõe da Lei de Proibição do Casamento Infantil de 2006.¹⁰⁸ Segundo esta, de acordo com a secção 2, alínea a, por criança compreende-se todo o ser humano que, se for homem não tenha completo os vinte e um anos de idade, se for mulher não tenha completado os dezoito anos de idade, indo de acordo ao que se encontra disposto na Lei da Restrição Matrimonial Infantil de 1929¹⁰⁹, que acabou por ser revogada. Assim, entenda-se que a idade mínima para contrair matrimónio é de vinte um ano para os homens e de dezoito anos para as mulheres. No que diz respeito à maioridade, a Lei da Maioridade Indiana de 1875¹¹⁰ refere, na secção 3, que toda a pessoa residente na Índia atinge a maioridade quando completa os dezoito anos de idade, e não antes.

Com a Lei de Proibição do Casamento Infantil de 2006, são criados os Oficiais de Proibição do Casamento Infantil em que, de acordo a secção 16 são nomeados pelos governos estaduais por meio de uma Declaração Oficial, tendo estes autoridade para evitar a prática do casamento infantil, reunir provas para o julgamento em caso de violações da Lei, denunciar violações contra as crianças, violações essas que podem incluir os progenitores da mesma, podendo esta ser retirada ao progenitores pelos Oficiais em situações perigosas.

Todavia, de acordo as disposições da Lei e mesmo esta identificando a idade mínima em que é possível contrair matrimónio, a verdade é que o casamento infantil não é considerado ilegal, mas sim meramente anulável.¹¹¹ De acordo com a secção 3, número 1 todo o casamento infantil que seja celebrado após o início da Lei, pode ser anulado por opção da parte contratante desde que esta fosse uma criança no momento do casamento. Contudo, esta anulação sob forma de petição, de acordo com o número 3, só pode ser entregue pela criança

¹⁰⁷ GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: India [Em linha] Disponível em: <<https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/india/>>

¹⁰⁸ The Prohibition Of Child Marriage Act, 2006 - No. 6, 2007 [Em linha] Disponível em: <<http://wcd.nic.in/sites/default/files/cma2006.pdf>>

¹⁰⁹ The Child Marriage Restraint Act, 1929 [Em linha] Disponível em: <<http://wcd.nic.in/policies/child-marriage-restraint-act1929>> (presente na secção 2, alínea a)

¹¹⁰ The Majority Act, 1875 – XI of 1875 [Em linha] Disponível em: <<https://abbaslawservices.files.wordpress.com/2016/10/the-majority-act-1875.pdf>>

¹¹¹ ABBHI, Ashay [et.al] op. cit., p. 8.

que a pretende entregar de acordo com um limite temporal. Esta petição pode ser entregue até dois anos posteriores a que a criança atinja a maioridade, ou seja os dezoito anos. De acordo com a secção 12, existem certas circunstâncias em que o casamento infantil pode ser declarado nulo antes da criança atingir os dezoito anos de idade: caso este ocorra quando a criança foi raptada, traficada e obrigada a casar com base na coerção.

A nível económico, os casamentos infantis funcionam como mecanismo de dinheiro rápido, pois a criança é vista como uma forma de receber um elevado dote, ao mesmo tempo que, com a entrega da criança ao futuro esposo, os custos na família da criança acabam por ser reduzidos.¹¹² Todavia, a Índia dispõe da Lei de Proibição do Dote de 1961¹¹³ que, de acordo o número 4, define que se após o início da lei alguém entrega, recebe ou se compromete com a doação de um dote será punido com pena de prisão que pode chegar até aos seis meses ou com uma multa de 5.000 rupias (cerca de 66.44€).

No que diz respeito às penalizações que podem ocorrer com a prática, a Lei de Proibição do Casamento Infantil de 2006 prevê, de acordo a secção 9, que se um adulto do sexo masculino acima de dezoito anos, celebre um casamento infantil será punido com pena de prisão no máximo de dois anos ou com uma multa. Estas penalizações estendem-se também a quem executar, dirigir ou auxiliar um casamento infantil, de acordo a secção 10, a menos que seja provado que a pessoa em causa não tivesse conhecimento de que se tratava de um casamento infantil.

A nível internacional o país ratificou a CDC a 11 de dezembro de 1992 a CEDAW, o protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança sobre prostituição e pornografia infantil, e o protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança no envolvimento das crianças em conflitos armados.

Analisando de seguida a RCA grande parte da população foi afectada pelos conflitos e violência que afetam o país, dando espaço a que se comentam

¹¹² ibidem, p. 6.

¹¹³ The Dowry Prohibition Act 1961 - Act No. 28 of 1961 [Em linha] Disponível em: <http://jowai.police.gov.in/Laws_and_References/ipl_and_acts/20_Dowry_Prohibition_Act_1961.pdf>

abusos contra as mulheres e crianças, entre os quais o casamento infantil.¹¹⁴ Refira-se que no país a poligamia é prática cultural¹¹⁵, prática essa que está prevista na jurisdição interna do país.

Analisando primeiramente a maioridade, esta atinge-se quando se completam os dezoito anos de idade, de acordo com a Lei nº 1961.212 do Código de Nacionalidade Centro Africana, artigo 2.¹¹⁶ De acordo com a Lei nº 97.013 do Código da Família¹¹⁷, o livro II, capítulo I, secção II, no artigo 209 está disposto que ninguém pode contrair matrimónio sem que tenha atingido os dezoito anos de idade, independentemente do género, com excepção das situações em que pode ser dada uma isenção que pode ser concedida pelo Ministério Público por motivos sérios. Contudo, a lei não identifica o que são motivos sérios, para que o Ministério Público possa conceder esta isenção de idade. O artigo 211 indica que o menor de dezoito anos não poderá casar sem o consentimento das pessoas que exercem a autoridade paternal sobre a criança. No artigo 210 está disposto que não existe casamento sem o consentimento dos futuros cônjuges, consentimento esse que deve ser expresso na cerimónia do casamento.

Quanto à questão da poligamia, esta é uma prática cultural que está prevista na lei. Embora que não esteja disposta de forma expressa, de acordo com o artigo 230 a prática da monogamia ou da poligamia é feita através de uma declaração, declaração essa que deve ser escrita pelos futuros cônjuges e entregue ao Oficial de Estado Civil aquando da cerimónia do casamento. A nível cultural, quanto mais jovem for a esposa maior será o status social dentro da comunidade que é concedido à família do marido.¹¹⁸ Lado a lado com os países já apresentados, também a RCA apresenta questões económicas como justificativo para a ocorrência do casamento infantil. A entrega do dote faz parte da prática, sendo que está mesmo prevista na Lei no artigo 208, em que este

¹¹⁴ GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Central African Republic [Em linha] Disponível em: <<https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/central-african-republic/>>

¹¹⁵ Nos países já abordados, nomeadamente a Índia, Burquina Faso e Etiópia também é praticada a poligamia, sendo também uma das razões para o casamento infantil. Porém, as consequências da poligamia na taxa elevada de casamentos infantis acaba por ter um maior relevo na República Centro Africana.

¹¹⁶ Loi nº 1961.212 du 20 avril 1961 portant code de la nationalité centrafricaine [Em linha] Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/3ae6b55d4.pdf>>

¹¹⁷ Loi nº 97.013 portant Code de la Famille [Em linha] Disponível em: <<http://jafbase.fr/docAfrique/Centrafrique/code%20de%20la%20famille.pdf>>

¹¹⁸ GIRLS NOT BRIDES, op. cit.

consiste na entrega de objetos ou de uma soma de dinheiro de acordo com os costumes, pelo futuro cônjuge ou seu representante, para a família da futura esposa para fins de casamento.

Também na RCA a questão da igualdade de género está presente, ainda que não se verifique no estabelecimento da idade mínima para o casamento, como se verificou nos países até agora apresentados. Porém, o poder patriarcal e a ideia do papel redutivo da mulher apenas como esposa, mãe e filha estão presente na Lei. O artigo 254 evidencia de forma expressa de que o marido é o chefe de família e a esposa deve concordar com este na direção moral e material da família e na educação das crianças. A esposa apenas passa a ser o chefe de família quando o marido não poder manifestar a sua vontade por incapacidade, na sua ausência ou no abandono voluntário da vida comum. Caso seja um casamento poligâmico e se verifiquem as situações supra indicadas, cabe à primeira esposa passar a ser o chefe de família.

A verdade é que não existem leis expressas que se destinem ao combate do casamento infantil na RCA. O país dispõe da Lei nº 06.032 de protecção da mulher contra a violência na RCA¹¹⁹ que, apesar de não estar destinada a punir a prática do casamento infantil, pode servir de base para punir os abusos que sejam cometidos no âmbito desta.

A nível internacional a RCA assinou a 30 de julho de 1990 a CDC, tendo sido retificada a 23 de abril de 1992. Retificou também a CEDAW.

Observando agora o Mali, este país está entre os vinte e cinco países mais pobres do mundo e tem uma população predominantemente jovem, em que cerca de 54% têm menos de dezoito anos.¹²⁰

Quanto às disposições legais, de acordo com o Código das Pessoas e da Família¹²¹, no título IV, capítulo I, o artigo 705 dispõe que a maioridade no país se atinge quando são completados os dezoito anos. Para contrair matrimónio,

¹¹⁹ Loi n°06. 032 du 27 Decembre 2006 portant Protection de la Femme Contre les Violences en Republique Centrafricaine [Em linha] Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---ilo_aids/documents/legaldocument/wcms_172466.pdf>

¹²⁰ GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around the world: Mali [Em linha] Disponível em: <<https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/mali/>>

¹²¹ Loi n°2011 – 087 du 30 Décembre 2011 Portant Code Des Personnes et de La Famille [Em linha] Disponível em: <<http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/96981/114895/F1492765993/MLI-96981.pdf>>

o livro II, título II, capítulo I, secção I, no artigo 281 indica que a idade mínima é de dezoito anos para o homem e de dezasseis anos para a mulher. Contudo, a par como identificado em outros países, é possível que seja dada uma isenção de idade mediante determinados motivos. No Mali, esta isenção é concedida pelo chefe da unidade administrativa que terá que ser aprovado por recurso perante o tribunal civil. Esta dispensa de idade só pode ser emitida para os futuros conjugues, com pelo menos quinze anos de idade, de acordo com a terceira parte do artigo. Quanto a esta questão, a nível penal o artigo 282º refere que todo o registrator ou ministro religioso que celebre o casamento cujo um dos conjugues não tenha atingido a idade requerida, terá uma pena de prisão de seis meses a um ano e uma multa de 120 mil francos (cerca de 102 mil francos).

Todavia, apesar desta disposição expressa na lei, no Mali as mulheres podem casar-se com menos de dezasseis anos sob a lei *Sharia*.¹²² Sendo o país composto por grande parte de muçulmanos, esta lei islâmica é praticada amplamente no país. Em comparação com os demais códigos legais, este regula o comportamento publico, privado e crenças individuais, priorizando a punição em detrimento da reabilitação, tendo uma base bastante restritiva nos direitos da mulher.¹²³ A coexistência e prática desta lei com as disposições do Código das Pessoas e da Família, acaba por ter um carácter contraditório, carácter esse que permite que se perpetue a pratica do casamento infantil no país.

Outra das situações que está lado a lado com a prática é, também como já foi identificado nos países abordados, a questão da poligamia. Aceite legalmente, com a poligamia verifica-se que a segunda, terceira ou quarta esposa são mais propensas a ser crianças, pois quanto mais jovem menor poder de decisão sobre se o seu casamento será poligâmico ou monogâmico.¹²⁴ De acordo com o livro II, título II, capítulo III, no segundo ponto do artigo 307 está disposto que, para o casamento poligâmico a mulher deve consentir e o homem não pode manter laços simultâneos com mais de quatro mulheres. É com base neste “falso consentimento” que deve ser dado pela mulher, que se considera

¹²² Existem muitas disposições que compõem esta lei, mas, de acordo com o tema abordado, importa referir que está previsto a possibilidade de um homem casar com uma menina e consumir o casamento quando esta tem nove anos. Isto é fundamentado por se acreditar que esta era idade da esposa mais nova de Muhammad, o profeta islâmico.

¹²³ SHARIA LAW [Em linha] Disponível em: <<http://www.billionbibles.org/sharia/sharia-law.html>>

¹²⁴ GIRLS NOT BRIDES, op. cit.

que quanto mais jovem for a criança, mais poder e influencia o futuro esposo terá sobre esta na tomada da decisão.

Verificando o livro II, título II, capítulo I, secção II, o artigo 283 está disposto que não existe casamento quando não há consentimento, sendo que este último é inválido se for obtido pela violência. A verdade é que é feita coerção à futura esposa por parte da família desta para aceitar a sua nova condição, sendo este um falso consentimento, pois a criança acaba por ser obrigada a aceitar o casamento.

Outra das questões que leva a que as famílias entreguem as meninas para matrimónio, é a questão do dote. Previsto na lei do Mali, o livro II, título II, capítulo I, secção III, o artigo 288 indica que o dote tem um carácter obrigatório e simbólico, não podendo ultrapassar os 15.000 francos (cerca de 12.000 euros) e, em caso da não consumação do casamento por causa da esposa, o dote pode ser restituído à família do esposo.

Também a questão da emancipação está prevista na lei, no livro VI, título III, artigo 698º que segundo o qual o menor é emancipado automaticamente pelo casamento ou, caso seja solteiro, pode ser emancipado quando atingir a idade de dezasseis anos através de declaração conjunta dos progenitores entregue ao Presidente do tribunal de menores.

Em âmbito internacional, a título de exemplo dos países já abordados, o Mali retificou a CDC e a CEDAW. Porém, a nível da CDC existe uma reserva no artigo 16, não sendo este aplicado no país pois o Governo do Mali declara que tendo em conta as disposições do Código das Pessoas e Família no Mali, não existe motivo para aplicação do artigo.¹²⁵

Quanto ao Chade, ao contrário de grande parte dos países já abordados, o casamento infantil é predominante tanto em famílias ricas como em famílias com menos recursos.¹²⁶

Em junho de 2015 o Parlamento do Chade aprovou um decreto assinado pelo presidente Idriss Deby para proibir o casamento de crianças aumentando a

¹²⁵United Nations Treaty Collection [Em linha] Disponível em: <https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-11&chapter=4&clang=_en#top>

¹²⁶ GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Chad [Em linha] Disponível em: <<https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/chad/>>

idade mínima para casar de quinze para dezoito anos de idade. De acordo o Decreto N° 006/PR/2015¹²⁷, no artigo 2 está disposto que a idade mínima para o casamento é de dezoito anos. Quanto à maioridade, esta é atingida aos vinte e um anos de idade, conforme disposto no Código Civil^{128 129} no título décimo primeiro, capítulo primeiro, no artigo 488.

Colocando lado a lado o Decreto e o Código Civil em matéria da idade mínima para casar, se é verdade que no Decreto está disposto que é possível casar a partir dos dezoito anos, depreendendo-se que esta idade é tanto para homens como para mulheres uma vez que não há qualquer especificidade neste sentido, é também verdade que no Código Civil no livro primeiro, título quinto, capítulo primeiro, no artigo 144 está disposto que o homem não pode contrair matrimónio antes dos dezoito e que a mulher não pode contrair antes dos quinze anos. Ora, com esta distinção verifica-se que neste termo não existe uma concordância das disposições, questionando-se se tal situação não dá azos a desentendimentos aquando da aplicação da lei.

De acordo com o artigo 3 do Decreto, o consentimento dos menores conjugues não pode ser invocado para justificar o casamento dos mesmos. No entanto, o Decreto acaba por não definir se o consentimento dos pais pode ser suficiente para justificar o casamento dos menores. No Código Civil o artigo 148 indica que os menores não podem casar sem o consentimento dos seus progenitores e em caso de desacordo entre estes, o desacordo é considerado como consentimento.

Está também disposto no Decreto a penalização prevista caso ocorra um casamento de menores, de acordo com o artigo 4 que, segundo o qual, é punido com uma pena de prisão de cinco a dez anos e uma multa de 500.000 (cerca de

¹²⁷ Ordennance n° 006/PR/2015 [Em linha] Disponível em: <<https://www.girlsnotbrides.org/wp-content/uploads/2016/08/ORDONNANCE-N%C2%B0006-PR-2015-du-14-mars-2015-nterdisant-le-mariage-des-enfants.pdf>>

¹²⁸ Code Civil Français de 1958 Rendu applicable au Tchad par l'Acte législatif n°1 portant constitution du 31 mars 1959 et par la Loi constitutionnelle n° 2/62 du 16 avril 1962 [Em linha] Disponível em: <<https://www.scpalavocats.com/images/CodecivilFranaisde1958renduapplicableauTchad.pdf>>

¹²⁹ Aquando da proclamação da República do Chade em 1958 e na sua independência em 1960, as grandes lacunas jurídicas do país levaram a que os líderes optassem por aplicar a legislação e regulamentos franceses, visto que eram estes os vigentes até então. Assim, a descolonização do Chade não foi acompanhada por uma “descolonização das normas legais”, tendo sido mantido a ordem jurídica colonial em geral. Contudo, foram feitas alterações relativamente ao gozo e privação dos direitos civis, dos actos do Estado Civil, em matéria de Casamento, os contratos de parceria, fiança, privilégios e hipotecas. Estas alterações visam a enquadrar-se com a realidade actual do país.

763 euros) a 5.000.000 de francos¹³⁰ (cerca de 7622 euros), qualquer um que obrigue, por qualquer meio o casamento de um menor. Também o Código Penal¹³¹ do país, faz referência à penalização sobre o casamento de menores. No título II, capítulo V, no artigo 356 número 1 é punido com pena de prisão de cinco a dez anos e uma multa de 25.000 (cerda de 39 euros) a 1.000.000 de francos (cerca de 1524 francos) qualquer pessoa que obrigue outra a casar. O número 2 indica ainda que, se a vítima for menor de dezoito anos a pena de prisão, caso sejam aplicados atenuantes, não pode ser inferior a dois anos. Tal como refere o número 3, estas duas disposições aplicam-se também a todas as pessoas que entreguem um menino ou menina menores de dezoito anos aos respetivos conjugues para o casamento.

Quanto à emancipação, esta está prevista no título décimo, capítulo III, artigo 476 segundo o qual o menor é emancipado em pleno direito pelo casamento. Já no artigo 477 está disposto que o menor pode ser emancipado, mesmo solteiro, através de indicação do pai ou, caso não tenha pai, pela mãe, quando este atinja os quinze anos de idade.

No que diz respeito ao nível internacional, o Chade retificou a CDC a 2 de outubro de 1990 e a CEDAW.

Analisando de seguida o Bangladesh, derivada da falta de acesso à jurisdição do país no que diz respeito à prática, não permite a exposição de uma forma extensiva como tem sido possível nos países analisados. De qualquer das formas, segundo a parceria global Girls not Brides, a idade mínima legal para o matrimónio é de dezoito anos para as mulheres e de vinte e um anos para os homens.¹³² Todavia, ainda que exista esta limitação nos trâmites da lei, o Child Marriage Restraint Act 2017 inclui uma exceção, ao não estabelecer um limite de idade para o casamento em casos especiais, não definindo explicitamente o que se considera um caso especial.¹³³ Tal medida é amplamente contestada por

¹³⁰ Os francos aplicados no Chade, dizem respeito ao Africano Central (CFA ou XAF).

¹³¹ Loi nº 2016/007 du 12 Jul 2016 [Em linha] Disponível em: <http://www.minjustice.gov.cm/pdf_download/codes/LOI_PORTANT_CODE%20PENAL_INTEGRAL.pdf>

¹³² GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Bangladesh [Em linha] Disponível em: <<https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/bangladesh/>>

¹³³ INDEPENDENT - Bangladesh child marriage: New law will “reduce minimum marital age to zero” [Em linha] Disponível em: <<http://www.independent.co.uk/news/world/asia/bangladesh-child-marriage-law-minimum-age-zero-reduce-baby-marital-unicef-un-a7619051.html>>

ativistas por considerarem que esta possa levar a abusos generalizados, legítimas violações ou permita aos progenitores forçar as crianças a casar com os violadores.¹³⁴ A falta de uma definição concreta do que se trata um caso especial na lei, poderá dar azo a que tal seja utilizado como justificação para permitir o casamento infantil nas mais variadas situações. As crenças culturais e religiosas profundamente enraizadas foram o mote que levaram a esta disposição pois, tal como identificado pelo governo do Bangladesh, é necessário proteger a honra das meninas que engravidam. Ora, segundo isto, e de acordo com possibilidade de contrair matrimónio independentemente da idade, caso uma criança fique grávida derivado a uma violação, é possível que seja obrigada a casar com o violador para proteger a sua honra.

A nível internacional o Bangladesh retificou a CDC, a CEDAW, adotou o protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança sobre prostituição e pornografia infantil e o protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança no envolvimento das crianças em conflitos armados. Relativamente à CDC, existem reservas¹³⁵ no artigo 14 número 1, que diz respeito à liberdade de consciência, pensamento e religião; e no artigo 21 que diz respeito à adopção. O país coloca também reservas à CEDAW, ao não considerar vinculativo as disposições do artigo 2 e 16 número 1, alínea c quando estes entrem em conflito com a lei Sharia baseada no Alcorão.

Abordando de seguida o Níger, três em cada quatro meninas casam antes dos dezoito anos de idade, sendo que na região de Diffa 89% das meninas se casam como crianças.¹³⁶ A defesa das tradições religiosas e culturais, juntamente com o medo da desonra por gravidez fora do casamento, a instabilidade causada por conflitos civis e os desastres naturais acabam por ser o motor para que corra o casamento infantil no país.

Segundo o Código Civil¹³⁷ do país, no livro I, título 11, capítulo 1 no artigo 488 está disposto que a maioridade se atinge aos vinte e um anos de idade,

¹³⁴ *idem*.

¹³⁵ United Nations Treaty Collection, *op. cit.*

¹³⁶ GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Niger [Em linha] Disponível em WWW: <URL: <https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/niger/>>

¹³⁷ Civil Code, 2005 [Em linha] Disponível em: <http://www.africanchildforum.org/clr/Legislation%20Per%20Country/Niger/niger_civilcode_2005_fr.pdf>

sendo esta considerada a idade em que o indivíduo se torna capaz e responsável por todos os actos da vida civil. De acordo com o livro I, título 5, capítulo 1, no artigo 144, um homem menor de dezoito anos e uma mulher menor de quinze anos não pode contrair matrimónio. Foi proposta uma lei para que se altere a idade do casamento das meninas para os dezoito anos, lei essa que ainda não foi adotada. Quanto ao consentimento, este está regulado pelo artigo 145, evidenciando que não existe casamento sem que haja consentimento.

Quanto à emancipação, tal como já identificado nos países apresentados, o menor emancipa-se com o casamento tal como está disposto no livro I, título 10, capítulo 3, artigo 476. Mesmo sendo solteiro, o menor pode ser emancipado a partir dos quinze anos de idade através de declaração do seu pai ou, em caso de não existência deste, de sua mãe, como analisado no artigo 477.

No que diz respeito às sanções que possam ocorrer com o casamento infantil, analisando o Código Penal¹³⁸ do país, existe um vácuo jurídico em relação a sanções que podem ser impostas em caso de casamento antes da idade indicada da lei.¹³⁹ Não existem disposições no Código Penal que sejam referidas à prática do casamento infantil, podendo apenas ser adotadas sanções dos actos que possam derivar do casamento infantil, como a violência doméstica, por exemplo. A verdade é que muitos dos governantes ou o próprio poder judicial, são eles próprios influenciados pela cultura, normas e preconceitos que fazem parte do casamento infantil, sendo estes bastantes influenciados pelas pressões dos grupos religiosos, limitando que existam mudanças legais e políticas.¹⁴⁰

Quanto a nível internacional, o Níger retificou a CDC a 30 de setembro de 1990 e a CEDAW. Contudo, a CEDAW está sujeita a reservas significativas nos seguintes artigos: artigo 2, alínea (d) e (f); artigo 5, alínea (a); artigo 15, número 4; artigo 16, alínea (c), (e), e (g).¹⁴¹ O Comité da CEDAW considera que as

¹³⁸ Code Penal, Loi n° 2003-025 du 13 juin 2003 [Em linha] Journal Officiel spécial N° 4 du 7 avril 2004 Disponível em: <http://www.vertic.org/media/National%20Legislation/Niger/NE_Code_Penal.pdf>

¹³⁹ Child marriage in Niger. [Em linha] p. 1 Disponível em: <<https://www.savethechildren.org.uk/content/dam/global/reports/advocacy/child-marriage-niger.pdf>>

¹⁴⁰ idem.

¹⁴¹ COMMITTEE ON THE ELIMINATION OF DISCRIMINATION AGAINST WOMEN - Concluding observations on the combined third and fourth periodic reports of the Niger [Em linha] p. 3., versão em inglês pdf Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CERD/C/304/Add.62&Lang=En>

reservas aos artigos 2 e 16 são incompatíveis com o objeto e propósito da Convenção e que, portanto, devem ser retiradas todas as reservas ou a redução do seu alcance são essenciais para a plena implementação da Convenção.¹⁴² Como justificativo das reservas aos artigos apresentados, o Níger invoca a incompatibilidade das práticas tradicionais, religiosas, culturais e as leis e nacionais do país com a CEDAW.

Analizando o Malawi, o principal desafio para acabar com o casamento infantil no país será terminar com as atitudes enraizadas que aceitam a prática.¹⁴³ No norte do país é praticada a “kupimbira”¹⁴⁴, prática existente desde sempre. Inicialmente esta prática, destinava-se a fortalecer as relações entre famílias vizinhas que providenciariam o casamento dos filhos. Porém, actualmente a prática não é realizada nesse sentido. De acordo com a tradição, se uma menina entra em casa de outro homem sozinha, tal é considerado por algumas comunidades como uma transgressão impedido a criança de voltar para casa.¹⁴⁵ Assim, os pais do homem acabam por oferecer dinheiro à família da criança acabando por ficar com esta. Outro ritual também bastante praticado denomina-se de “kuhaha” ou “kuhara” segundo o qual existe um acordo entre os progenitores da criança e um homem, para que este último fique encarregue de cuidar da criança até que esta tenha maturidade suficiente para casar.¹⁴⁶ O lado negativo desta prática, é que o homem tem o direito de forçar a interrupção na escolaridade da criança, de acordo a sua vontade e, mesmo antes da puberdade o homem poderá levar a criança, uma vez que esta já foi prometida pelos seus pais.¹⁴⁷

¹⁴² idem.

¹⁴³ GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Malawi [Em linha] Disponível em: <https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/malawi/>

¹⁴⁴ *Kupimbira* é um ritual cultural comumente praticado na parte norte do Malawi. De acordo este ritual, meninas de cinco anos de idade são forçadas a ter relacionamentos sexuais com homens mais velhos ou a casarem com estes, por obrigação dos seus pais. As meninas acabam por servir como troca de bens materiais, ou como forma de liquidar dívidas dos seus pais.

¹⁴⁵ SEMU-BANDA, Pilirani. Modern Day Slavery in Malawi Persists in the Name of Culture. The Middleburg Institute site network [Em linha] Disponível em: <<http://thewip.net/2007/05/21/modern-day-slavery-in-malawi-persists-in-the-name-of-culture/>>

¹⁴⁶ LIGOMEKA, Brian - Old cultural practices 'a threat to Malawi girls' [Em linha] Disponível em: <https://www.news24.com/Africa/News/old-cultural-practices-a-threat-to-malawi-girls-20160429-4>

¹⁴⁷ idem.

Quanto aos trâmites legais, a Constituição¹⁴⁸ do Malawi no capítulo IV, no artigo 22 está disposto que nenhuma pessoa com idade superior a dezoito anos deve ser impedida de contrair matrimónio. Depreenda-se assim, que a idade legal para casar é de dezoito anos. Em fevereiro de 2017, o Parlamento alterou a constituição, passando a idade legal de casamento dos quinze anos, com consentimento parental, para os dezoito anos independentemente do género.¹⁴⁹ Esta alteração acaba por tornar a Constituição coincidente com o Projeto de Casamento, Divórcio e Relações Familiares¹⁵⁰ aprovado em fevereiro de 2015, no qual a idade mínima para casar é fixada nos dezoito anos.

No artigo 23 da Constituição, no número 6 está disposto que uma criança é uma pessoa com idade inferior a dezoito anos, pelo que a maioridade se atinge aos dezoito anos. A questão do consentimento encontra-se disposta no Malawi Marriage Act, 1903¹⁵¹ que, de acordo o artigo 19, se qualquer uma das partes do casamento, não sendo viúvo ou divorciado, não tiver mais de dezoito anos é necessário o consentimento dos progenitores ou, caso estes sejam falecidos, sem capacidade mental ou ausentes do Malawi, do tutor legal.

No Child Care, Protection and Justice Act, 2010¹⁵², na parte II, divisão 6 secção 81 encontra-se disposto que ninguém deve forçar uma criança a contrair matrimónio, nem prometer uma criança. Na secção 82, ninguém deve vender ou usar uma criança como garantia de obtenção de bens; usar uma criança como garantia de pagamento de uma dívida ou forçar uma criança a ser mão de obra dos progenitores, tutor ou qualquer outra pessoa. Esta última secção tem como principal objectivo proibir as práticas culturais identificadas, ainda que essas práticas estejam bastantes enraizadas nas comunidades. Já na secção 83 está expresso que, quem viole as secções 81 e 82 ou cometa um delito nesse âmbito, será suscetível a uma pena de prisão de dez anos.

¹⁴⁸ Constitution of Malawi [Em linha] Disponível em: <<http://malawilaws.com/revised-laws/constitution-of-malawi.html#Ch0000s22>>

¹⁴⁹ Girls not Brides, op. cit

¹⁵⁰ Malawi Marriage, Divorce and Family Relations Bill, 2015 [Em linha] Disponível em: <<https://www.girlsnotbrides.org/wp-content/uploads/2015/03/Malawi-Marriage-Divorce-and-Family-Relations-bill-2015.pdf>>

¹⁵¹ Malawi Marriage Act, 1903 [Em linha] Disponível em: <http://jafbase.fr/docAfrique/Malawi/malawi_marriage%20act%20_1903.pdf>

¹⁵² Child Care, Protection and Justice Act, 2010 [Em linha] Disponível em: <http://www.ilo.org/dyn/natlex/natlex4.detail?p_lang=en&p_isn=90369>

Internacionalmente o Malawi retificou a CDC a 2 de janeiro de 1991, adotou o protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança sobre prostituição e pornografia infantil, o protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança no envolvimento das crianças em conflitos armados e retificou a CEDAW.

No que diz respeito ao Iémen, também existe a dificuldade no acesso às normas jurídicas no país que permitam a exposição completa. Ainda assim, é possível identificar que o Iémen não dispõe de uma idade mínima legal para contrair matrimónio. Sendo esta uma realidade preocupante, o Comité dos Direitos da Criança no seu relatório de observação de 2014¹⁵³ refere a sua preocupação no atraso considerável do país, desde 2007, na adopção da alteração legislativa que propõe estabelecer a idade mínima de casamento aos dezoito anos. Neste sentido, considerando que a maioridade do país está fixada nos quinze anos, o Comité refere a necessidade de o Estado-parte acelerar a adopção de emendas que incorporem explicitamente uma definição de criança na sua legislação nacional em conformidade com o artigo 1 da Convenção e que estabeleça a idade mínima de casamento aos dezoito anos, independentemente do género.¹⁵⁴

A nível internacional o país retificou a CDC, a CEDAW, tendo adotado também o protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança sobre prostituição e pornografia infantil, o protocolo opcional da Convenção dos Direitos da Criança no envolvimento das crianças em conflitos armados. Porém, existe uma reserva do país quanto à CEDAW, tendo o Governo da República Democrática do Iémen declarado que não se considera vinculado pelo artigo 29 número 1, relativo à resolução de litígios que possam surgir relativamente à aplicação ou interpretação da Convenção.¹⁵⁵

¹⁵³ COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILD - Concluding observations on the fourth periodic report of Yemen [Em linha] p. 5. Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC/C/YEM/CO/4&Lang=En>

¹⁵⁴ idem.

¹⁵⁵ https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-8&chapter=4&clang=_en

Analisando de seguida o Paquistão o casamento infantil está bastante relacionado com a cultura a tradição, como forma de obter transferência de dinheiro, liquidação de dívidas ou cambio de filhas.¹⁵⁶

A nível nacional, a Lei de Restrição do Casamento Infantil no Paquistão, 1929¹⁵⁷ dispõe no artigo 2, alínea (d) que menor é todo o indivíduo, independentemente do sexo, que tenha menos de dezoito anos; e na alínea (a) que criança significa uma pessoa que, se homem, tem menos de dezoito anos de idade e se mulher, tem menos de dezasseis anos de idade, entenda-se, portanto, que para contrair matrimónio o homem poderá fazê-lo a partir dos dezoito anos e a mulher a partir dos dezasseis anos. Em abril de 2014 a Assembleia de Sindh¹⁵⁸ adotou por unanimidade o Sindh Child Restraint Act¹⁵⁹, segundo o qual a idade mínima para o casamento é de dezoito anos quer seja homem ou mulher, tal como disposto no artigo 2, alínea (a). Encontra-se também previsto que o casamento com menores de dezoito anos é punível com pena de prisão até dois anos ou com a multa de 1.000.000 de rúpias, ou ambos, de acordo o artigo 3. Porém, para além de penalizar o homem maior de dezoito anos que contraia casamento com uma criança, são também alvo de punição quem for cúmplice do acto e quem, sendo os progenitores ou tutores legais, permitam que o casamento ocorra, tal como disposto no artigo 4 e 5, respetivamente.

A verdade é que também em 2014 foi apresentado um projeto lei paralelo ao Sindh Child Restraint Act, na Assembleia Nacional do Paquistão. Este projecto lei consistia na emenda da Lei de Restrição do Casamento Infantil no Paquistão, 1929 para tornar o casamento infantil como um acto que coloca em causa o bem-estar físico, psicológico e cognitivo da criança ao mesmo tempo que propunha punições mais rígidas. Assim, esta emenda¹⁶⁰ previa que a idade

¹⁵⁶ GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Pakistan [Em linha] Disponível em: <<https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/pakistan/>>

¹⁵⁷ Child Marriage Restraint Act, 1929 [Em linha] Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4c3f19a02.html>>

¹⁵⁸ Sindh é uma das quatro províncias localizada no sudoeste do Paquistão, na qual a Assembleia é composta por representantes eleitos pelas pessoas de Sindh, de acordo com o estabelecido nos termos do artigo 106 da Constituição do Paquistão, composto maioritariamente por hindus e muçulmanos.

¹⁵⁹ The Sindh Child Marriages Restraint Bill, 2013 [Em linha] Disponível em: <https://www.af.org.pk/Acts_Fed_Provincial/Sindh_Acts_since_2002/Sindh%20%202013/The%20Sindh%20Child%20Marriage%20Restraint%20Act%202013.pdf>

¹⁶⁰ Bill to amend the Child Marriage Restraint Act, 1929 [Em linha] Disponível em: <http://www.na.gov.pk/uploads/documents/1397730973_450.pdf>

de casamento tanto para homens como para mulheres passasse para os dezoito anos e as punições se tornassem mais rígidas. Todavia, esta emenda não foi aprovada devido às decisões do Conselho de Ideologia Islâmica.¹⁶¹ Segundo estes, as leis que determinam uma idade mínima para o casamento e as leis que proíbem o casamento infantil são leis não-islâmicas, defendendo que um indivíduo ao atingir a puberdade é apto para casar, independentemente da sua idade.¹⁶² Desta forma, o Conselho considera que não pode ser estabelecida nenhuma idade mínima para o casamento, uma vez que a puberdade varia de indivíduo para indivíduo, argumentando ainda que em caso de casamento de menores o consentimento necessário por parte dos progenitores ou tutores da criança só pode ser concedido após esta ter atingido a puberdade.¹⁶³ Questiona-se desta forma se esta decisão do Conselho viola as convenções das quais o Paquistão é Estado parte. Como resposta, o Conselho refere que as convenções não podem violar a Constituição do País e do islamismo, sendo que nem todas as cláusulas se aplicam ao Paquistão.¹⁶⁴

A título de exemplo da Assembleia de Sindh, a Assembleia de Punjab adotou um projeto lei que introduz penas mais pesadas para quem contraíam casamento com menores de dezasseis anos, mas acaba por não aumentar a idade mínima de casamento para os dezoito anos.

O Código Penal¹⁶⁵ paquistanês no capítulo XVI-A, no artigo 366-A dispõe que quem, de qualquer forma, induzir qualquer menor até a idade de dezoito para ir a qualquer lugar ou a qualquer ato com a intenção de que a mesma possa ser, ou saber que provavelmente será forçada ou seduzida a uma relação sexual ilícita com outra pessoa, será punido com uma pena de prisão que pode prolongar-se até dez anos e também será sujeita a uma multa.

No aspecto internacional o Paquistão retificou a CDC a 12 de novembro de 1990, ainda que com reservas. Sobre este sentido, o Comité dos Direitos da

¹⁶¹ Órgão constitucional que concede assistência jurídica islâmica ao governo paquistanês.

¹⁶² ALI, Kalbe - 'Marriage age' laws un-Islamic: CII [Em linha] Disponível em: <https://www.dawn.com/news/1092571/marriage-age-laws-un-islamic-cii>

¹⁶³ idem.

¹⁶⁴ idem.

¹⁶⁵ Pakistan Penal Code, XLV of 1860 [Em linha] Disponível em: <<https://www.oecd.org/site/adboecdanti-corruptioninitiative/46816797.pdf>>

Criança¹⁶⁶ recomenda que o país adote medidas suficientes para harmonizar o seu quadro legislativo com a Convenção, assegurando que as suas leis federais, provinciais, territoriais e tribais estejam em conformidade com a mesma. Retificou também a CEDAW, também com reservas essencialmente no artigo 2 da mesma. O Comité da CEDAW recomenda¹⁶⁷ que o Estado parte investigue e penalize a violência de género no país através de medidas específicas; assegure medidas de prevenção e protecção no aumento da violência; promulgue legislação que regule o comércio de venda e posse de armas; adotar medidas abrangentes para garantir a segurança e protecção de mulheres defensoras dos direitos humanos.

Após a exposição das normas jurídicas dos países em que a prática do casamento infantil ocorre com uma maior prevalência, é possível retirar duas conclusões: a primeira é que a maior parte dos países apresentados têm normas jurídicas que definem legalmente a idade mínima para contrair matrimónio, à excepção do Líbano, ainda que esta seja diferente em função do género; em segundo lugar, todos os países apresentados são Estado-parte da CDC e da CEDAW. Assim, ainda que existam normas internas que, à primeira vista, pareçam ser suficientes para combater o casamento precoce, a verdade é que tal não acontece, mesmo que os países tenham retificado tratados internacionais. Desta forma, o argumento comumente indicado para erradicar o problema, que passa pela determinação de uma idade uniforme mundial para casar, acaba por não ser uma solução tão complexa como é o problema, podendo não ser suficiente para a resolução do mesmo.¹⁶⁸ O factor económico e a questão cultural, são factores determinantes para a prevalência da prática, sendo necessário que estes sejam analisados e incluídos na procura de uma solução eficaz ou seja, é necessário ter em conta os aspectos culturais de cada

¹⁶⁶ COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILD ELIMINATION OF DISCRIMINATION AGAINST WOMEN - Concluding observations on the fifth periodic report of Pakistan [Em linha] p. 2 Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC/C/PAK/CO/5&Lang=En>

¹⁶⁷ COMMITTEE ON THE ELIMINATION OF DISCRIMINATION AGAINST WOMEN - Concluding observations on the fourth periodic report of Pakistan, adopted by the Committee at its fifty-fourth session [Em linha] p. 3 Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CEDAW/C/PAK/CO/4&Lang=En>

¹⁶⁸ BUNTING, Annie, op. cit., p. 18

região, pois as experiências de infância não podem ser consideradas uniformes culturalmente.¹⁶⁹ Uma das questões também apontada para o insucesso na implementação de uma solução eficaz é a imposição de medidas culturalmente aceites no mundo ocidental, nos países cuja cultura se pauta por características diferentes. Desta forma, a solução para erradicar a prática será muito mais complexa do que a criação de uma idade mínima global, preferencialmente aos dezoito anos tendo em conta a disposição do artigo 1 da CDC, para contrair matrimónio. Contudo, ainda que possa não ser a solução mais eficaz, em dúvida que o estabelecimento de dezoito anos como idade mínima global para o casamento seria um ponto de partida para terminar a prática.

Todavia, ainda que a prevalência da prática seja maior nos países indicados, verifica-se que esta também ocorre em países desenvolvidos. Analisando o caso português, a título de exemplo, no Código Civil de acordo com o artigo 1612º é possível contrair matrimónio a partir dos dezasseis anos através de aprovação dos progenitores dos nubentes ou do tutor legal, existindo ainda a possibilidade desta ser suprimida mediante indicação do conservador civil se existirem razões que justifiquem a celebração do casamento e o menor tiver suficiente maturidade física e psíquica. Ora, se a CDC define criança como todo o indivíduo menor de dezoito anos e, sendo Portugal um Estado-parte na Convenção, o Estado português incorre em incumprimento da norma da CDC ao permitir o casamento a partir dos dezasseis anos.

Analisando ainda os EUA, sendo actualmente o único país do mundo que não ratificou a CDC, ainda que seja considerado como um país desenvolvido, tal não impede que o casamento infantil ocorra. Embora a maioria dos Estados estabeleça dezoito anos como a idade mínima de casamento, as exceções em todos os Estados permitem que crianças menores de dezoito anos se casem, normalmente com o consentimento dos progenitores ou através da aprovação judicial. Porém, em vinte e sete Estados não existe uma disposição que especifique uma idade mínima núbil dentro dessa excepção.¹⁷⁰ A título de exemplo, no Estado da Luisiana, para além de estarem estipuladas as condições

¹⁶⁹ idem.

¹⁷⁰ REISS, Fraidy - Why can 12-year-olds still get married in the United States? [Em linha] EUA: The Washington Post. Disponível em WWW:<URL: https://www.washingtonpost.com/posteverything/wp/2017/02/10/why-does-the-united-states-still-let-12-year-old-girls-get-married/?utm_term=.43b72b343f86>

sob qual um menor de dezoito anos poderá contrair matrimónio, no Child Code¹⁷¹ no artigo 1545 alínea b) está disposto que um menor com menos de dezasseis anos também deve obter uma autorização escrita contrair matrimónio, através do juiz do tribunal que exerce a jurisdição juvenil na freguesia em que o menor reside ou a cerimónia de casamento será realizada ser realizada. Também o artigo 1547 dispõe que, a pedido do menor, o juiz pode autorizar o casamento quando houver uma razão convincente para tal. Desta forma, não existe uma idade mínima específica para o casamento em termos excecionais, sendo este possível através de consentimento do menor e da autorização do Tribunal, como disposto no artigo 9:225 do Rev. Stat. Ann¹⁷², segundo o qual o pedido de licença de casamento deve ser acompanhado do consentimento escrito do menor ou da autorização do tribunal. Porém, como identificado este consentimento não é verdadeiro, livre e informado, sendo muitas vezes consequência de pressões psicológicas por parte da família da criança.

Apesar das consequências já identificadas do casamento precoce, alguns legisladores estaduais opõem-se a aprovar legislação para acabar com o casamento infantil, pois têm receio eles de que tais medidas possam ilegalmente oprimir a liberdade religiosa ou por terem a crença de que o casamento é a melhor solução para uma gravidez na adolescência, como forma de proteger as meninas.¹⁷³

4.2 Consequências do casamento infantil

Como se verifica, as questões económicas e sociais são dois factores preponderantes que levam ao casamento infantil. Se é verdade que a prática se verifica nos países em desenvolvimento, maioritariamente nas zonas rurais do que nas zonas urbanas, é também verdade que o casamento infantil tem consequências não só para as crianças em causa, uma vez que o futuro destas fica comprometido, como também para o próprio país.

¹⁷¹LOUISIANA STATE LEGISLATURE - Children's Code [Em linha] Disponível em: <<http://www.legis.la.gov/Legis/Law.aspx?d=73003>>

¹⁷²LOUISIANA STATE LEGISLATURE - Children's Code [Em linha] Disponível em: <<https://legis.la.gov/Legis/Law.aspx?d=107001>>

¹⁷³ REISS, Fraidy, op. cit.

Em termos psicológicos, a privação da adolescência, as relações sexuais forçadas, gravidez prematura e o parto, e a negação de liberdade, ao ocorrerem no período de desenvolvimento pessoal e cognitivo da criança fazem com que existam danos emocionais e psicológicos nestas.¹⁷⁴ Estas acabam por sofrer os abusos sem qualquer tipo de acompanhamento ou apoio, estando condicionadas às comunidades que, por sua vez, não consideram o trauma como algo preocupante, mas sim como uma “parte inevitável da vida”.¹⁷⁵ Derivado dos vários problemas psicológicos que ocorrem, muitas destas crianças acabam por cometer suicídio, derivado ao sofrimento diário a que são expostas e sem qualquer tipo de apoio familiar. Em caso de viuvez ou abandono por parte do esposo, a criança é discriminada, tornando-se impotente.

Uma das grandes consequências do casamento infantil está na questão da saúde. O facto de as crianças serem obrigadas a relações sexuais e gravidez sem que o corpo esteja totalmente desenvolvido, leva ao surgimento de muitas patologias como consequência de tais actos, estando sujeitas a um maior risco de morte, e lesões durante o parto. Contudo, a falta de acompanhamento durante a gravidez e o facto do corpo da criança não estar fisicamente preparado para o parto, têm complicações tanto para a criança como para o feto. Muitas destas complicações ocorrem no decorrer do parto, como também ocorrem após deste. A mortalidade infantil entre os fetos cujas mães ainda são crianças, é muito maior quando comparado com mãe com uma idade mais avançada.¹⁷⁶ Tal está associado essencialmente a uma má nutrição materna, reforçando a constatação de que uma criança não está preparada para a gravidez e para o parto. Muitas das meninas acabam por desenvolver fistulas vesicovaginais¹⁷⁷, determinando a impossibilidade de uma futura gravidez o que, tendo em conta que são vistas com um papel reprodutivo, acaba por levar ao abandono por parte do marido e ao afastamento da comunidade.¹⁷⁸ Existe também um maior risco na contração de doenças sexualmente transmissíveis, uma vez que os homens

¹⁷⁴UNICEF INNOCENTI RESEARCH CENTRE - Early marriage: child spouses. [Em linha] p. 10. Disponível em: <<https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/digest7e.pdf>>

¹⁷⁵ idem.

¹⁷⁶ ibidem., p. 12

¹⁷⁷ Patologia em que se verifica a inexistência de ligação entre a bexiga e o órgão sexual feminino, resultando num vazamento contínuo e involuntário da urina. Tal acontece devido à dificuldade de a cabeça do feto passar os ossos pélvicos do canal de parto, devido à imaturidade destes.

¹⁷⁸ BUTING, Anne, op. cit., p.15

mais velhos são sexualmente mais experientes e dificilmente têm em consideração a segurança nos comportamentos sexuais derivado da elevada pressão para ter filhos.¹⁷⁹ A violência doméstica acaba também por ser uma realidade, verificando que esta é praticada pelo esposo como pela família deste, sempre que a esposa não corresponda ao seu papel de mulher e de mãe.

Inevitavelmente o casamento infantil nega às crianças o seu direito à educação. Aquando do casamento, as meninas são obrigadas, tanto por parte do marido como da sua própria família, a abandonar a escola mesmo contra a sua vontade. Este abandono escolar faz com que as meninas sejam dependentes dos seus maridos, visto que não adquirem as ferramentas necessárias que as permitam desenvolver a sua educação e aspirações de carreira profissional, de forma a se tornarem independentes. Estatísticas mostram que quanto mais alta é a taxa de abandono escolar, maior será a existência de casamentos infantis.¹⁸⁰ As meninas que frequentam apenas o primeiro ciclo são duas vezes mais propensas a casar antes dos dezoito anos, em comparação com as meninas que frequentam o ensino secundário ou superior.¹⁸¹ No entanto, as meninas que não frequentam a escola têm três vezes mais probabilidade de contrair matrimónio antes dos dezoito anos. Muitos progenitores acreditam que o investimento na educação da criança não é necessário, admitindo que esta irá casar e terá como função cuidar da casa e da família. Os custos com a educação é outro dos factores que leva a que a criança seja retirada da escola.¹⁸² Nas áreas rurais, para que uma criança continue os seus estudos no ensino secundário é necessário viver no dormitório da escola, levando a que os progenitores retirem as meninas da escola, com medo que tal saída de casa possa expor a criança a riscos. Dentro destes riscos, o mais preocupante para os progenitores diz respeito ao início de relações sexuais pré-matrimoniais e gravidez o que, como já identificado, acabaria por desonrar a

¹⁷⁹ INTERNATIONAL CENTER FOR RESEARCH ON WOMEN - The Causes, Consequences and Solutions to Forced Child Marriage in the Developing World [Em linha] p. 7. Disponível em: <<https://www.icrw.org/files/images/Causes-Consequences-and%20Solutions-to-Forced-Child-Marriage-Anju-Malhotra-7-15-2010.pdf>>

¹⁸⁰ BUTING, Anne, op. cit., p.13

¹⁸¹ UNITED NATIONS POPULATION FUND - Marrying Too Young: End Child Marriage. [Em linha] p. 34. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/MarryingTooYoung.pdf>> ISBN-10: 1618000144

¹⁸² UNICEF, op. cit., p.12

criança e a família desta, levando ao afastamento da comunidade. Com o impedimento à educação, verifica-se que as meninas acabam por não desenvolver o seu intelecto, as capacidades de socialização são poucas ou nulas e não desenvolvem a sua própria identidade independente. As meninas tornam-se mulheres submissas não podendo expressar o seu ponto de vista, derivado á falta de opinião crítica.¹⁸³

A perpetuação da prática acaba por ter consequências para o próprio país, impedindo o seu desenvolvimento económico e social. Ao se investir na educação das crianças, para que estas completem um nível de educação, levaria a que a mão de obra qualificada fosse maior e, conseqüentemente, um maior nível de poder económico.¹⁸⁴ Considere-se, portanto que o casamento infantil contribui para o ciclo da pobreza, ciclo esse que se perpetua pelos progenitores entregarem as meninas ao seu futuro esposo em troca de alguma quantia para fazer face à pobreza, acabando por ter o efeito contrário dificultando o desenvolvimento económico do país.

¹⁸³ *idem*.

¹⁸⁴ GIVING WHAT WE CAN - Child Marriage: Causes, Effects and Interventions [Em linha] p. 16. Disponível em: <<https://www.givingwhatwecan.org/sites/givingwhatwecan.org/files/attachments/childmarriage-causesandinterventions.pdf>>

5. O superior interesse da criança

Respeitante à fragilidade da criança, derivado de ser um ser humano em fase de desenvolvimento, encontra-se o princípio de superior interesse da criança. Ainda que não exista um critério legal que o defina, este princípio é fundamental a ter em conta.¹⁸⁵

Primeiramente, é necessário verificar que o superior interesse da criança é um conceito jurídico vago e indeterminado¹⁸⁶, oferecendo ao legislador a possibilidade de um enquadramento adequado para análise dos factos e para uma correta aplicação e interpretação do Direito. Derivado da impossibilidade de prever de forma absoluta todas as situações suscetíveis à aplicação do princípio, o recurso à técnica legislativa dos conceitos jurídicos é uma das características do Direito de Família e Menores, por este ser reconhecidamente um ramo do Direito que trata de questões que frequentemente dispõem de uma multiplicidade de soluções.¹⁸⁷ É neste sentido que, tal como identifica Celso Manata, alguns autores defendem que os padrões adotados por uma determinada comunidade, devam ser consideradas como fontes de natureza interna, para além das fontes de natureza externa, as representadas pela lei, existindo assim uma dupla fonte normativa neste ramo do Direito.¹⁸⁸ É a existência dos conceitos indeterminados que permite a adaptação à imprevisibilidade das circunstâncias de vida de cada menor. Todavia, note-se que o conceito de superior interesse da criança não é estático, estando sempre sujeito à alteração dos padrões da sociedade, em função da sua necessidade. Estando ligado a uma noção cultural, as necessidades da criança que permitam o seu bem-estar e o seu desenvolvimento físico e cognitivo estão ligados a um sistema de referências vigente em cada momento.¹⁸⁹ Assim, esta flexibilidade do conceito faz com que este varie tanto em função do momento histórico, como em função dos costumes da sociedade.

¹⁸⁵ Nunes, Sara, op. cit., p. 27

¹⁸⁶ MANATA, Celso – Superior interesse do Menor [Em linha] p. 3. Disponível em: <www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=2249&m=DOC>

¹⁸⁷ ibidem, p. 4

¹⁸⁸ idem.

¹⁸⁹ idem.

Porém, de acordo com a perspectiva de Maria Clara Sottomayor¹⁹⁰, este critério tem-se revelado pouco útil porque abrange uma variedade de sentidos, prestando-se a interpretações subjetivas decorrentes das convicções pessoais e das ideologias de quem decide, ou seja, na prática o critério fracassa na sua missão de protecção das crianças, porque serve de veículo para concepções não testadas sobre o que é melhor para a criança acabando por refletir os interesses dos adultos. Desta forma, Maria Clara Sottomayor defende que é necessário a concretização do conceito de superior interesse da criança, através de regras específicas e objetivas, devendo assumir, neste contexto, uma dimensão interdisciplinar, que identificam o interesse da criança com a estabilidade e manutenção da relação afetiva com as pessoas que cuidam desta no dia a dia.¹⁹¹ Tal como teoriza Jorge Duarte Pinheiro, existe o risco de um certo relativismo¹⁹² derivado do decisor poder justificar a sua decisão através do conceito de superior interesse da criança, dado este ser um conceito indeterminado. O uso de conceitos indeterminados pode dar origem a variadas concepções sobre o assunto, levando a uma má interpretação e aplicação das normas, pelo que é necessário a análise e o estudo de todos os princípios subjacentes ao interesse da criança, de forma a que o decisor não tome decisões subjetivas com base na sua vivência e opinião pessoal.¹⁹³ Desta forma, derivado do relativismo do conceito, poderíamos considerar que o decisor tem um poder discricionário na sua actuação mas, tal como defende o Jorge Cardona Llorens, apesar de ser um conceito legal indeterminado adaptável, não é de forma alguma um conceito discricionário.¹⁹⁴ Posto isto, o conceito deve ser determinado em critérios objectivos, que permitam assegurar a realização plena e efectiva de todos os direitos consagrados na CDC, de forma a que as opiniões e crenças pessoais do decisor em nada influenciem a sua decisão.¹⁹⁵ Em uma outra perspectiva, torna-se importante a distinção entre o princípio de superior interesse da criança e o princípio de bem-estar.¹⁹⁶ Ainda que estejam interligados, enquanto que o

¹⁹⁰ SOTTOMAYOR, Maria Clara op. cit., p. 50

¹⁹¹ ibidem., p. 51

¹⁹² PINHEIRO, Jorge Duarte – O Direito da Família contemporâneo. AAFDL, 2008a. p. 126

¹⁹³ Nunes, Sara, op. cit., p. 30

¹⁹⁴ COUNCIL OF EUROPE - The best interests of the child – A dialogue between theory and practice [Em linha] p. 12. Disponível em: <URL:https://rm.coe.int/1680657e56>

¹⁹⁵ idem.

¹⁹⁶ Council of Europe, op. cit., p. 28

princípio de superior interesse da criança é interpretado como um direito e um princípio legal, o princípio de bem-estar, valoriza o bem-estar e não se concentra nos direitos, ou seja, tem uma visão protetora e paternalista.¹⁹⁷

Tal como referido, é necessário ter em conta uma multiplicidade de critérios quando nos referimos ao conceito de superior interesse da criança. Neste sentido, o Direito inglês substituiu a indeterminação do conceito ao identificar critérios que o decisor deve ter em conta na investigação e decisão de cada caso, com o Children Act de 1989.¹⁹⁸ Como disposto na parte I no artigo 3, está identificado que é necessário ter em conta os desejos e sentimentos da criança, tendo em conta a idade e compreensão; as suas necessidades físicas, emocionais e educacionais; o efeito provável na criança, em caso de alteração das suas circunstâncias; a idade, género e qualquer antecedente que o tribunal considere relevante; qualquer dano que a criança tenha sofrido ou esteja em risco de sofrer; a capacidade dos progenitores ou terceiros, caso o tribunal considere relevante, em satisfazer as necessidades da criança; e a amplitude dos poderes disponíveis do tribunal no processo em questão. Ora, esta identificação de critérios que devem ser seguidos pelo decisor na tomada de decisão para o superior interesse da criança, acaba por atribuir uma maior clareza à lei, indo de encontro à objetividade necessária para uma implementação correta do conceito, ainda que este seja indeterminado. Contudo, compreenda-se que a necessidade de clareza do conceito seja na lei, não significa que este deva tornar-se rígido e absoluto, dado que tal poderá dar surgimento a injustiças. Derivada da realidade quotidiana complexa do Direito da Família e dos Menores, é necessário a análise das circunstâncias de cada caso em concreto.

Tal como identificado por Philip Heck, relativamente aos conceitos jurídicos indeterminados, é possível distinguir o *núcleo conceitual* e um *halo conceitual*. Sempre que existe uma noção clara do conteúdo de um conceito, estamos no núcleo conceitual, a partir do momento em que surgem dúvidas, estamos no halo conceitual.¹⁹⁹ Partindo desta semelhança, de acordo com Maria

¹⁹⁷ ibidem.

¹⁹⁸ Children Act 1989 [Em linha] Disponível em: <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1989/41/data.pdf>>

¹⁹⁹ ENGLISH, Karl – Introdução ao pensamento jurídico. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p. 209

Clara Sottomayor²⁰⁰, dentro do conceito de superior interesse da criança como critério de decisão, é possível distinguir o núcleo do conceito, suscetível a ser preenchido através do recurso a valorações objetivas, ou seja, valorações retiradas de um determinado caso em concreto. Como critério de decisão que é, o superior interesse da criança é sempre tido em conta com o interesse de uma determinada criança em concreto e em termos temporais, isto é, de acordo com o interesse da criança no momento da decisão.²⁰¹ É neste sentido que se depreende o recurso a valorações objetivas, ou seja, a critérios que possam ser tidos em conta para uma determinada criança em concreto, num determinado momento. A partir do momento em que existam dúvidas em relação às valorações objetivas que possam ser retiradas de um caso em concreto, tornando a decisão incerta, encontramos-nos no halo do conceito. Nos termos deste, o decisor terá que tomar uma decisão com base na sua opinião pessoal, considerando os factos de um caso em concreto, isto é, é perante a factualidade que se irá determinar o que melhor se adequará ao bem-estar da criança, efetivando o superior interesse da criança.²⁰²

O superior interesse da criança será o superior interesse da criança em concreto podendo este ser outro em um outro caso, havendo a necessidade de uma redefinição do mesmo nesse outro caso.²⁰³ Conforme indica Laborinho Lúcio, Claire Breen chama a atenção ao indicar que um grau de flexibilidade na interpretação dos direitos das crianças e na figura do interesse superior pode sempre ser necessário para que possam ter-se em conta diferenças regionais e culturais.²⁰⁴

Apesar de não possuir um conceito legal, o superior interesse da criança surge como linha orientadora em vários textos normativos.²⁰⁵ Nos termos da CDC, no artigo 3 número 2, todas as decisões relativas a crianças, deverão ter como principal critério o superior interesse desta. Com a interpretação deste

²⁰⁰ SOTOMAYOR, Maria Clara – Regulação do exercício das responsabilidades parentais nos casos de divórcio. Almedina, 2014. pp. 42 e 43

²⁰¹ Nunes, Sara, op. cit., p. 33

²⁰² ibidem, p. 35

²⁰³ idem.

²⁰⁴ LABORINHO, Lúcio – As crianças e os direitos: o superior interesse da criança. In Estudos em homenagem a Rui Epifânio. Almedina, 2010. p. 187

²⁰⁵ ROQUE, Mariana - A alienação parental. [Em linha] p. 27. Disponível em: <<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/20596/1/A%20Alienac%CC%A7a%CC%83o%20Parentalt%20ese%20%281%29.pdf>>

conceito, deve dar-se ênfase à criança enquanto indivíduo com opiniões e sentimentos próprios bem como na criança como sujeito de direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais, com direito a protecção especial.²⁰⁶ Tal como disposto no Comentário Geral nº 6 de 2005 do Comité dos Direitos da Criança²⁰⁷, a determinação do que é o melhor interesse da criança exige uma avaliação clara e abrangente da identidade da criança, incluindo a sua nacionalidade, educação, origem étnica, cultural e linguística, vulnerabilidades particulares e necessidades de protecção. A verdade é que o superior interesse da criança é parte integrante dos direitos humanos, tendo o Comité dos Direitos da Criança sublinhado a necessidade de se evitar pronunciamentos subjetivos e arbitrários sobre os melhores interesses da criança e, assim, estabelecer um processo sistemático para avaliar e determinar esses interesses.²⁰⁸ A tomada de decisão com base no superior interesse da criança, contribui para o cumprimento dos direitos humanos das crianças em circunstâncias específicas.

Devido à importância crucial do conceito, estando este no cerne da CDC, o Comité adotou o Comentário Geral²⁰⁹ nº 14 a 23 de maio de 2013, de forma a contribuir para uma melhor compreensão do mesmo e para a sua aplicação. Assim, uma das orientações disposta no Comentário refere-se na elaboração de uma lista, por parte de qualquer decisor, não-exaustiva e não hierárquica de elementos que possam ser incluídos na avaliação dos melhores interesses da criança. Refere-se ainda que a natureza não exaustiva da lista implica que existe a possibilidade que sejam considerados outros factores relevantes nas circunstâncias específicas da criança, para além dos que foram primeiramente evidenciados na lista, tornando esta flexível, mas como uma linha orientadora.²¹⁰

Todavia, existem pelo menos duas razões²¹¹ que podem tornar difícil a aplicação do conceito, senão vejamos: primeiramente, existe a dificuldade de avaliar o que é do superior interesse da criança. Tal como identificado

²⁰⁶ TOMÁS, Catarina – Convenção dos Direitos da Criança: reflexões críticas. In Infância e juventude, Lisboa, p.129

²⁰⁷ COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILDREN - General comment No. 14 (2013) on the right of the child to have his or her best interests taken as a primary consideration (art. 3, para. 1) [Em linha] p. 9. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/2_1/IIPAG2_1_2_6_2.htm>

²⁰⁸ Council of Europe, op. cit., p.27

²⁰⁹ Committee on the rights of the children, op. cit.

²¹⁰ Ibidem, p. 12

²¹¹ ibidem, p. 29

anteriormente, é necessário que seja analisado caso a caso pois o que é o superior interesse de uma criança, pode não o ser de outra criança ainda que a situação possa ser semelhante. Em segundo lugar, existe uma dificuldade em encontrar um equilíbrio entre diferentes interesses, isto é, o superior interesse de uma criança poderá divergir com os interesses de outras pessoas ou mesmo com os interesses de outras crianças, os irmãos, por exemplo.

Para além das normas contidas na CDC, existem outras bases jurídicas relevantes tanto a nível internacional como a nível regional que dispõem de linhas orientadoras para que o superior interesse da criança seja tido em conta em todas as decisões jurídicas que envolvam esta. As leis internas de cada Estado bem como a sua jurisprudência, podem proporcionar uma orientação mais específica do que a estabelecida nos instrumentos internacionais, ainda que esta deva ser meticolosamente analisada de forma a estar em conformidade com o disposto nos instrumentos internacionais.

6. Ius cogens e Direitos Humanos

As normas ius cogens foram consagradas pela Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados a 23 de maio de 1969 nos artigos 53^o, 64^o e 71^o²¹². Por ius cogens, designam-se o conjunto de normas internacionais que têm um carácter imperativo, limitando os Estados na sua autonomia e proibindo toda e qualquer derrogação das suas disposições. Assim, afirma-se que estas normas têm como particularidade formal o facto de não poderem ser derogadas por outros actos jurídicos sob penas destes incorrerem em nulidade absoluta; e, por particularidade material, o facto de tutelarem interesses da Comunidade Internacional no seu conjunto, acarretando a sua violação um ilícito *erga omnes*, isto é, em relação a todos os Estados vinculados pela norma²¹³. A Comissão de Direito Internacional da ONU consagrava, no artigo 50^o, aquando do Projeto de Convenção sobre Direito dos Tratados, concluído em 1966, que um tratado é nulo se for incompatível com uma norma imperativa de Direito Internacional geral à qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por uma norma subsequente de Direito Internacional geral da mesma natureza²¹⁴, verificando o reconhecimento pela Comissão de Direito Internacional a existência de normas imperativas.

Desta forma-se, considera-se que a característica da imperatividade das normas ius cogens, deve-se a estas não dizerem apenas respeito aos interesses individuais de cada Estado, uma vez que consagram interesses da comunidade internacional, ao mesmo tempo que se afirmam como uma protecção contra uma desigualdade de forças entre os Estados.

Com a formulação destas normas, cria-se a ideia da existência de uma ordem pública internacional, destacando-se que, até então, apenas os tratados e o costume eram as únicas fontes de direito internacional, ainda que estas não tenham a mesma natureza jurídica nem a mesma posição hierárquica nas fontes do Direito Internacional.²¹⁵

²¹² PORTUGAL. Decreto nº 46/2003, de 7 de fev.

²¹³ BAPTISTA, Eduardo Correia – Ius cogens em Direito Internacional, Lisboa: LEX, 1997, pág. 21

²¹⁴ PEREIRA, António Celso - As normas de jus cogens e os direitos humanos. [Em linha] p. 5 [Consult. 10 jan. 2018] Disponível em: <http://faa.edu.br/revistas/docs/RID/2009/RID_2009_02.pdf>

²¹⁵ BAPTISTA, Eduardo Correia, op. cit., p. 379

Torna-se importante ainda referir o carácter universal destas normas, sendo aceites e reconhecidas pela comunidade internacional dos Estados. Tal como refere Michel Virally²¹⁶, o carácter universal das normas *ius cogens*, acaba por expressar a importância destas como um todo, baseado em valores éticos levando a que não existam fronteiras na sua aplicação, admitindo que são normas cujo interesse é comum na sociedade internacional, como um todo, pelo que a actuação das mesmas deverá aplicar-se também a todos. Nos artigos 53 e 64 da Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados, está presente a caracterização do *ius cogens* como uma norma imperativa e universal de Direito Internacional, que obriga os Estados do seu conjunto. Porém, tendo em conta dos avanços da sociedade internacional, na última parte do artigo 53 é possível identificar o carácter evolutivo das normas *ius cogens*, na medida em que a sua substituição é possível desde que a nova norma tenha a mesma natureza.²¹⁷

Por analogia, poderia-se tentar aplicar o conceito de ordem pública proveniente do Direito Interno no Direito Internacional Público, considerando que as normas de *ius cogens* compõe o campo da ordem pública internacional. Todavia, existem diferenças estruturais entre as ordens internas dos Estados e as ordens externas na comunidade internacional, diferenças essas que passam por: a) enquanto que no Direito Interno as normas de ordem pública são determinadas pelos órgãos de produção do Direito Estatal, no Direito Internacional não é possível a existência de tais normas, dado não existir poder superior aos sujeitos de Direito Internacional que elaborem as suas próprias normas; b) a sanção à violação das normas de ordem pública é rigorosa no Direito Interno, já que é o Estado, que centraliza a coação institucionalizada, que se encarrega de impô-la, o que não ocorre na comunidade internacional dado a sua estrutura descentralizada.²¹⁸

Todavia, a Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados não fornece indicações para que se possa identificar como imperativa uma determinada norma de Direito Internacional, apresentando a dificuldade de saber o que são normas de *ius cogens* as de natureza convencional ou somente as que surgem de fonte costumeira. De acordo com a doutrina, a norma

²¹⁶ VIRALLY, Michel. *Réflexions sur le "jus cogens"*: *Annuaire français de droit international* Vol. 12, p. 14

²¹⁷ PEREIRA, António Celso, *op. cit.*, p. 7

²¹⁸ *Ibidem*, p. 8

internacional derivada do costume internacional geral vincula todos os Estados, independentemente da sua aceitação do mesmo costume.²¹⁹ Por tutelarem interesses comuns, só devem ser consideradas normas de *ius cogens* as normas costumeiras de Direitos Humanos, as normas costumeiras com carácter humanitário dos conflitos armados, a proibição do recurso da força e as normas que tutelam o património comum da humanidade: o mar, os fundos marinhos, o espaço exterior e os corpos celestes.²²⁰

Todavia, é importante salientar que as normas *ius cogens* têm obrigações *erga omnes*. Por obrigações *erga omnes* compreende-se a obrigação em relação a todos os Estados, ou seja, enquanto que numa obrigação bilateral a violação de uma norma apenas diz respeito a esses dois Estados que se encontram vinculados por esta, em contrapartida, a violação de uma obrigação *erga omnes* diz respeito a todos os Estados vinculados pela norma. Em síntese, as obrigações decorrentes da violação de uma norma de *jus cogens*, por afetar a sociedade internacional no seu todo, configuram obrigações *erga omnes*, que se definem como a obrigação internacional que vincula um Estado em relação a todos os outros Estados, que, por sua vez, estão vinculados pela mesma norma e se encontram na mesma situação jurídica.²²¹ Assim, caso se trate de uma obrigação imposta por uma norma universal, o Estado estará vinculado em relação a todos os restantes Estados existentes significando que, caso um Estado viole estas obrigações, incorre num acto ilícito *erga omnes* afectado toda a esfera jurídica de todos os Estados, ainda que, em concreto, apenas um deles possa ter sido prejudicado ou o dano tenha sido de uma terceira pessoa, como um indivíduo.²²² Protegendo as normas que impõem obrigações *erga omnes* um interesse comum, a sua violação pode até nem provocar qualquer dano à maioria dos Estados, mas devido ao seu essencial protagonismo, o Direito Internacional atribui-lhes um poder jurídico quanto ao cumprimento desta.²²³ Estas obrigações podem ser de origem costumeira, integrando assim a espécie de obrigações *erga omnes* universais; e podem ser de origem convencional. Por origem convencional, entenda-se que se refere aos tratados multilaterais, fazendo então

²¹⁹ *idem*.

²²⁰ *idem*.

²²¹ PEREIRA, António Celso *op. cit.*, p. 10

²²² BAPTISTA, Eduardo Correia, *op. cit.*, p. 288

²²³ *ibidem*, p. 290

parte das obrigações erga omnes não universais. Estas obrigações não universais, dizem respeito às normas derivadas pelos tratados pelo costume regional, ou seja, as normas costumeiras formadas em zonas delimitadas²²⁴.

Deste modo, julga-se que todas as normas internacionais que tutelem direitos humanos impõem obrigações erga omnes mediatas aos seus destinatários.²²⁵ Ao garantirem um interesse coletivo, ou seja, um interesse que não diz respeito directamente aos Estados em si, as obrigações erga omnes mediatas definem que as intervenções dos Estados perante as violações das normas não são feitas em nome dos seus interesses. Todas as normas internacionais, sejam costumeiras, sejam convencionais, que tutelem direitos humanos, impõem obrigações erga omnes mediatas aos seus destinatários.²²⁶ Assim, qualquer violação de um direito humano internacionalmente consagrado por parte de um Estado que a este esteja vinculado permite aos restantes Estados, protestar tal violação ou adotar medidas diplomáticas contra o Estado responsável.²²⁷

Pressupondo desta ideia, a doutrina considera a Declaração Universal dos Direitos do Homem como fonte costumeira de ius cogens. Ainda que seja negado por alguns, desde o momento da sua aprovação a Declaração constituiu um instrumento interpretativo das disposições da Carta relativas aos direitos humanos. Mesmo não passando de uma resolução da Assembleia Geral da ONU, sendo formalmente uma mera recomendação sem vinculatividade jurídica, a Declaração Universal é a concretização do princípio geral de respeito dos direitos humanos.²²⁸ Justifica-se, portanto, a natureza costumeira a Declaração pelo simples facto de aquando na sua aprovação não se terem verificado votos contra (com oito abstenções). Tal levou a que se tornasse num precedente decisivo para a formulação de um costume²²⁹, reafirmando algumas normas que no momento da sua redação já eram costumeiras, como a proibição do tráfico de escravos, por exemplo.

²²⁴ ibidem, p. 291. Tal como afirma Eduardo Correia Baptista, esta delimitação não tem que ser necessariamente geográfica, embora que a geografia influencie a comunhão de determinados valores culturais.

²²⁵ ibidem, p. 397

²²⁶ idem.

²²⁷ ibidem, p. 398

²²⁸ ibidem, p. 401

²²⁹ ibidem, p. 402

Assim, considere-se que pelo simples facto e integrar-se às Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos tem forma de *ius cogens* como direito costumeiro, pelo que os Estados abdicam soberanamente de uma parcela da soberania, em sentido tradicional, obrigando-se a reconhecer o direito da comunidade internacional de observar e, conseqüentemente, opinar sobre a sua actuação interna.²³⁰ Neste sentido, tendo em conta as limitações que nos dias actuais são impostas aos Estados pelo Direito Internacional Público para o exercício da soberania, estamos frente a uma realidade político-jurídica que se expressa no facto de que não se pode invocar direitos soberanos para justificar o incumprimento de normas internacionais em matéria de direitos humanos.²³¹

232

Contemplando o carácter evolutivo do Direito Internacional Público, Virally sugere que é possível a criação de um *ius cogens* regional, em que um determinado grupo de Estados reconhece determinadas regras como sendo mais importantes para esse grupo de Estados em si, do que para a comunidade Internacional²³³. Tal como afirma Eduardo Correia Baptista²³⁴, existem efectivamente normas costumeiras cuja vigência se limita a determinados Estados, isto é, existem normas *ius cogens* regionais em determinados Estados que partilham a mesma cultura jurídica. Neste sentido, o autor salienta que o *ius cogens* regional terá que respeitar o *ius cogens* universal, sendo que o primeiro terá sempre que ser constituído por normas que ampliem a actuação das normas *ius cogens* universais. Tal acontece derivado do facto de tanto as normas *ius cogens* universal como as normas *ius cogens* regional serem de origem costumeira, pelo que não podem ser criadas normas costumeiras que violem outras normas do mesmo carácter, sem que uma delas perca vigência ou se torne nula. Isto conduz-nos ao respeito que existe nas normas *ius cogens* regionais, perante o *ius cogens* universal. Se uma norma de direito internacional é reconhecida e aceite como obrigatória para a generalidade dos Estados de um determinado espaço regional, não existem motivos para negar a sua

²³⁰ LINDGREN Alves, José - Os direitos humanos como tema global. São Paulo: Perspectiva, 1994. pág. 5

²³¹ *idem*.

²³² De acordo Kofi Annan, antigo Secretário-geral da ONU: “Em nenhum país, o governo tem o direito de se esconder atrás da soberania nacional para violar os direitos do homem e as liberdades fundamentais dos habitantes desse país.

²³³ VIRALLY, Michel., op. cit.

²³⁴ BAPTISTA, Eduardo Correia, op. cit., p. 389

obrigatoriedade apenas pela razão formal de que esta norma só representa os Estados na zona regional em causa e não a comunidade internacional.²³⁵

Outra das questões que se importa referir sobre as normas *ius cogens*, é relativamente aos seus destinatários. Se é verdade que as normas *ius cogens* impõe-se imperativamente aos Estados, de forma a limitar a autoridade jurídica destes, é também verdade que existem normas *ius cogentis* que se aplicam apenas aos indivíduos, apesar destes últimos não poderem derrogar normas devido à sua incapacidade jurídica para tal²³⁶.

Os direitos humanos fundamentais: o direito à vida, o direito ao reconhecimento da personalidade jurídica, as normas contra a tortura, a escravidão e servidão, o direito à integridade pessoa, o princípio da legalidade, a liberdade de consciência e de religião, a protecção da família, o direito ao nome, os direitos da criança, o direito à nacionalidade, os direitos políticos, bem como as garantias indispensáveis à protecção desses direitos, estão incluídos no quadro das normas imperativas de Direito Internacional que, obrigam todos os Estados, possuindo eficácia normativa *erga omnes* são regras que não podem ser suprimidas.²³⁷

Posto isto, compreenda-se o seguinte: tal como afirma Correia Batista, as disposições da Declaração Universal dos Direitos do Homem, por tutelarem normas internacionais que protegem os seres humanos impondo obrigações *erga omnes* mediatas, são de *ius cogens*²³⁸. Assim, à semelhança da Declaração e, considerando que a CDC tutela directamente seres humanos – as crianças – também as suas disposições são *ius cogens*. Deste modo, ao verificarmos as violações que ocorrem às disposições da CDC com o casamento infantil, considere-se, portanto, que a proibição do casamento infantil é uma norma *ius cogens*. Ora, seria previsto que o descumprimento de normas de *ius cogens* configurassem responsabilidade do Estado que as violou, mas, no que diz respeito ao casamento infantil, as responsabilidades são insuficientes ou nulas.

²³⁵ QUADROS, Fausto - La convencion européenne des droits de l'homme. In *Recht zwischen Umbruch und Bewahrung Festschrift für Rudolf Bernhardt*. Alemanha: Max-Planck-Institut, Heidelberg 1995. p.558

²³⁶ Cf. BAPTISTA, Eduardo Correia, op., cit., p. 391

²³⁷ PEREIRA, António Celso op. cit., p. 13

²³⁸ Cf. BAPTISTA, Eduardo Correia, op., cit., p. 413

Em suma, compreendendo que após a ratificação de um tratado internacional os Estados têm que estabelecer mecanismos na lei interna que permita colocar em prática as disposições presentes naquele, as normas *ius cogens* quer sejam costumeiras ou convencionais, obrigam a que o Estado as cumpra. Neste sentido, é necessário que, com as violações às disposições da CDC com o casamento infantil, o Estado seja responsabilizado por tal infracção. Ainda que possa acontecer um alerta da situação, através dos mecanismos de controle criados pelos demais tratados, as suas recomendações, ao não terem um carácter vinculativo, permite que o Estado não a tenha em conta. Tal como identificado, os Estados parte da CDC devem adotar medidas diplomáticas contra os Estados infratores desta, de forma a que este se sintam pressionados a adotar medidas efetivas que terminem com o casamento infantil.

7. Os instrumentos internacionais relacionados com o casamento infantil

Para além das leis internas, existem instrumentos internacionais retificados pelos Estados que regulam a questão do casamento infantil, ainda que de forma indirecta. O Direito Internacional Público baseia-se na premissa do consentimento, ou seja, é necessário que os Estados aceitem as regras impostas pelos tratados e, derivado desse consentimento, surge uma obrigação internacional e uma aceitação dos princípios que o regem.²³⁹ Tal como já exposto, a ratificação de um tratado internacional constitui um compromisso para alcançar o seu objectivo e, para tal, é necessário a alteração ou introdução de leis ou políticas internas.²⁴⁰ A verdade é que, um dos problemas associados a estes instrumentos de definição de normas deriva do facto dos seus princípios poderem ser expressos de uma forma generalizada, sendo particularmente problemático se o instrumento for de âmbito global pois obter um acordo mundial para um conjunto de normas abrangentes que possam ser implementadas a nível nacional é difícil e corre o risco de que tais normas sejam lançadas a um nível bastante mínimo ou muito geral.²⁴¹

Desta forma, autores defendem que os instrumentos jurídicos internacionais que contenham disposições sobre o casamento infantil, não são claros acabando por permitir várias interpretações das disposições por parte dos governos estaduais. Como exemplo, o único instrumento internacional que proíbe de forma expressa a prática do casamento infantil é a CEDAW, mas este não define o conceito de criança.²⁴² Existe também um conflito entre o disposto na Recomendação sobre Consentimento ao Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos, de 1965²⁴³ das Nações Unidas com a

²³⁹ ALCANTARA, Sarah - O Casamento Infantil sob uma visão do direito internacional [Em linha] Disponível em: WWW <URL: <https://sarahlivia.jusbrasil.com.br/artigos/348506924/o-casamento-infantil-sob-uma-visao-do-direito-internacional>>

²⁴⁰ GAFFNEY-RHYS, Ruth - International law as an instrument to combat child marriage. The International Journal of Human Rights [Em linha] Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13642980903315398?src=recsys>>

²⁴¹ idem.

²⁴² idem.

²⁴³ Recommendation on Consent to Marriage, Minimum Age for Marriage and Registration of Marriages [Em linha] Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/RecommendationOnConsentToMarriage.aspx>>

CDC. Se é verdade que o artigo 1 da CDC define criança como todo o ser humano menor de dezoito anos, salvo se, de acordo com a lei aplicável atingir a maioridade mais cedo, é também verdade que o princípio II da Recomendação dispõe que os Estados-Membros devem tomar medidas para que seja especificada a idade mínima para o casamento, sendo que esta nunca poderá ser menos de quinze anos, exceto se uma autoridade competente tenha concedido dispensa quanto à idade, no interesse dos futuros conjugues. Ora, se a CDC define que todo o indivíduo menor de dezoito anos é uma criança, o disposto na Recomendação acaba por permitir que os Estados definam a idade mínima para o casamento nos quinze anos de idade, ou seja, acabam por permitir o casamento de crianças, à luz do que é disposto no artigo 1 da CDC. De acordo com a Divisão das Nações Unidas para o Avanço da Mulher,²⁴⁴ uma criança menor de dezoito anos não é capaz de dar um consentimento válido para casar. Este conflito acaba por permitir que o termo criança possa ser interpretado sob diferentes formas, uma vez que não é um conceito universalmente definido.²⁴⁵

Neste âmbito, é necessário abordar individualmente cada instrumento jurídico internacional, de forma a perceber de que forma estes não são suficientes para que o término da prática e, se possível, quais as possíveis alterações necessárias.

7.1 A Declaração Universal dos Direitos Humanos

Adotada e proclamada pela Assembleia das Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948, a DUDH consagra de forma semelhante a dignidade e valor da pessoa humana e da igualdade de direitos entre homens e mulheres, com vista a eliminar as desigualdades por motivos de diferenciação de género.²⁴⁶ Ainda que a DUDH não tenha, por si efeito legal, é moralmente persuasiva e considerada parte do direito costumeiro internacional.²⁴⁷

²⁴⁴ ALANEN, Julia – Too Young to Tie the Knot [Em linha] p. 3. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2747667>>

²⁴⁵ RHYS, Ruth Gaffney, op. cit.

²⁴⁶ ZELDIN, Wendy - Children's Rights: International Laws. The Law Library of Congress. [Em linha] p. 2. Disponível em: <<https://www.loc.gov/law/help/child-rights/international-law.php>>

²⁴⁷ UNICEF - Child marriage and the law. Legislative Reform Initiative – Paper Series [Em linha] (2008), p. 4. Disponível em: <[https://www.unicef.org/policyanalysis/files/Child_Marriage_and_the_Law\(1\).pdf](https://www.unicef.org/policyanalysis/files/Child_Marriage_and_the_Law(1).pdf)>

No que diz respeito ao casamento, a DUDH reconhece a necessidade de um consentimento livre e informado. Quando uma das partes envolvidas não é madura o suficiente para tomar essa decisão, tal consentimento não pode ser reconhecido como livre, tal como disposto no artigo 16.²⁴⁸

Embora a DUHD não esteja directamente direccionada para o problema do casamento infantil, ao reconhecer a necessidade de um consentimento livre e as partes envolvidas maduras para tal consentimento, verifica-se de imediato que o casamento infantil é uma violação aos direitos humanos, não só por não existir um consentimento livre e informado por parte da criança, como pelo facto de não pudermos considerar esta como “suficientemente madura” para tal.

7.2 A Convenção dos Direitos da Criança

A 20 de Novembro de 1989, as Nações Unidas adotaram por unanimidade a Convenção sobre os Direitos da Criança²⁴⁹. Este documento enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais - os direitos civis e políticos, os direitos económicos, sociais e culturais de todas as crianças - bem como as respectivas disposições para que sejam aplicados, demonstrando, deste modo, a visão de que a criança é detentora de direitos legais nos termos do direito internacional.²⁵⁰ Mesmo sendo uma norma *ius cogens*, a CDC sofre violações diárias cada vez que ocorre um casamento infantil. Ao ser obrigada a contrair matrimónio, grande parte da CDC é violada destacando-se as violações ao direito de protecção contra os maus tratos e negligência presente no artigo 19; direito ao lazer, actividades recreativas e culturais disposto no artigo 31; direito à saúde e serviços médicos de acordo com o artigo 24; direito um nível de vida que permita o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social de acordo o artigo 27; o dever do Estado parte proteger a criança contra todas as formas de exploração segundo disposto no artigo 36; direito à educação segundo o artigo 28. Embora a CDC não proíba expressamente o casamento infantil, a prática viola directamente as disposições destinadas a proteger as crianças.

²⁴⁸ *idem*.

²⁴⁹ UNICEF - Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989 [Em linha] Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>

²⁵⁰ UNICEF - Direitos das Crianças [Em linha] Disponível em WWW:<URL: <<http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111>>

De acordo com o CEPC, a CDC é ineficaz, tendo justificado que nenhum tratado ou convenção é a solução para terminar com o casamento infantil. Segundo este, a formulação do melhor interesse da criança evoluiu para um quadro de direitos humanos para as crianças, proclamando a ideia de que as crianças são melhor protegidas devido aos direitos que lhe são conferidos.²⁵¹ Assim, a Convenção não consagra verdadeiros direitos da criança, mas sim deveres assumidos pelos Estados relativamente à situação da criança, perante a comunidade internacional.²⁵² Embora a Convenção de 1989 estabeleça uma definição sólida de criança, a mesma é infrutífera na protecção destas contra os perigos e danos do casamento infantil, pois as disposições que poderiam ser aplicadas à proibição do casamento de crianças não identificam de forma explícita a prática. Tais disposições, para além de não protegerem totalmente e de forma expressa as crianças, ainda permitem que as regras culturais dominem o direito internacional, tornado a Convenção fraca no combate ao casamento infantil.²⁵³ Por conseguinte, alguns países neguem de facto, que as disposições da CDC proíbam a prática tendo por base o artigo 14 número 2 da mesma. Segundo este, os pais têm o direito de controlar os domínios religioso, educacional e cultural dos seus filhos o que, de acordo com a visão de alguns legisladores, concede aos pais o direito de escolher conjugues e determinar quando os seus filhos se casarão com base em práticas culturais e religiosas.²⁵⁴

A inexistência de leis internacionais e internas de cada Estado que penalizem o casamento infantil ou, caso existam, a leve penalização que não reflete a natureza severa do acto, juntamente com a pressão dos próprios oficiais da aplicação da lei e dos cidadãos para que não sejam seguidas as leis que proíbam a prática²⁵⁵, acaba por tornar a CDC ineficaz.²⁵⁶ Apesar da CDC não estabelecer medidas de implementação das suas disposições, é o tratado mais longo da ONU em vigor que consagra a implementação dos direitos da criança em tempos de paz e de conflitos armados, consagrando pela primeira vez no

²⁵¹ KOHM, Lynne Marie, op. cit., p.2

²⁵² PINHEIRO, Jorge Duarte – Estudos de Direito da Família e das Crianças. Lisboa: AAFDL, 2015b, p. 328

²⁵³ ibidem, p. 5

²⁵⁴ idem.

²⁵⁵ Tal demonstra a profunda aceitação tradicional da mesma. Inclusive, muitos dos decisores são parte integrante da comunidade compartilhando a crença que o casamento infantil é benéfico tanto para a criança como para a sua família.

²⁵⁶ idem.

direito internacional vinculativo os princípios da adopção.²⁵⁷ Assim, actualmente a CDC é o tratado internacional de direitos humanos mais amplamente ratificado em toda a história. Neste momento, apenas o EUA são o único país que não ratificou o tratado.²⁵⁸

7.2.1 Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis

Como forma de realizar os objectivos da CDC, a 25 de maio de 2000 a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou dois protocolos facultativos. Quanto ao protocolo relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis²⁵⁹ este criminaliza tais actos, protegendo as crianças, independentemente do género, menores de dezoito anos dessas violações.

Não estando identificado expressamente o casamento infantil, o mesmo pode ser enquadrado na disposição do artigo 2 alínea a) do Protocolo. Segunda esta, a venda de crianças diz respeito a qualquer acto ou transação pela qual uma criança seja transferida por qualquer pessoa ou grupo de pessoas para outra pessoa ou grupo a troco de remuneração ou qualquer outra retribuição. Deste modo, considere-se que a presente disposição se enquadra na questão do dote, em que as crianças são entregues ao futuro conjugue em troca de um valor monetário ou de bens materiais.

É com esta perspectiva que, uma vez ratificado o presente Protocolo, os Estados devem modificar as suas leis internas de modo a que as penalizações previstas estejam implementadas no país.

²⁵⁷ ZELDIN, Wendy, op. cit., p. 3

²⁵⁸ Nações Unidas no Brasil. ONU: Com adesão do Sudão do Sul, apenas EUA não ratificaram Convenção sobre os Direitos das Crianças. [Em linha] Disponível em WWW:<URL:<https://nacoesunidas.org/onu-com-adesao-do-sudao-do-sul- apenas-eua-nao-ratificaram-convencao-sobre-os-direitos-das-criancas/>>

²⁵⁹ UNICEF. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis. [Em linha] Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf/protocolo_facultativo_venda_de_criancas.pdf>

7.3 Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres

Considerada como a declaração dos direitos da Mulher, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a CEDAW em 1979. Este tratado responsabiliza os Estados no garante dos direitos das mulheres, definindo os tramites da discriminação e estabelece uma agenda para a combater.

Logo no preâmbulo da Convenção²⁶⁰, está presente o princípio da inadmissibilidade da descriminação, presente também na DUDH, segundo o qual todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que todos têm direito a todos os direitos e liberdades nele estabelecidas, sem distinção de qualquer tipo, incluindo distinção baseada no sexo. Enquanto muitos artigos da Convenção estão dispostos como obrigações jurídicas de carácter genérico que impõe aos Estados para a adopção das medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra as mulheres, outros artigos consagram direitos específicos que deverão ser garantidos a homens e mulheres numa base de igualdade.²⁶¹

Embora a CEDAW diga respeito aos direitos da Mulher, não estando directamente direccionada para o problema do casamento infantil, esta acaba por ser o único tratado global a incluir uma proibição expressa sobre o mesmo pois, segundo o disposto no artigo 16 número 2, o noivado e o casamento de uma criança não terão efeito legal, devendo ser tomadas todas as medidas necessárias, incluindo leis, para especificar a idade mínima para o casamento e tornar obrigatório o registo dos mesmos em um registo oficial. Não obstante, uma das grandes falhas apresentada é que a Convenção não define uma idade mínima para o casamento e não define “criança”, não sendo claro se os casamentos são realmente proibidos.²⁶²

Tal como identificado anteriormente, o problema da desigualdade de género é uma das particularidades dos países em que ocorre o casamento de

²⁶⁰ Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, resolution 34/180 of 18 December 1979. [Em linha] [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/cedaw.pdf>>

²⁶¹ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - Direitos das Mulheres na Administração da Justiça. Direitos Humanos na Administração da Justiça [Em linha] p. 42. Disponível em: <<http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/Volume2/11.CAP%C3%8DTULO%2011.pdf>>

²⁶² GAFFNEY-RHYS, Ruth op.cit.

crianças, na medida em que a idade mínima de casamento definida pelo país, quando existe, difere de homens para mulheres, sendo a dos homens sempre mais elevada. Desta forma, o artigo 16 número 1 prevê que deverão ser tomadas todas as medidas para a eliminação da discriminação contra as mulheres em todos os assuntos relacionados com o casamento, (incluindo a idade mínima para o casamento) assegurando com base na igualdade entre homens e mulheres o mesmo direito de casar (alínea a) e o mesmo direito de escolher livremente o conjugue e casar apenas com o seu consentimento livre e informado. Esta disposição vai de encontro ao disposto no artigo 2 da CDC, que proíbe a discriminação sexual.

Segundo a organização FORWARD²⁶³, qualquer casamento infantil constitui um casamento forçado, o que, portanto, viola o direito internacional, porque mesmo que uma criança pareça dar o seu consentimento, qualquer pessoa com menos de dezoito anos não pode fazer uma escolha totalmente informada.²⁶⁴

Assim, o maior problema associado aos instrumentos que tentam eliminar o casamento infantil é a falta de uma definição generalizada de uma idade mínima para o casamento, senão vejamos: caso um Estado parte estipule a idade mínima de casamento nos quinze anos proibindo o casamento de sujeitos menores a esta idade, este estará a cumprir as disposições da Recomendação sobre Consentimento ao Casamento, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos, de 1965, (que define que a idade mínima de casamento seja pelo menos quinze anos) bem como as disposições da CEDAW (pois o Estado estipula uma idade mínima para o casamento). Todavia, ainda que o Estado parte tenha definido a idade de quinze anos como idade mínima para o casamento, este acaba por não ir de encontro à CDC, visto que esta estabelece que todo o indivíduo menor de dezoito anos é uma criança, ou seja, à luz da CDC o Estado parte permite o casamento de crianças. Neste sentido, é necessário que os instrumentos globais sejam coincidentes nas disposições e que estas sejam claras e que se refiram expressamente ao casamento infantil.

²⁶³ A Fundação para a pesquisa e Desenvolvimento da Saúde na Mulher, trata-se de uma organização de apoio e campanha feminina na diáspora africana, comprometendo-se a lutar pela igualdade de género guarda dos direitos das meninas e das mulheres africanas. Têm parcerias com o Reino Unido, com a Europa e com África, tendo como principal foco a mutilação genital feminina e o casamento infantil.

²⁶⁴ GAFFNEY-RHYS, Ruth, op. cit.

Um padrão internacional para idade mínima para o casamento, deve ser o ponto de partida para o combate do casamento infantil, uma vez que a idade mínima uniforme não deve ser sujeita a interpretações variadas.²⁶⁵ A questão que se coloca é se a idade mínima deva ser de quinze anos conforme a Recomendação de 1965 ou de dezoito anos, conforme a definição de criança da CDC. Contudo, a estipulação de quinze anos como idade mínima para o casamento é contrária às disposições da CDC que, ao contrário da Recomendação de 1965, é um tratado de carácter vinculativo.²⁶⁶

Como forma de fazer cumprir as disposições da Convenção, o artigo 18 da CEDAW exige que cada Estado parte apresente um relatório ao Comité no prazo de um ano após entrada em vigor da Convenção no país e a cada quatro anos, posteriormente. Neste relatório devem constar as medidas legislativas, judiciais, administrativas e outras que o Estado parte tomou para dar cumprimento às disposições da Convenção. Este relatório torna-se numa ferramenta importante tanto para os Estados parte que acabam por ser responsáveis pela implementação da CEDAW, como permite que os defensores dos direitos das mulheres desempenhem um papel vigilante para verificar a conformidade da CEDAW nos países.²⁶⁷

7.4 Convenção sobre o consentimento para casamento, idade mínima para casamento e registo de casamentos

Acordada nas Nações Unidas, a Convenção sobre o consentimento para casamento, idade mínima para casamento e registo de casamentos teve a sua abertura para assinatura e ratificação com a resolução 1763 A (XVII) da Assembleia Geral a 7 de novembro de 1962, tendo sido assinada por dezasseis países e existem, neste momento, cinquenta e cinco Estados parte na Convenção.²⁶⁸

²⁶⁵ *idem*.

²⁶⁶ GAFFNEY-RHYS, Ruth, *op. cit.*

²⁶⁷ UNICEF, *op. cit.*, p. 10

²⁶⁸ Convention on Consent to Marriage, Minimum Age for Marriage and Registration of Marriages, resolution 1763 A (XVII) of 7 November 1962 [Em linha] Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/MinimumAgeForMarriage.aspx>>

Segundo esta e conforme disposto no artigo 2, exige-se que os Estados parte tomem medidas legislativas de forma a que se estabeleça uma idade mínima para o casamento e que nenhum casamento seja legalmente celebrado por qualquer pessoa menor dessa idade, exceto se uma autoridade com competência para tal, tenha concedido uma dispensa de idade, por razões graves, no interesse dos futuros conjugues. Conforme o artigo 1, nenhum casamento poderá ser legalmente celebrado sem o consentimento pleno e livre de ambas as partes. Deste modo, o casamento exige mútuo consentimento das partes, devendo ser exteriorizado no próprio acto, ou seja, é necessário que a vontade de contrair matrimónio seja manifestada pelos próprios.²⁶⁹

O preâmbulo da Convenção relembra o artigo 16 número 1 da DUDH, que homens e mulheres maiores de idade, sem qualquer limitação por raça, nacionalidade ou religião, têm o direito a casar e constituir família. Encontra-se também indicado que os Estados parte devem tomar as medidas adequadas para a abolição de costumes, leis e práticas antigas, de forma a que seja garantido a liberdade total na escolha do conjugue, eliminação de casamentos antes que a criança atinja a puberdade, no estabelecimento de um registo civil ou outro, onde serão registados os casamentos e na instituição de penas e sanções adequadas.²⁷⁰

Na prática, embora a Convenção estabeleça a necessidade dos países em definir uma idade mínima para o casamento, a presente não indica qual será a idade, deixando essa definição ao critério dos Estados partes. A título de exemplo, o Bangladesh retificou a Convenção a 5 de outubro de 1998, mas com reservas. Estas reservas são relativamente ao artigo 1 e 2 da Convenção, segundo o qual o Bangladesh se reserva no direito de não aplicar as disposições dos artigos caso se relacionem com a questão da validade legal do casamento infantil, de acordo com as Leis Pessoais de diferentes comunidades religiosas do país.²⁷¹ Existe ainda mais uma reserva ao artigo 2, afirmando que o país ao ter retificado a Convenção, não ficará vinculado á cláusula de excepção do artigo.

²⁶⁹ PENHEIRO, Jorge Duarte, op. cit.a, p.455

²⁷⁰ UNICEF, op. cit., p. 12

²⁷¹ Nações Unidas – United Nations, treaty collections [Em linha] Nações Unidas. [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em WWW:<URL: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=XVI-3&chapter=16&lang=en#top>

7.5 Tratados regionais – o sistema regional africano

Os direitos humanos podem ser protegidos por lei em âmbito interno ou no âmbito internacional. Em âmbito internacional a ONU é o ator principal, sendo estas leis internacionais aplicadas a qualquer sujeito. Ao contrário da Comissão Europeia, a ONU não é uma entidade supranacional, isto é, as suas decisões, resoluções e recomendações não possuem a capacidade de integrar imediata e diretamente o ordenamento jurídico dos Estados-Membros.²⁷² As decisões da ONU não são capazes de modificar a sentença proferida pelo órgão interno do Estado nem mesmo produzir efeitos sem o reconhecimento deste último.²⁷³ Conforme disposto no artigo 2º número 7 da Carta da ONU²⁷⁴, nenhuma disposição da presente Carta autoriza a intervenção em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição interna de qualquer Estado.

Neste âmbito, e derivado às particularidades de cada região, surgem depois os sistemas regionais, dividindo-se pela África, Europa e América. Caso os direitos de um indivíduo não sejam protegidos em âmbito regional, são protegidos pelo sistema internacional. Nas zonas do mundo em que existam tanto o sistema regional como sistema internacional, a protecção dos direitos humanos pode ser feita por qualquer um dos sistemas.²⁷⁵

A existência de sistemas regionais da defesa dos direitos humanos, acabam por ter um carácter mais flexível do que o sistema internacional, derivado da possibilidade de adopção de mecanismos que se adequam às condições da região. Os tratados que compõem os sistemas regionais de direitos humanos, implementam certas normas, entre os quais direitos individuais, e direitos e deveres dos povos que têm validade nos Estados que adotaram o sistema, criando um sistema de monitoramento para assegurar o cumprimento dessas

²⁷² MELO, Brielly – Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos [Em linha] p. 4. [Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d1f2767f75c7a38b>>

²⁷³ idem.

²⁷⁴ https://www.cm-vfxira.pt/uploads/writer_file/document/14320/Carta_das_Na__es_Unidas.pdf

²⁷⁵ HEYNS, Christof, PADILLA, David, ZWAAK, Leo - Comparação Esquemática dos Sistemas Regionais De Direitos Humanos: uma actualização. African Human Rights Law Journal [Em linha] p. 161. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n4/09.pdf>>

normas nos Estados que o adotaram.²⁷⁶ No caso a abordar, o sistema regional africano tem como matriz a União Africana, sendo que os instrumentos adotados por esta quanto à questão do casamento infantil são mais explícitos em comparação com os instrumentos indicados até então.

7.5.1 Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da criança

Sendo o primeiro tratado regional sobre os direitos da criança, a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-estar da criança veio revogar a Declaração de 1979 sobre os Direitos e Bem-estar da criança africana, sendo que a maioria das suas disposições são inspiradas na CDC. A principal diferença que surge entre a CDC e a Carta esta disposta no artigo 31 da Carta, que diz respeito aos deveres da criança,²⁷⁷ em conformidade com a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.

Conforme o disposto no preâmbulo da Carta²⁷⁸, a criança ocupa uma posição única e privilegiada na sociedade africana que requer protecção legal e cuidados especiais no que diz respeito à saúde, desenvolvimento físico, mental, moral e social. Neste sentido, de acordo o artigo 2, por criança entende-se todo o ser humano menor de dezoito anos. No seu artigo 21 número 1, a Carta refere-se directamente ao casamento infantil, dispondo que os estados parte tomarão as medidas apropriadas para eliminar as práticas sociais e culturais nocivas que afectem o bem-estar, a dignidade, o crescimento normal e o desenvolvimento da criança destacando em particular os costumes e práticas prejudiciais à saúde ou à vida da criança e os costumes e práticas discriminatórias para a criança com base no género ou outro status. Refere ainda no número 2, que é proibido o casamento e o noivado infantil de meninas e meninos, devendo existir medidas efetivas, incluindo leis, que especifiquem a idade mínima para o casamento nos dezoito anos e tornar obrigatório o registo de todos os casamentos em um registo oficial. Deste modo, a Carta fixa de forma inequívoca a idade mínima do casamento nos dezoito anos, não permitindo excepções para as práticas

²⁷⁶ ibidem p. 162

²⁷⁷ ZELDIN, Wendy, op. cit., p. 5

²⁷⁸ African Charter On The Rights And Welfare Of The Child [Em linha] [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: <http://www.achpr.org/files/instruments/child/achpr_instr_charterchild_eng.pdf>

religiosas ou culturais locais, nem exceções com base no consentimento de uma autoridade ou dos pais ou tutores da criança em questão.²⁷⁹

7.5.2 Protocolo sobre os Direitos das Mulheres em África à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos

Adotado pela União Africana a 11 de julho de 2003, o Protocolo sobre os direitos das mulheres em África à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos²⁸⁰, também conhecido como Protocolo de Maputo, é um protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos garante o direito das mulheres. Segundo o artigo 6, que normatiza a questão do casamento, dispõe, entre outros, que os Estados parte devem assegurar que mulheres e homens gozem de direitos iguais, devendo ser adotadas medidas legislativas nacionais adequadas que garantam que nenhum casamento ocorra sem o consentimento livre e pleno de ambas as partes; que a idade mínima de casamento para as mulheres deva ser estipulada nos dezoito anos; que a monogamia é encorajada como a forma preferida do casamento e que os direitos nas mulheres no casamento e na família, inclusive nas relações conjugais polígamas, são promovidos e protegidos.

7.6 – Tratados Regionais – o sistema regional europeu

Em consequência das atrocidades cometidas na Segunda Guerra Mundial, a 5 de maio de 1949, a Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, Noruega, Reino Unido e Suécia reúnem-se, em Londres, para encontrar instrumentos de controle entre os Estados europeus que permitissem defender os direitos da dignidade humana, de forma a evitar uma repetição das barbáries a que o ser humano foi sujeito ao mesmo tempo que se pretendia obter uma conformidade das práticas sociais e jurídicas em território europeu. É neste contexto que surge o Conselho da Europa composto actualmente por 46 países.

²⁷⁹ UNICEF, op. cit., p. 16

²⁸⁰ Protocol To The African Charter On Human And Peoples' Rights On The Rights Of Women In Africa [Em linha] [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: < http://www.achpr.org/files/instruments/women-protocol/achpr_instr_proto_women_eng.pdf>

É por iniciativa do Concelho da Europa que surge a Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais – a Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Com base na Declaração do Homem, para além de proferir os direitos humanos a defender, fornece os mecanismos de protecção dos mesmos através de três órgãos: o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, a Comissão Europeia dos Direitos Humanos e o Comité de Ministros. Ainda que, na primeira parte, possa existir uma omissão da defesa dos direitos sociais, económicos e culturais, estando apenas presente a protecção de direitos civis e políticos²⁸¹, a verdade é que esta apresenta um alcance amplo protegendo qualquer pessoa que se encontre em território europeu independentemente da sua nacionalidade.

7.6.1 - Carta Social Europeia Revista

Complementando a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, surge a Carta Social Europeia, um instrumento regional europeu, como forma de suprimir a falta de protecção dos direitos sociais previsto naquele. Porém, beneficiando do novo procedimento de Reclamações Colectivas - permitiam que organizações com legitimidade apresentassem queixas quanto à implementação do seu conteúdo nos países signatários sem ter que esgotar as vias jurisdicionais internas²⁸² – e a adopção de protocolos adicionais que permitiram a implementação de novos direitos, deu origem à Carta Social Europeia Revista. Deste modo, no seu preambulo, a CSER afirma a necessidade de preservar o carácter indivisível de todos os direitos do homem, quer sejam civis, políticos, económicos, sociais ou culturais.

É neste sentido que, no seu artigo 17º os direitos das crianças e dos adolescentes merecem uma protecção social, jurídica e económica. Assim, indicando que para o desenvolvimento físico e mental das crianças é necessário um ambiente favorável para tal²⁸³, os Estados partes comprometem-se a prestar

²⁸¹ MELO, Brielly op. cit., p. 7

²⁸² ALVES, Filipe - Compreender a carta social europeia revista: convenções internacionais e os seus efeitos nas ordens jurídicas nacionais [Em linha] Lex Social, Monográfico 1, (2017) p. 19 Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/lex_social/article/download/2563/2022>

²⁸³ Resolução da Assembleia da República n.º 64-A/2001 [Em linha] [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em: <<http://www.gddc.pt/siii/docs/rar64A-2001.pdf>>

os cuidados, a assistência, a educação e a formação de que necessitem, nomeadamente prevendo a criação ou a manutenção de instituições ou de serviços adequados e suficientes para esse fim; proteger as crianças e adolescentes contra a negligência, a violência ou a exploração; assegurar uma protecção e uma ajuda especial do Estado à criança ou adolescente temporária ou definitivamente privados do seu apoio familiar. Posto isto, sendo a violência uma das consequências do casamento infantil, depreende-se que a CSER também proíbe a prática.

7.7 - Tratados regionais – o sistema regional interamericano

No meio ao exercício de formas arbitrárias e ditatoriais de governo e como forma de alcançar uma ordem de paz e justiça, promover a solidariedade e a soberania, a integridade territorial e a sua independência,²⁸⁴ os Estados do continente Americano criaram a OEA em 1948. Foi através da Carta constitutiva da OEA, que se criou a Comissão Interamericana dos Direitos do Homem. Esta Comissão, sendo um órgão autónomo da OEA tem como principal objectivo promover e observar a defesa dos direitos humanos, ao mesmo tempo que executa funções como órgão consultivo da OEA. Sendo a OEA a matriz do sistema regional interamericano, os Estados americanos adotaram um conjunto de instrumentos internacionais que se converteram na base normativa de um sistema regional de promoção e protecção dos direitos humanos, ao reconhecerem esses direitos, estabelecerem obrigações para a sua promoção e protecção e criarem órgãos para zelar o seu cumprimento.²⁸⁵ Neste sentido, a adopção da Convenção Americana dos Direitos Humanos – também conhecida como Pacto San José da Costa Rica, derivada à sua assinatura no local - a 21 de novembro de 1969, constitui o principal elemento normativo do sistema americano dos Direitos Humanos, permitindo que, com a sua entrada em vigor em, fosse estabelecida a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Bastante influenciado pela ideologia da Convenção europeia, a CADH, no seu preâmbulo afirma que os direitos fundamentais do homem, não obstante o

²⁸⁴ Artigo 1º da Carta da OEA.

²⁸⁵ Documentos Básicos em Matéria de Direitos Humanos no Sistema Interamericano [Em linha] p. 2. Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/intro.pdf>>

fato de pertencer a um dado Estado, repousam sobre os atributos da pessoa humana e que um regime de liberdade individual e de justiça social não pode ser estabelecido senão no quadro das instituições democráticas.²⁸⁶

7.7.1 - A Convenção Interamericana sobre Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulheres

Ainda que não exista um tratado regional interamericano que normatize explicitamente a questão do casamento infantil, é possível encontrar disposições na Convenção Interamericana sobre Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulheres – também conhecida como Convenção de Belém do Pará - que se adequem ao casamento infantil.

Baseado na subordinação, o comportamento do homem perante a mulher baseia-se na ideia de inferioridade do sexo feminino perante masculino, sendo esta valorizada exerce o seu papel de mãe, filha e esposa.²⁸⁷ Assim, a Convenção Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulheres²⁸⁸ define pormenorizadamente as formas de violência contra a mulher, entre as quais a violência física, sexual e psicológica, baseada no gênero, tanto na esfera pública como na esfera privada, e estabelece que toda mulher tem direito a uma vida livre de violência, além de todos os direitos humanos consagrados pelos instrumentos regionais e internacionais.²⁸⁹ Deste modo, no seu artigo 6º o instrumento dispõe que a mulher tem o direito a ser valorizada e educada sem qualquer padrão estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação. Tal como abordado e prática recorrente na comunidade, a criança é moldada desde o seu nascimento para obedecer ao homem e a ser responsável pelas lides domésticas. No seu artigo 2º, a Convenção considera que a violência doméstica ocorrida no seio familiar, podendo esta ser sob várias formas, é também uma violação aos

²⁸⁶Convenção Americana sobre Direitos Humanos [Em linha] [Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>

²⁸⁷ MELO, Daniela Costa – A protecção dos Direitos Humanos na mulher no sistema internacional e o papel do Brasil. Lisboa: Faculdade de Direito, 2015. Tese de Mestrado. p. 51

²⁸⁸ Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “convenção de belém do pará” [Em linha] Disponível em: <<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>>

²⁸⁹ Documentos Básicos em Matéria de Direitos Humanos no Sistema Interamericano, op. cit., p. 5

direitos humanos contra as mulheres pois, como cidadãos que são estas devem ter os seus direitos salvaguardados e protegidos pelo Estado.

Em suma, é possível concluir que todos os tratados regionais, quer directa ou indirectamente, têm disposições que defendam os direitos da criança. Sendo uma forma de complementar os tratados internacionais, os tratados regionais afirmam-se como a implementação efectiva daqueles. Deste modo, ao interpretar os dispositivos dos tratados internacionais de direitos humanos, os tribunais regionais analisam o texto destes tratados em seu contexto e à luz de seu objetivo e finalidade: a proteção efetiva de direitos humanos.²⁹⁰

Não esquecendo, todas as fontes de Direito relativas à criança foram elaboradas por adultos, estando marcadas pelas concepções dos adultos sobre a infância, pois, ainda que o adulto também já tenha sido criança, com o passar do tempo o adulto cria a “fantasia” sobre o que é ser criança.²⁹¹

²⁹⁰ SUR – Revista internacional de direitos humanos [Em linha] vol. 7, nº 13 (2010) p. 168. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/interpreta%C3%A7%C3%A3o-dos-tratados-regionais-de-direitos-humanos>>

²⁹¹ PINHEIRO, Jorge Duarte, op. cit., b. p. 325

8. Considerações finais

Reconhecido internacionalmente, o casamento infantil está intrinsecamente relacionado com os contextos socioculturais e económicos de cada país, requerendo, como tal, uma resposta individual a cada país de acordo com as suas características.

Ainda que seja penalizada pela jurisdição internacional e pelas leis internas dos países, a sua aplicação é bastante fraca, contribuindo para que a prática continue a ocorrer sem que existam penalizações suficientes que sejam capazes de colocar um fim.

Doravante, é possível identificar problemas comuns associados à perpetuação da prática. Sem sombra de dúvida, e desde já identificado, as disposições legais de casamento são contraditórias, com exceções subjetivas que ficam à mercê da vontade individual do legislador. É fundamental que se definam leis concretas e explícitas, colocando de lado outras possibilidades de interpretação, de forma a que esta possa ser aplicada sem perigo de relativismo. Decorrente desta ideia e, indo de acordo ao artigo 1 da CDC, uma possível solução passa pela definição legal de criança como todo o indivíduo menor de dezoito anos e, como tal, a definição de idade mínima para casar fixada nos dezoito anos, proibindo todo aquele que for menor desta idade a contrair matrimónio, independentemente do género. É também necessário que todos os sistemas legais estejam em harmonia, isto é, é necessário que tanto o sistema civil como o sistema penal estejam em condordância com a lei. A título de exemplo, a Nigéria reconhece perante a lei a existência de três tipos de casamento, são eles os casamentos de acordo com a lei civil; os casamentos celebrados de acordo o costume e os celebrados pela lei islâmica. Segundo a lei civil, este especifica os dezoito anos como a idade mínima para o casamento, mas os costumes locais e a lei islâmica permitem que uma criança case mais cedo. Ora, é a existência destas contradições que contribuem também para que a pratica se perpetue. É certo que, tal como verificado, a conceção de criança sofre alterações de sociedade para sociedade à medida que são analisados os pressupostos culturais de cada uma de acordo com o espaço temporal. É neste âmbito que as diferenças culturais entre jurisdições ocidentais e não-ocidentais são frequentemente citadas como uma barreira à adopção de tratados

internacionais, dado que os pressupostos subjacentes a grande parte do esforço internacional para lidar com o casamento precoce tem por base as suposições de criança de acordo com a visão ocidental.²⁹² Desta maneira, ainda que se considere a fixação legal dos dezoito anos como idade mínima para casar - considerando que todo o indivíduo é menor até atingir esta idade - é necessário que sejam analisadas as concepções culturais de cada país, para que estas possam ser respeitadas para se chegar a um consenso que não coloque em causa o desenvolvimento físico e psicológico da criança, ao mesmo tempo que seja aceite pela sociedade e pelos legisladores.

A verdade é que, derivado de um deficiente funcionamento dos registos, resultando na falha de registo aquando de um nascimento de uma criança permitindo identificar a sua idade, torna-se muitas vezes difícil saber em concreto a idade da criança. Em muitos países, os pais optam por não registar a criança aquando do nascimento, de modo que esta possa ter menos idade do que a que tem na realidade para que, aquando do casamento, o valor monetário que é dado pelo noivo à família da criança seja maior. Verifica-se, a necessidade de uma obrigatoriedade nos registos de nascimento assim que este ocorra, para que não permitam a discricionariedade dos pais no registo das mesmas. É fundamental que seja investido na qualificação das autoridades locais de forma a que estas possam ter conhecimento que lhes permita colocar em prática a lei.

Ainda que, nos países onde a prática ocorre, seja amplamente defendido pela sociedade e pelos líderes religiosos de que o casamento infantil é considerado costume, sendo praticado ao longo dos séculos, considere-se que tal não é justificativo para atenuar as violações dos direitos humanos destas crianças. Embora que um determinado costume possa ser um traço da identidade de uma comunidade, a partir do momento em que esse determinado costume coloca em causa o bem-estar do indivíduo e incorre em violações aos direitos humanos, o mesmo deve ser abolido. Recorrendo à história, tome-se como exemplo a questão da escravatura. Considerada como prática costumeira por vários países no mundo, esta acabou por ser abolida - ainda que por consequência de diversos factores económicos - após se tomar consciência das consequências demográficas e desumanas decorrentes da escravatura,

²⁹² GAFFNEY-RHYS, Ruth, op. cit.

derivado do pensamento iluminista crescente no século XVIII. Este “despertar das mentes” permitiu que um costume característico das sociedades imperiais fosse abolido. Portugal foi dos primeiros países do mundo a abolir a escravatura com a lei de 25 de fevereiro de 1869 que proclamou a abolição desta em todo o Império português. Logo, é possível que um costume cuja crença é amplamente defendida possa ser abolida especialmente quando, nos dias de hoje, os países se encontram vinculados a convenções internacionais nas quais se comprometeram a cumprir ao que foi estabelecido, como acontece com a CDC. Estando presente o princípio jurídico do Direito Internacional *pacta sunt servanda* – os tratados são para ser cumpridos – que determina que as partes cumpram o tratado de boa-fé, tal legitima os Estados a invocar o respeito e cumprimento dos tratados, implicando ainda que um Estado-parte não possa invocar disposições legais do seu direito interno como justificação para incumprimento para disposto no tratado. Assim, sendo a CDC uma convenção que normatiza o direito das crianças, o casamento infantil ao incorrer na violação destas normas, é uma violação clara aos direitos humanos. Por conseguinte, todas as normas de direitos humanos são *ius cogens*, pelo que a proibição do casamento infantil deve ser considerada também *ius cogens*. Ainda que através de relatórios de observações por parte de organismos da ONU que, embora não tenham valor legal, permitam um melhor monitoramento do cumprimento da lei ratificada pelos países, é necessário que a comunidade internacional una esforços para persuadir aos Estados parte que incorrem nas violações dos direitos das crianças, na criação de mecanismos eficazes para terminar a prática.

Ainda que o casamento continue a ocorrer em vários países, independentemente da legislação que o proíba, as ONG's e a UNICEF têm um papel preponderante no combate ao casamento infantil. Deste modo a parceria global *Girls not Brides* desenvolveu a “Teoria de Mudança”²⁹³ onde apresentam estratégias para terminar com o casamento precoce e os resultados que tal teria nos países e na vida das crianças. Assim sendo, consideram que o primeiro passo passa pela disponibilização de recursos adequados que permitam a implementação efectiva de estratégias, através de apoio a nível nacional,

²⁹³ GIRLS NOT BRIDES – A theory of change [Em linha] [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em WWW:<URL: <https://www.girlsnotbrides.org/wp-content/uploads/2014/12/Girls-Not-Brides-Theory-of-Change-on-Child-Marriage-1.pdf>>

regional e internacional e, em última instância, a nível das comunidades. Não esquecendo que o casamento infantil é consequência de diversos factores, é necessário que esses factores sejam também analisados para que se possa encontrar uma solução para os mesmos. De que forma tal pode ser realizado? Através de um amplo número de programas que permitam capacitar as meninas dos seus direitos, incentivando a participação e o seu bem-estar; mobilizar as famílias e as comunidades de forma a que se estas tomem conhecimento das consequências do casamento precoce; fornecer serviços estruturados capazes de dar resposta às necessidades específicas das crianças; aplicação de um quadro legal e político eficaz na prevenção do casamento infantil, apoiando as crianças que já casadas. Tal irá ter como consequência a tomada de consciência por parte das famílias e das comunidades do impacto nocivo do casamento infantil, ao mesmo tempo que são valorizadas outras alternativas ao casamento infantil; a estruturação de serviços eficazes que colaborem entre si permitiria que os serviços de saúde e de educação estabelecessem protocolos sobre a identificação dos sinais de alerta e sobre os riscos do casamento infantil. É necessário que as leis nacionais reflitam os padrões internacionais e regionais de direitos humanos, sendo o governo responsável por promover estruturas políticas e sistemas de registo civil eficazes no registo de nascimento e de casamento.

Mais do que uma mera questão cultural e socioeconómica, o casamento infantil é uma violação clara aos direitos humanos que, contrariamente ao que é dito na sociedade, não ocorre apenas nos países em desenvolvimento, mas também nos países desenvolvidos.

Bibliografia

AGUDO, Viviana – A transição para a idade adulta e os seus marcos: que efeito na sintomatologia depressiva? Lisboa: Faculdade Psicologia e Ciências da Educação, 2008. Tese e mestrado

ALMEIDA, Ana Rita – A relevância da sexualidade dos menores, Coimbra Editora, 2009

ARIÈS, Philippe – A criança e a vida familiar do Antigo Regime, Lisboa: Relógio d'Água 1986;

ARISTÓTELES – Política. Madrid: Editorial Gredos, 1988. ISBN 84-249-1283-7

BAPTISTA, Eduardo Correia – *Ius cogens em Direito Internacional*. Lisboa : LEX, 1997

CUNHA, Maria da Conceição – Crimes sexuais contra crianças e jovens, in Cuidar da justiça das crianças e jovens. A função dos juízes sociais, Actas do encontro. Coordenação de Maria Clara Sottomayor, Coimbra: Almedina, 2003

ENGLISH, Karl – Introdução ao pensamento jurídico. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. ISBN 972-31-01920

FÁVERO, Marisalva – Sexualidade infantil e abusos sexuais a menores, Lisboa: Climepsi Editores, 2005

FERGUSSON, David e MULLEN Paul – Childhood sexual abuse. An evidence based perspective, volume 40 development clinical psychology and psychiatry, Sage publications, 1999;

FURTADO, Leonor, GUERRA, Paulo – O novo Direito das crianças e jovens: um recomeço. 1ª ed. Lisboa: Centro de estudos judiciais, [s.d.] ISBN 972-91220-20-2

HUMPHREYS, Sheila Torquato. Uma perspectiva da nulidade dos tratados e a sua consequência - o artigo 69 1º da Convenção de Viena de 1969. Lisboa : Faculdade de Direito, 2009. Tese de mestrado.

KANT, Immanuel – A metafísica dos costumes. 1ª ed. São Paulo: Edipro, 2003. ISBN 85-7283-365-X

LABORINHO, Lúcio – As crianças e os direitos: o superior interesse da criança. In Estudos em homenagem a Rui Epifânio. Coimbra: Almedina, 2010. ISBN 978-972-40-4069-1

LINDGREN Alves, José - Os direitos humanos como tema global. São Paulo: Perspectiva, 1994. ISBN 85-273-0067-2

MELO, Daniela Costa – A proteção dos Direitos Humanos na mulher no sistema internacional e o papel do Brasil. Lisboa: Faculdade de Direito, 2015. Tese de Mestrado.

NUNES, Sara Isabel. O superior interesse da criança. Lisboa: Faculdade de Direito, 2011. Tese de mestrado.

PINHEIRO, Jorge Duarte – O Direito da Família contemporâneo. Reimpressão. Lisboa: AAFDL, 2008.

PINHEIRO, Jorge Duarte – Estudos de Direito da Família e das Crianças. Lisboa: AAFDL, 2015.

PLATÃO – A República. 9ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005

QUADROS, Fausto de. *La convention européenne de droits de l'homme*. In Recht zwischen Umbruch und Bewahrung Festschrift für Rudolf Bernhardt. Alemanha, Max-Planck-Institut,, Heidelberg 1995

SILVA, Vaso – A cultura a que tenho direito. Direitos fundamentais e cultura, Coimbra Editora, 2007

SOTTOMAYOR, Maria Clara – A autonomia do Direito das crianças. In LEANDRO, Armando, LÚCIO, Álvaro Laborinho, GUERRA, Paulo (eds) Estudos em Homenagem a Rui Epifanêo. Coimbra: Almedina, 2010. ISBN 978-972-40-4069-1. p. 79-88

SOTTOMAYOR, Maria Clara – A noção da criança na lei e nas ciências sociais. Boletim da Ordem dos Advogados. Vol.1, nº127, 2015. ISBN 0873-4860 27.

SOTTOMAYOR, Maria Clara – Temas de Direitos das Crianças. Lisboa: Almedina, 2016

SOTOMAYOR, Maria Clara – Regulação do exercício das responsabilidades parentais nos casos de divórcio. 6ª ed. Lisboa: Almedina, 2014. ISBN 978-972-40-5856-6

SOTTOMAYOR, Maria Clara – Temas de Direito das Crianças. 1ª ed. Lisboa: Almedina, 2014. ISBN 987-972-40-5588-6

TOMÁS, Catarina – Convenção dos Direitos da Criança: reflexões críticas. In Infância e juventude, Lisboa, nº 4 (Out.- Dez.) 2007, p. 121 - 145. ISSN 0870-6565.

VIRALLY, Michel. Réflexions sur le “jus cogens”: Annuaire français de droit international Vol. 12

WYNESS, Michael; HARRISON, Lisa; Buchanan Ian – Childhood, politics and ambiguity: towards na agenda for children's political inclusion. Sociology – A

journal of the British Sociological Association. ISSN 0038-0385. Vol. 38, nº1 (2004)

Webgrafia

ABBHI, Ashay [et.al] - Child Marriages in India: An insight into Law and Policy. The Red Elephant Foundation [Em linha] (2013), p. 4-15 [Consult. 30 Out. 2017] Disponível em WWW: <URL: <<http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Women/WRGS/ForcedMarriage/NGO/TheRedElephantFoundation.pdf>>

ALANEN, Julia –Too Young to Tie the Knot [Em linha] Vol. 40 Family Law Reporter no. 49 (2014), p. 1-6 [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2747667>

ALBUQUERQUE, Catarina – As Nações Unidas, a convenção e o comité. Direitos da Criança [Em linha] Documentação e Direito Comparado, nº 83/84 (2000), p. 23-54 [Consult. 27 Set. 2017] Disponível em: <http://www.gddc.pt/actividade-editorial/pdfs-publicacoes/BDDC8384/8384Dir_Crianca.pdf>

ALCANTARA, Sarah - O Casamento Infantil sob uma visão do direito internacional [Em linha] Brasil, 2016 [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: WWW <URL: <https://sarahlivia.jusbrasil.com.br/artigos/348506924/o-casamento-infantil-sob-uma-visao-do-direito-internacional>>

ALI, Kalbe - 'Marriage age' laws un-Islamic: CII [Em linha] [Consult. 14 Nov. 2017] Disponível em WWW:<URL: <https://www.dawn.com/news/1092571/marriage-age-laws-un-islamic-cii>>

AMNESTY INTERNATIONAL - Burkina Faso: Forced and early marriage puts thousands of girls at risk. [Em linha] [s.n.] [Consult. 25 Out. 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2016/04/burkina-faso-forced-and-early-marriage-puts-thousands-of-girls-at-risk/>>

ALPHA, Diallo Mamadou – UNICEF. Analyse de Situation des Enfants en Guinée [Em linha] (2015), p.27-38 [Consult. 28 Out. 2017] Disponível em: <<https://www.unicef.nl/files/unicef-child-notice-Guinee.pdf>>

ALVES, Filipe - Compreender a carta social europeia revista: convenções internacionais e os seus efeitos nas ordens jurídicas nacionais [Em linha] Lex Social, Monográfico 1, (2017) p. 1-25 [Consult. 10 jan. 2018] Disponível em: <https://www.upo.es/revistas/index.php/lex_social/article/download/2563/2022> ISSN 2174-6419

ARIÈS, Philippe apud CORTEZ, Clarice Zamonaro – As representações da infância na Idade Média. Jornada de Estudos Antigos e Medievais [Em linha] p.1-

10 [Consult. 26 Set. 2017] Disponível em: <
<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2011/pdf/comun/03018.pdf>> ISSN 2177-6687

ARISTOTELES – La politica [Em linha] [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em:
<<http://fama2.us.es/fde/ocr/2006/politicaAristoteles.pdf>>

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS DIREITOS HUMANOS - Direitos das Mulheres na Administração da Justiça. Direitos Humanos na Administração da Justiça [Em linha] nº 09 (2003), p. 37-95 [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em:
<<http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/Volume2/11.CAP%C3%8DTULO%2011.pdf>>

BRANCHER, Vantoir Roberto, NASCIMENTO, Claudia Terra e OLIVEIRA, Valeska Fortes - A construção Social do conceito de infância: uma tentativa de reconstrução historiográfica. [Em linha] Vol.9 nº1 (2008), p. 4-18. [Consult. 26 Set. 2017] Disponível em: <
<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/download/1394/1191>>

BUNTING, Annie - Stages of Development: Marriage of Girls and Teens as an International Human Rights Issue. Social & Legal Studies [Em linha] Vol. 14, nº 1 (2005), p. 17-38. [Consult. 1 Out. 2017] Disponível em:
<<https://ssrn.com/abstract=2231681>>

BURNS, John F - “Though Illegal, Child Marriage is popular in part of India”. [Em linha] *The New York Times*. [Consult. 23 Jun 2017] Disponível em:
<<http://www.nytimes.com/1998/05/11/world/though-illegal-child-marriage-is-popular-in-part-of-india.html?pagewanted=all&src=pm>>.

Child marriage in Niger. [Em linha] [s.n.] p. 1-4 [Consult. 10 Nov.2017] Disponível em:
<<https://www.savethechildren.org.uk/content/dam/global/reports/advocacy/child-marriage-niger.pdf>>

COMMITTEE ON THE ELIMINATION OF DISCRIMINATION AGAINST WOMEN - Concluding observations on the combined third and fourth periodic reports of the Niger [Em linha] p.1-16 (2017), versão em inglês pdf [Consult. 10 Nov. 2017] Disponível em:
<http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CERD/C/304/Add.62&Lang=En>

COMMITTEE ON THE ELIMINATION OF DISCRIMINATION AGAINST WOMEN - Concluding observations on the fourth periodic report of Pakistan, adopted by the Committee at its fifty-fourth session [Em linha] p.1-12 (2013), versão em inglês pdf [Consult. 14 Nov. 2017] Disponível em:

<http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CEDAW/C/PAK/CO/4&Lang=En>

COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILD ELIMINATION OF DISCRIMINATION AGAINST WOMEN - Concluding observations on the fifth periodic report of Pakistan [Em linha] p.1-22 (2016), versão em inglês pdf [Consult. 14 Nov. 2017] Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC/C/PAK/CO/5&Lang=En>

COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILDREN - General comment No. 14 (2013) on the right of the child to have his or her best interests taken as a primary consideration (art. 3, para. 1) [Em linha] (2013) [Consult. 18 dez. 2017] Disponível em WWW:<URL: http://direitoshumanos.gddc.pt/2_1/IIPAG2_1_2_6_2.htm>

COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILD - Concluding observations on the fourth periodic report of Yemen [Em linha] (2014) [Consult. 22 dez. 2017] Disponível em: <http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC/C/YEM/CO/4&Lang=En>

COUNCIL OF EUROPE - The best interests of the child – A dialogue between theory and practice [Em linha] (2016)[Consult. 10 dez. 2017] Disponível em WWW:<URL:<https://rm.coe.int/1680657e56>>

DATTOLI, Clovis - O ciclo de vida e as idades dos humanos [Em linha] (2017) [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em WWW:<URL: https://obemviver.blog.br/2017/06/21/___trashed-2/>

Documentos Básicos em Matéria de Direitos Humanos no Sistema Interamericano [Em linha] p. 1-15 [Consult. 10 jan. 2018] Disponível em: <<https://www.oas.org/pt/cidh/mandato/Basicos/intro.pdf>>

DELGADO, Ana Cristina e MÜLLER, Fernanda – Sociologia da infância: pesquisa com crianças. [Em linha] vol. 26, n. 91, p. 351-360, Maio/Ago. 2005 [Consult. 25 Set 2017] Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a02v2691>>

EISENSTEIN, Evelyn - Adolescência: definições, conceitos e critérios [Em linha] (2005) [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167>

GAFFNEY-RHYS, Ruth - International law as an instrument to combat child marriage. The International Journal of Human Rights [Em linha] Vol. 15, (2011) [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13642980903315398?src=recsys&>

GALZERANI, Maria Carolina Bovério apud CASTRO, Michele Bredel – Noção de Criança e Infância: diálogos, reflexões, interlocuções. [Em linha] Universidade Federal Fluminense [Consult. 26 Set. 2017] Disponível em:

<http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem13pdf/sm13ss04_02.pdf>

GIRLS NOT BRIDES – A theory of change [Em linha] [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em WWW: <URL: <https://www.girlsnotbrides.org/wp-content/uploads/2014/12/Girls-Not-Brides-Theory-of-Change-on-Child-Marriage-1.pdf>>

GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Bangladesh [Em linha] [s.n.] [Consult. 22 Dez. 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/bangladesh/>>

GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Central African Republic [Em linha] [s.n.] [Consult. 02 Nov. 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/central-african-republic/>>

GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Chad [Em linha] [Consult. 10 Nov. 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/chad/>>

GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Ethiopia [Em linha] [Consult. 27 Out. 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/ethiopia/>>

GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Guinea [Em linha] [Consult. 28 Out. 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/guinea/>>

GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: India [Em linha] [Consult. 30 Out. 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/india/>>

GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Malawi [Em linha] [Consult. 11 Nov. 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/malawi/>>

GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Mali [Em linha] [Consult. 02 Nov. 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/mali/>>

GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Niger [Em linha] [Consult. 10 Nov. 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/niger/>>

GIRLS NOT BRIDES – Child Marriage around de world: Pakistan [Em linha] [Consult. 14 Nov. 2017] Disponível em WWW: <URL: <https://www.girlsnotbrides.org/child-marriage/pakistan/>>

GIRLS NOT BRIDES – How can we end child marriage? [Em linha] [Consult. 02 jan. 2018] Disponível em WWW:<URL: <https://www.girlsnotbrides.org/how-can-we-end-child-marriage/#our-theory-of-change>>

GIRLS NOT BRIDES –Why does child marriage happen? [Em linha] [Consult. 02 jan. 2018] Disponível em WWW:<URL: <https://www.girlsnotbrides.org/why-does-it-happen/>>

GIVING WHAT WE CAN - Child Marriage: Causes, Effects and Interventions [Em linha] (2014), p. 1-29 [Consult. 28 dez. 2017] Disponível em: <<https://www.givingwhatwecan.org/sites/givingwhatwecan.org/files/attachments/childmarriage-causesandinterventions.pdf>>

HEYNS, Christof, PADILLA, David, ZWAAK, Leo - Comparação Esquemática dos Sistemas Regionais De Direitos Humanos: uma actualização. African Human Rights Law Journal [Em linha] Vol. 5, nº 4 (2006), p. 161-169 [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n4/09.pdf>>

HUMAN RIGHTS WATCH - Our time to sing and play: Child Marriage in Nepal [Em Linha]. United States of America, (2016) [Consult. 24 Out. 2017] Disponível em:<URL: https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/nepal0816_web.pdf>. ISBN 978-1-6231-33986

INDEPENDENT - Bangladesh child marriage: New law will “reduce minimum marital age to zero” [Em linha] [Consult. 22 dez. 2017] Disponível em WWW:<URL: <http://www.independent.co.uk/news/world/asia/bangladesh-child-marriage-law-minimum-age-zero-reduce-baby-marital-unicef-un-a7619051.html>>

INTERNATIONAL CENTER FOR RESEARCH ON WOMEN - The Causes, Consequences and Solutions to Forced Child Marriage in the Developing World [Em linha] (2010), p. 1-12 [Consult. 28 dez. 2017] Disponível em: <<https://www.icrw.org/files/images/Causes-Consequences-and%20Solutions-to-Forced-Child-Marriage-Anju-Malhotra-7-15-2010.pdf>>

INTERNATIONAL PLANNED PARENTHOOD FEDERATION AND THE FORUM ON MARRIAGE AND THE RIGHTS OF WOMEN AND GIRLS - Ending child marriage: A guide for global policy action [Em linha] Reino Unido: IPPF [Consult. 2 Out. 2017] Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/662_filename_endchildmarriage.pdf>

KOHM, Lynne Marie - Suffer the Little Children: How the United Nations Convention on the Rights of the Child Has Not Supported Children. 22 N. Y. Int'l L. Rev. 57 [Em linha] (2009), p. 1-43. [Consult. 1 Out. 2017] Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1962681>>

LANDIFO (Country of origin information centre) - Guinée: Le mariage force [Em linha] (2011), p.1-7 [Consult. 28 Out.2017] Disponível em: <https://landinfo.no/asset/1839/1/1839_1.pdf>

LEVINSON, Daniel J. - A Conception of Adult Development [Em linha] Vol. 41, nº 1 (1986), p. 3-13 [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.455.6972&rep=rep1&type=pdf>>

LIGOMEKA, Brian - Old cultural practices 'a threat to Malawi girls' [Em linha] África do Sul [Consult. 11 Nov. 2017] Disponível em WWW:<URL: <https://www.news24.com/Africa/News/old-cultural-practices-a-threat-to-malawi-girls-20160429-4>>

MALÉ, Chata; WODON, Quentin - Basic profile of child marriage in Burkina Faso [Em linha] [s.n.] [Consult. 25 Out. 2017] Disponível em WWW: <URL: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/595371468194959538/pdf/105910-BRI-ADD-SERIES-PUBLIC-HNP-Brief-Burkina-Faso-Profile-CM.pdf>>

MANATA, Celso – Superior interesse do Menor [Em Linha] Seminário direito das crianças e intervenção – que competências? Centro Ismaili (2208) [Consult. 10 Dez. 2017] Disponível em: <www.cnpcjr.pt/preview_documentos.asp?r=2249&m=DOC>

MELO, Brielly – Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos [Em linha] p. 1-30 [Consult. 10 jan. 2018] Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d1f2767f75c7a38b>>

NAÇÕES UNIDAS – United Nations, treaty collections [Em linha] Nações Unidas. [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em WWW:<URL: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsg_no=XVI-3&chapter=16&lang=en#top>

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL - ONU: Com adesão do Sudão do Sul, apenas EUA não ratificaram Convenção sobre os Direitos das Crianças. [Em linha] Brasil [s.n] [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em WWW:<URL:<https://nacoesunidas.org/onu-com-adesao-do-sudao-do-sul- apenas-eua-nao-ratificaram-convencao-sobre-os-direitos-das-criancas/>>

NEPAL DEMOCRACY - An act to provide the safeguarding the interest of children [Em linha] Nepal: Friedrich Ebert Stiftung, Nepal Office [Consult. 24 Out. 2017] Disponível em WWW:<URL: http://www.nepaldemocracy.org/documents/national_laws/children_act.htm>

NOUR, Nawal M - "Child Marriage: A silent health in Human Rights Issue". [Em linha] *Obstetrics & Gynecology*. [Consult. 23 Jun. 2017] Disponível em <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2672998/>>

OLIVEIRA, Oris de. Apud FEITAL, Cibele Vieira – Transformações na concepção de infância/adolescência e proibição do trabalho de crianças e adolescentes. III simpósio mineiro de assistentes sociais [Em linha] Expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais e para o serviço social [Consult. 26 Set. 2017] p. 1-15 Disponível em: < <http://www.cress->

mg.org.br/arquivos/simposio/TRANSFORMA%C3%87%C3%95ES%20NA%20CONCEP%C3%87%C3%83O%20DE%20INF%C3%82NCIA_%20ADOLESC%C3%84NCIA%20E%20PROIBI%C3%87%C3%83O%20DO%20TRABALHO%20DE%20CRIAN%C3%87AS%20E%20ADOLESCENTES.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - What do we mean by “youth”? [Em linha] [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em WWW:<URL: <http://www.unesco.org/new/en/social-and-human-sciences/themes/youth/youth-definition/>>

PAULA, Bruna, CAÚLA, Bleine - Autonomia da vontade da criança sob a ótica dos direitos fundamentais – o direito ao livre desenvolvimento da personalidade [Em linha] p. 1-25 [Consult. 20 dez. 2017] Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=29d74915e1b32367>>

PEREIRA, António Celso - As normas de jus cogens e os direitos humanos. [Em linha] (2009), p. 1-14. [Consult. 10 jan. 2018] Disponível em: <http://faa.edu.br/revistas/docs/RID/2009/RID_2009_02.pdf>

REAL, Álvaro - “Mais de 40% das mulheres são obrigadas a casar-se na Infância”. [Em linha] *Aleteia*. [Consult. 22 Jun. 2017] Disponível em: <<http://pt.aleteia.org/2013/09/14/mais-de-40-das-mulheres-sao-obrigadas-a-casar-se-na-infancia/>>

REIS, Carlos - “Casamentos forçados”. Além-mar: visão missionária. [Em linha] [Consult. 2 Out.2017] Disponível em: <<http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EFkIEFEAIRUCyQiqY.>>

REISS, Fraidy - Why can 12-year-olds still get married in the United States? [Em linha] EUA: The Washington Post [Consult. 12 jan. 2018] Disponível em WWW:<URL: https://www.washingtonpost.com/posteverything/wp/2017/02/10/why-does-the-united-states-still-let-12-year-old-girls-get-married/?utm_term=.43b72b343f86>

ROQUE, Mariana - A alienação parental. [Em linha] Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, 2015. [Consult. 18 dez. 2017] Disponível em:<<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/20596/1/A%20Alienac%CC%A7a%CC%83o%20Parentaltese%20%281%29.pdf>>

ROUSSEAU, Jean-Jacques - ÉMILE ou de l'Éducation: Livres I, II et III [Em linha] (1762) [Consult. 3 jan. 208] Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/Rousseau_jj/emile/emile_de_education_1_3.pdf>

Sharia Law [Em linha] [s.n.] [Consult. 02 Nov.2017] Disponível em WWW: <URL: <http://www.billionbibles.org/sharia/sharia-law.html>>

SEMU-BANDA, Pilirani - Modern Day Slavery in Malawi Persists in the Name of Culture. The Middleburg Institute site network [Em linha] (2017) [Consult. 11 Nov.

2017] Disponível em: <<http://thewip.net/2007/05/21/modern-day-slavery-in-malawi-persists-in-the-name-of-culture/>>

SOUSA, Filomena – O que é “ser adulto”: as práticas e representações sociais sobre o que é “ser adulto” na sociedade portuguesa. [Em linha] São Paulo: Revista Moçambros, nº 2, (2007) [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/reaa/article/download/11459/13227>>

SUR – Revista internacional de direitos humanos [Em linha] vol. 7, nº 13 (2010) p. 149-175 [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/interpreta%C3%A7%C3%A3o-dos-tratados-regionais-de-direitos-humanos>> ISSN 1806-6445

UNICEF - “The 10 countries with the highest rates of child marriage”. Ending Child Marriage: Progress and prospects. [Em linha] Nova Iorque (2014) [Consult. 2 Out. 2017] Disponível em: <https://www.unicef.org/media/files/Child_Marriage_Report_7_17_LR..pdf>

UNICEF - Child marriage and the law. Legislative Reform Initiative – Paper Series [Em linha] (2008), p. 1-62 [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: <[https://www.unicef.org/policyanalysis/files/Child_Marriage_and_the_Law\(1\).pdf](https://www.unicef.org/policyanalysis/files/Child_Marriage_and_the_Law(1).pdf)>

UNICEF - Direitos das Crianças [Em linha] Portugal: UNICEF. [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em WWW:<URL: <<http://www.unicef.pt/artigo.php?mid=18101111>>

UNICEF - Situação mundial da infância [Em linha] (2011) [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/br_sowcr11web.pdf> ISBN: 978-92-806-4555-2

UNICEF INNOCENTI RESEARCH CENTRE - Early marriage: child spouses. [Em linha] nº 7, (2001), p. 2-29 [Consult. 28 dez. 2017] Disponível em: <<https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/digest7e.pdf>> ISSN 1020-3528

UNITED NATIONS – Definition of youth [Em linha] (2013) [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em WWW:<URL: <<http://www.un.org/esa/socdev/documents/youth/fact-sheets/youth-definition.pdf>>

UNITED NATIONS HUMANS RIGHTS - Legal framework [Em linha] [Consult. 24 Out. 2017] Disponível em WWW:<URL:<<http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CRC/StudyViolenceChildren/Responses/Nepal.pdf>>

UNITED NATIONS POPULATION FUND - Marrying Too Young: End Child Marriage. [Em linha] (2012), p. 4-58 [Consult. 28 dez. 2017] Disponível em: <<https://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/MarryingTooYoung.pdf>> ISBN-10: 1618000144

United Nations Treaty Collection [Em linha] [Consult. 10 Nov. 2017] Disponível em WWW: <URL: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-11&chapter=4&clang=_en#top>

UN WOMEN - Child Marriages: 39,000 every day – More than 140 million girls will marry between 2011 and 2020. [Em linha] Nova Iorque. [Consult. 2 Out. 2017] Disponível em: WWW <URL: <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2013/3/child-marriages-39000-every-day-more-than-140-million-girls-will-marry-between-2011-and-2020>>

VIRALY, Michel. *Réflexions sur le “jus cogens” : Annuaire français de droit international* [Em linha] Volume 12 (1966) [Consult. 22 Jun. 2017] Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/afdi_0066-3085_1966_num12_1_186>

WALLON, Henri – Henri Wallon [Em linha] Brasil: Massaga, 2010. [Consult. 25 Set 2017] Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4686.pdf>> ISBN 978-85-7019-541-8

“Why does child marriage happen?”. [Em linha] *Girls not brides*. [Consult. 23 Jun 2017] Disponível em <<http://www.girlsnotbrides.org/why-does-it-happen/>>

WORLD HEALTH ORGANIZATION - Health for the World's Adolescents: a second chance in the second decade [Em linha] (2014) [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112750/1/WHO_FWC_MCA_14.05_eng.pdf>

ZELDIN, Wendy - Children's Rights: International Laws. The Law Library of Congress. [Em linha] (2007), p.1-17.[Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: <<https://www.loc.gov/law/help/child-rights/international-law.php>>

Legislação

Academie de Police – Le code penal du Burkina Faso [Em linha] [Consult. 25 Out. 2017] Disponível em: <<https://www.academiedepolice.bf/index.php/telechargement/category/38-codes>>

African Charter On The Rights And Welfare Of The Child [Em linha] [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: <http://www.achpr.org/files/instruments/child/achpr_instr_charterchild_eng.pdf>

Bill to amend the Child Marriage Restraint Act, 1929 [Em linha] [Consult. 14 Nov. 2017] Disponível em:
<http://www.na.gov.pk/uploads/documents/1397730973_450.pdf>

Child Care, Protection and Justice Act, 2010 [Em linha] No. 22 of 2010 [Consult. 11 Nov. 2017] Disponível em:
<http://www.ilo.org/dyn/natlex/natlex4.detail?p_lang=en&p_isn=90369>

Child Marriage Restraint Act, 1929 [Em linha] [Consult. 14 Nov. 2017] Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4c3f19a02.html>>

Children Act 1989 [Em linha] [Consult. 18 dez. 2017] Disponível em:
<<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1989/41/data.pdf>>

Civil Code, 2005 [Em linha] [Consult. 10 Nov. 2017] Disponível em:
<http://www.africanchildforum.org/clr/Legislation%20Per%20Country/Niger/niger_civilcode_2005_fr.pdf>

Civil Code of Ethiopia (1960). The Federal Negarit Gazeta Year, No. 2, Proclamation No. 165/1960 [Em linha] [Consult. 21 Out. 2017] Disponível em:
<http://www.ethioconstruction.net/sites/default/files/Law/Files/Civil%20Code%20%28English%29_0.pdf>

Code Civil Français de 1958 Rendu applicable au Tchad par l'Acte législatif n°1 portant constitution du 31 mars 1959 et par la Loi constitutionnelle n° 2/62 du 16 avril 1962 [Em linha] [Consult. 10 Nov. 2017] Disponível em:
<<https://www.scpalavocats.com/images/CodecivilFranaisde1958renduapplicabl eauTchad.pdf>>

Code Civil de la Republique de Guinee [Em linha] [s.n.] [Consult. 28 Out. 2017] Disponível em:
<http://www.africanchildforum.org/clr/Legislation%20Per%20Country/guinea/guinea_civilcode_1889_fr.pdf>

Code de l'Enfant Guinéen, LOI L/2008/011/AN de 19 Agosto 2008 [Em linha] [s.n.] [Consult. 29 Out. 2017] Disponível em:
<<https://sites.google.com/site/guineejuristes/CODEENFANTGUINEEN.pdf>>

Code Pénal, Lei N ° 98/036 de 31 Dezembro 1988 [Em linha] [Consult. 28 Out. 2017] Disponível em:
<http://www.africanchildforum.org/clr/Legislation%20Per%20Country/guinea/guinea_penal_1988_fr.pdf>

Code Penal, Loi n° 2003-025 du 13 juin 2003 [Em linha] Journal Officiel spécial N° 4 du 7 avril 2004 [Consult. 10 Nov. 2017] Disponível em:
<http://www.vertic.org/media/National%20Legislation/Niger/NE_Code_Penal.pdf>

Código Civil. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2012. ISBN 978-972-40-4963-2

Código de Pessoas e da Família do Burkina Faso Zatu ano VII 13 de 16 Novembro de 1989 [Em linha] [Consult. 25 Out.2017] Disponível em: <<http://www.legiburkina.bf/Documents/CODE%20DES%20PERSONNES%20ET%20DE%20LA%20FAMILLE.pdf>>

Constitution of Malawi [Em linha] [Consult. 11 Nov. 2017] Disponível em: <<http://malawilaws.com/revised-laws/constitution-of-malawi.html#Ch0000s22>>
Convention on Consent to Marriage, Minimum Age for Marriage and Registration of Marriages, resolution 1763 A (XVII) of 7 November 1962 [Em linha] Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/MinimumAgeForMarriage.aspx>>

Convenção Americana sobre Direitos Humanos [Em linha] [Consult. 10 jan. 2018] Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>

Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “convenção de belém do pará” [Em linha] [Consult. 10 jan. 2018] Disponível em: <<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>>

Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women, resolution 34/180 of 18 December 1979. [Em linha] [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: <<http://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/cedaw.pdf>>

DECRETO-LEI nº 46/2003 *D.R. I Série*. Nº 181, pp. 4662-4703

DECRETO LEI nº 163/95 *D.R. I Série*. Nº 160, pp. 4431- 4433

DECRETO-LEI nº 496/77 *D.R. I Série* Nº 273, pp. 2818-(1) a 2818-(50)

Loi nº06. 032 du 27 Decembre 2006 portant Protection de la Femme Contre les Violences en Republique Centrafricaine [Em linha] [Consult. 02 Nov. 2017] Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---ilo_aids/documents/legaldocument/wcms_172466.pdf>

Loi nº 97.013 portant Code de la Famille [Em linha] [Consult. 02 Nov. 2017] Disponível em: <<http://jafbase.fr/docAfrique/Centrafrique/code%20de%20la%20famille.pdf>>

Loi nº 1961.212 du 20 avril 1961 portant code de la nationalité centrafricaine [Em linha] [Consult. 02 Nov. 2017] Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/3ae6b55d4.pdf>>

Loi nº2011 – 087 du 30 Décembre 2011 Portant Code Des Personnes et de La Famille [Em linha] [Consult. 02 Nov. 2017] Disponível em: <<http://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/96981/114895/F1492765993/MLI-96981.pdf>>

Loi nº 2016/007 du 12 Jul 2016 [Em linha] [Cons. 10 Nov. 2017] Disponível em: <http://www.minjustice.gov.cm/pdf_download/codes/LOI_PORTANT_CODE%20PENAL_INTEGRAL.pdf>

LOUISIANA STATE LEGISLATURE - Children's Code [Em linha] [Consult. 12 jan. 2018] Disponível em: <<http://www.legis.la.gov/Legis/Law.aspx?d=73003>>

LOUISIANA STATE LEGISLATURE – Children's Code [Em linha] [Consult. 12 jan. 2018] Disponível em: <<https://legis.la.gov/Legis/Law.aspx?d=107001>>

Malawi Marriage Act, 1903 [Em linha] [Consult. 11 Nov. 2017] Disponível em: <http://jafbase.fr/docAfrique/Malawi/malawi_marriage%20act%20_1903.pdf>

Malawi Marriage, Divorce and Family Relations Bill, 2015 [Em linha] [Consult. 11 Nov. 2017] Disponível em: <<https://www.girlsnotbrides.org/wp-content/uploads/2015/03/Malawi-Marriage-Divorce-and-Family-Relations-bill-2015.pdf>>

Nepal Treaty Act, 1990 [Em linha] 9 Novembro 1990 [Consult. 24 Out.2017] Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/3ae6b51724.html>>

Ordonnance nº 006/PR/2015 [Em linha] [Consult. 10 Nov. 2017] Disponível em: <<https://www.girlsnotbrides.org/wp-content/uploads/2016/08/ORDONNANCE-N%C2%B0006-PR-2015-du-14-mars-2015-nterdisant-le-mariage-des-enfants.pdf>>

Pakistan Penal Code, XLV of 1860 [Em linha] [Consul. 14 Nov. 2017] Disponível em: <<https://www.oecd.org/site/adboecdanti-corruptioninitiative/46816797.pdf>>
Protocol To The African Charter On Human And Peoples' Rights On The Rights Of Women In Africa [Em linha] [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: <http://www.achpr.org/files/instruments/women-protocol/achpr_instr_proto_women_eng.pdf>

Recommendation on Consent to Marriage, Minimum Age for Marriage and Registration of Marriages [Em linha] United Nations, (1965) [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/RecommendationOnConsentToMarriage.aspx>>

Resolução da Assembleia da República n.º 64-A/2001 [Em linha] [Consult. 3 jan. 2018] Disponível em: <<http://www.gddc.pt/siii/docs/rar64A-2001.pdf>>

The Child Marriage Restraint Act,1929 [Em linha] [Consult. 30 Out. 2017] Disponível em: <<http://wcd.nic.in/policies/child-marriage-restraint-act1929>> (presente na secção 2, alínea a)

The Dowry Prohibition Act 1961 - Act No. 28 of 1961 [Em linha] [Consult. 30 Out. 2017] Disponível em:

<http://jowaipolice.gov.in/Laws_and_References/ipl_and_acts/20_Dowry_Prohibition_Act_1961.pdf>

The Majority Act, 1875 – XI of 1875 [Em linha] [Consult. 30 Out. 2017] Disponível em: <<https://abbaslawservices.files.wordpress.com/2016/10/the-majority-act-1875.pdf>>

The penal code of Ethiopia, 1957. No. 158 of 1957. [Em linha] [Consult. 27 Out. 2017] Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/49216a0a2.pdf>>

The Prohibition Of Child Marriage Act, 2006 - No. 6, 2007 [Em linha] [Consult. 30 Out. 2017] Disponível em: <<http://wcd.nic.in/sites/default/files/cma2006.pdf>>

The Sindh Child Marriages Restraint Bill, 2013 [Em linha] [Consult. 14 Nov. 2017] Disponível em: <https://www.af.org.pk/Acts_Fed_Provincial/Sindh_Acts_since_2002/Sindh%20%202013/The%20Sindh%20Child%20Marriage%20Restraint%20Act%202013.pdf>

UNICEF - Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989 [Em linha] [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>

UNICEF - Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à venda de crianças, prostituição e pornografia infantis. [Em linha] [Consult. 2 Dez. 2017] Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf/protocolo_facultativo_venda_de_crianças.pdf>

UNITED KINGDOM, Constitution (1933) Children and Young Persons Act 1933 [Consult. 25 Set] Disponível em: <<http://www.legislation.gov.uk/ukpga/Geo5/23-24/12/introduction>>, Section 50